

**O género textual *glossário*: problemas para o Consultor e Revisor
Linguístico**

Ana Margarida da Silva Mendonça Neves Valério

**Dissertação de Mestrado
em Consultoria e Revisão Linguística**

Maio de 2014

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, de de

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Antónia Coutinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora pela gestão deste trabalho, incentivo e tolerância.

A todas as docentes da parte letiva pelos conhecimentos, estímulo e exigência.

À minha família por me libertar de muitas tarefas e compreender a minha ausência.

Ao Teka por resistir aos serões.

À Carina pela amizade.

Por fim, agradeço ao meu marido e amigo por ser a outra “metade”.

O GÉNERO TEXTUAL *GLOSSÁRIO*: PROBLEMAS PARA O CONSULTOR E REVISOR LINGUÍSTICO

ANA MARGARIDA S. M. N. VALÉRIO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: glossário, género textual, parâmetros de género, norma genérica, revisão linguística

Nesta dissertação, partimos do pressuposto de que o género *glossário* é um género textual cujas características não estão unanimemente conceptualizadas. Recorrendo às noções de *texto* e *género*, exhibe-se a parametrização deste género textual e verifica-se como é posta em funcionamento em textos recentemente produzidos. Face à instabilidade de resultados fornecida pela análise, debate-se o par transgressão/ficcionalização do género. Não sendo os problemas identificados verdadeiras situações de agramaticalidade, exigem, entretanto, ponderação em termos de aceitabilidade e melhoria dos textos. Uma vez que as decisões em Consultoria e Revisão Linguística dependem de instrumentos de normalização, defendemos a resolução de problemas com base na norma gerada no discurso lexicográfico, do qual surge um campo genérico socialmente reconhecido. Na conclusão deste trabalho, apresentam-se as linhas que suportam a nossa intervenção nos textos analisados e que poderão igualmente servir a quem queira construir um glossário.

ABSTRACT

KEYWORDS: glossary, textual genre, parameters of genre, genre norm, linguistic revision

The present dissertation departs from the assumption that the genre *glossary* is a textual genre whose characteristics are not universally conceptualized. Using the concepts of *text* and *genre*, the study displays the parameterization of this textual genre, and verifies how it is applied in texts recently produced. Having the notion of the instability of the results provided by the analysis, we debate the pair transgression/fictionalization of the genre. As the issues presented do not stand for real situations of ungrammaticality, it is, meanwhile, demanded consideration on how texts must be accepted and improved. Since the decisions made in Consulting and Language Revision are based on standard-setting instruments, we advocate that the issues must be solved according to the norm arising from the standard lexicographical discourse in which a socially recognized framework arises. The present research dissertation concludes with the presentation of the main guidelines that conduct our work and that may serve those who intend to build a glossary.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Contributos teóricos para uma descrição de <i>glossário</i>	7
1.1. <i>Texto e discurso</i>	7
1.1.1. A estrutura e a organização textuais	9
1.2. <i>Géneros Textuais</i>	12
1.2.1. Géneros e agrupamentos de géneros	15
1.2.2. Géneros e paratexto: a noção de género incluído	17
1.2.3. Manifestações de vários géneros no mesmo texto	18
1.2.4. Parâmetros de género e mecanismos de realização textual	20
1.3. <i>O campo dos géneros lexicográficos</i>	21
1.3.1. A noção de definição	24
2. Análise de glossários	27
2.1. <i>A organização do corpus</i>	27
2.1.1. Grelhas sinaléticas do corpus	29
2.2. <i>Modelo da análise</i>	30
2.3. <i>Análise textual</i>	33
2.4. <i>Apresentação dos resultados</i>	36
2.4.1. Resultados com base no parâmetro genérico.....	36
2.4.2. Resultados com base no suporte.....	39
2.5. <i>Discussão dos resultados</i>	44
3. O género glossário no contexto da Consultoria e Revisão Linguística	47
3.1. <i>Descrição da atividade</i>	47
3.2. <i>Espaços de intervenção do revisor</i>	48
Conclusões	54
Referências bibliográficas	56
Anexo A	i
Anexo B.....	lxiii

Introdução

E com effeito, a necessidade que tem qualquer nação culta e illustrada, de possuir além do Diccionario da sua lingua actual e perfeita, um Glossario tão amplo e completo quanto possível fôr, dos vocabulos usados nas epochas anteriores, e de que só se conserva a memoria nos documentos e monumentos antigos, ou nos escriptores das primeiras edades, é ponto de sobejo inquestionavel, para que se haja mister gastar palavras e tempo na sua demonstração.

Innocencio Francisco da Silva,
Elucidário das palavras termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: Obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Advertencia Preliminar, 1865

O processo de escrita de um texto movimenta mecanismos vários. Afastada que está a hipótese de que escrever seja somente a transposição das ideias para um texto escrito, há que entendê-la como um trajeto de resolução de problemas. Afinal, os autores de textos escritos devem assegurar, através das possibilidades de um sistema linguístico, que os seus pensamentos e sentimentos se materializam em estruturas interpretáveis pelo(s) leitor(es). Como propuseram Flower & Hayes (1981), o processo da escrita divide-se em subprocessos organizados hierarquicamente e dependentes entre si (p. 367). No modelo que desenvolveram, do ponto de vista cognitivo, reconhecem três etapas intervenientes na atividade de escrever: planificação, textualização e revisão. Durante a primeira etapa, tomam-se grandes decisões com o intuito de estabelecer objetivos, gerar ideias, recuperando informação da memória de longo prazo, e agrupá-las de modo organizado nos textos. O subprocesso de organização das ideias acontece em vários níveis e não trata apenas de as dispor ordenadamente, visto estar intimamente ligado aos objetivos iniciais que se vão, sistematicamente, redefinindo durante as fases posteriores. A textualização, ou processo de passagem do material em memória a texto,

observa as regras mais gerais e mais “apertadas” do sistema linguístico, podendo, por vezes, interferir com o processo de planificação. A última etapa, a da revisão, centra-se sobretudo na avaliação do material produzido e, neste modelo, é concebida como procedimento do autor. A escrita é, portanto, uma atividade que mobiliza conhecimentos e competências de diversas naturezas.

Este modelo da escrita permanece atual, tendo sido, naturalmente, expandido e reorganizado. O processo da planificação adquiriu um rótulo mais abrangente – *reflexão* –, a textualização passou a entender-se como *produção textual*, e o processo de revisão incorpora agora fenómenos como a interpretação, além de integrar os processos de reflexão e produção textual, como nos diz McCutchen (2011, p. 52). Nos estudos mais recentes, observam-se novas componentes a operar sobre o processo da escrita e coloca-se ênfase no conhecimento dos *géneros textuais* e na influência que este exerce sobre a competência de escrever. Conhecer o género é igualmente conhecer estruturas e movimentos retóricos próprios de determinadas comunidades profissionais, procedimentos que os escreventes experientes parecem dominar (p. 58).

Assim, a nossa atenção, nesta dissertação, centrar-se-á no género textual *glossário* e na forma como alguns autores selecionam o género e o materializam nos seus textos. É nosso propósito trazer a lume as várias possibilidades de um género, tradicionalmente lexicográfico, que é transversal a uma série de disciplinas/áreas de conhecimento.

Partimos do princípio de que se constroem glossários com a finalidade de esclarecer os destinatários sobre léxico incomum e lhes facilitar e complementar o processamento da informação. Por outro lado, pensamos que o destinatário, ao consultar um glossário, espera ver disponibilizado um processo fácil de recuperação da informação que possivelmente não entendeu de imediato.

Objetivos e organização do estudo

Assumindo que todo o texto releva de um género textual, o nosso interesse particular no género *glossário* recaiu sobre dois aspetos que estão intimamente relacionados: enquanto abundam trabalhos sobre outros géneros “próximos”, a literatura

não se tem dedicado ao gênero que deu origem à lexicografia moderna e que tem vindo, entretanto, a sofrer transformações; por seu turno, os escreventes que pretendam produzir glossários defrontam-se com descrições pouco esclarecedoras em dicionários.

Desta forma, o objetivo desta dissertação é configurar o gênero textual *glossário* através do levantamento de pressupostos da Linguística Textual e de alguns contributos teóricos da área da Lexicografia. Uma análise das estratégias de atualização do gênero permitirá realçar que variáveis contribuem para uma imagem social (des)estabilizada desta classe de textos. A nossa abordagem será, portanto, teórico-empírica. Temos ainda em vista recensear problemas que conduzam a intervenções de revisão linguística.

A presente dissertação divide-se em quatro partes: fundamentação teórica, análise, identificação de problemas e conclusões.

O objetivo do capítulo 1 é configurar a estratégia de análise que desenvolveremos posteriormente, recolhendo referências para a intervenção do Consultor e Revisor Linguístico (CRL) em textos não lexicográficos. Nas secções que conformam o capítulo, expomos as abordagens teóricas aos conceitos de *texto* e *gênero* que permitem configurar o *glossário* como *gênero textual*, identificando as relações entre *gêneros* e *discursos* e introduzindo alguns instrumentos de análise de gêneros. Discutimos, igualmente, o lugar do glossário no conjunto das obras produzidas na área lexicográfica.

O capítulo 2 será dedicado à análise textual e à apresentação e discussão dos resultados que emergem desta etapa. Em primeiro lugar, apresentamos o *corpus* de textos a analisar e explicamos a adaptação do instrumento que inspirou o nosso modelo de análise. Segue-se a análise, a apresentação dos resultados por parâmetro genérico e por dispositivo no qual os textos ocorrem e a discussão destes resultados.

No capítulo 3, exibimos os efeitos do cruzamento de *gêneros textuais* e identificamos os aspetos da atualização do gênero *glossário* que poderão exigir maior ponderação por parte do CRL.

Por último, faremos uma síntese do trabalho desenvolvido e apresentaremos as conclusões que o mesmo facultou, salientando as características que contribuem para a definição do gênero *glossário*.

Ao longo do estudo referir-nos-emos à obra glossário, à etiqueta “glossário” e ao género textual *glossário*, pelo que observaremos estas formas de destaque daqui em diante.

Relevância do estudo

Numa etapa preliminar da elaboração deste estudo, verificámos que prolifera a expressão “espécie de glossário”¹, bem como alguma indecisão no uso das etiquetas “glossário” e “dicionário”. Mereceu a nossa atenção o título da notícia *online* “Glossário: O dicionário da crise da dívida na Zona Euro” no jornal *Negócios* de 05/03/2012.

Tendo apurado que os glossários medievais estariam na génese da lexicografia moderna (Verdelho, 2008), confirmámos que as obras dessa categoria ajudavam ao acesso a termos do latim, sendo o exemplar mais antigo, datado do séc. XIII ou XIV, “uma lista alfabética de verbos latinos (cerca de 3.000) a que foram acrescentadas as equivalências portuguesas...” (p. 86). Verificando, também, que na atualidade os glossários são ferramentas essenciais na área da tradução, além da frequência com que o género ocorre como instrumento descodificador em diferentes áreas do conhecimento, colocou-se-nos como tarefa atestar o que se diz acerca destas obras em instrumentos, alguns de normalização linguística. Os seguintes quadros dão conta das várias aceções em dicionários gerais (1), dicionários de especialidade (2) e dicionários enciclopédicos (3).

¹ Consulte-se “espécie de glossário” na *web*.

1. Instrumento

Definição de glossário

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa	<p>1 HIST BIBLIO na Idade Média e Renascimento, reunião, na parte final de um manuscrito ou coligida num volume próprio, de anotações, antes interlineares (<i>glosas</i>), sobre o sentido de palavras antigas ou obscuras encontradas nos textos</p> <p>2 dicionário de palavras de sentido obscuro ou pouco conhecido; elucidário</p> <p>3 conjunto de termos de uma área do conhecimento e os seus significados; vocabulário <g. de botânica></p> <p>4 pequeno léxico agregado a uma obra, principalmente para esclarecer termos pouco us. e expressões regionais ou dialectais nela contidos; vocabulário</p> <p>5 INF utilitário de processadores de texto em que se podem registar frases e expressões muito us., para rápida inserção no texto dos documentos</p>
Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea	<p>Obra em que se dá a significação de um determinado conjunto de palavras pertencentes a um vocabulário de emprego menos usual, actual, claro...; obra de vocabulário especializado. = ELUCIDÁRIO</p> <p>Vocabulário ou lista de palavras, ordenadas alfabeticamente, que figura como apêndice a uma obra, um texto..., com o respectivo sentido ou significado.</p>

2. Instrumento

Definição de glossário

Dicionário de Termos Linguísticos – Portal da Língua Portuguesa	Denomina-se glossário um dicionário que contém sob forma de simples definições (ou traduções) as significações das palavras raras ou pouco conhecidas.
Dicionário Terminológico – Direção-Geral da Educação	Dicionário que repertoria palavras ou expressões raras, pouco conhecidas ou específicas de um determinado domínio, acompanhadas de uma pequena definição ou de uma tradução.

Nota: o Dicionário Terminológico indexa “glossário” à hierarquia “Lexicografia” e à subcategoria “Obras lexicográficas”.

3. Instrumento

Definição de glossário

Grande Dicionário Enciclopédico	Catálogo de palavras pouco conhecidas ou desusadas, com definição ou explicação de cada uma delas.
Ediclube	Dicionário especificamente destinado a termos técnicos.
Dicionário Enciclopédico Temas e Debates	Vocabulário em que se explicam palavras pouco conhecidas ou de sentido obscuro. Dicionário de termos técnicos de arte ou ciência.

A nossa consulta permitiu constatar que, de facto, a obra glossário se pode confundir com outras como dicionários, elucidários e vocabulários e que o repertório de *itens* listados em glossários tem um estatuto de “menos usado” (exceto no domínio da Informática), “menos conhecido” ou “menos claro”, seguido do seu significado, definição, explicação ou tradução. Esta primeira análise configura os glossários como obras com função sociocultural, meramente descodificadora, e anuncia uma estrutura previsível (verbete composto por uma ou mais unidades lexicais + definição/explicação) e a possibilidade de se contemplarem duas ou mais línguas num instrumento assim designado. Deixa por apurar, no entanto, o que verdadeiramente o distingue de outras obras lexicográficas, bem como que circunstâncias ditam que surja anexado a um texto.

Por conseguinte, será relevante para nós averiguar se é possível ao Consultor e Revisor Linguístico fazer escolhas consistentes de entre a oferta exposta nos instrumentos normalizadores: de catálogo ou lista de palavras a dicionário, que critérios permitem, então, classificar um glossário? É nesta medida que procuraremos linhas orientadoras que viabilizem a caracterização do género, sabendo que esta obra se mantém na preferência dos autores e que a etiqueta “glossário” substitui frequentemente outras da mesma “família”.

1. Contributos teóricos para uma descrição de *glossário*

1.1. *Texto e discurso*

A noção de texto, ainda ausente em alguns instrumentos de normalização linguística² que usamos em Portugal, tem evoluído bastante nas últimas décadas. O primeiro grande passo na investigação e estudo do texto foi a aceitação de que a frase não era a maior unidade com estrutura própria. Esta premissa colocou os investigadores frente a um universo que só poderia ser explicado em termos textuais e contextuais para dar conta de fenómenos como a *referência*, a *progressão temática* e os *níveis de formalidade*. Terá sido no momento em que se interiorizou que os textos diziam muito sobre a comunicação humana e se mantinha a abordagem da frase, mas em sentido inverso – do global para o local –, que se desenvolveram as teorias do texto.

Atualmente, em Linguística, pode definir-se *texto* com maior ou menor nível de abstração, consoante a perspectiva de acordo com a qual se encara o produto textual (do ponto de vista cognitivo, como processo de produção e interpretação, ou como produto acabado). Independentemente do quadro teórico de que participam, muitos teóricos do texto partilham da opinião de que os textos não podem ser reduzidos a meras produções linguísticas já que essas estão intimamente ligadas à situação e condições da produção e às suas particularidades. Contudo, já nos dizia Crystal (1991) que as noções de *texto* e de *discurso* poderiam sobrepor-se ou ser tomadas como realidades diferentes, dependendo do posicionamento epistemológico dos linguistas. Vemos, assim, necessidade de identificar a nossa abordagem.

Para efeitos deste trabalho, tomamos em conta a definição de *texto* de Rastier (2012): “... serie lingüística empírica corroborada, producida en una práctica social determinada y fijada en cualquier soporte” (p. 35). Esta proposta pressupõe que se observem as realizações linguísticas como produto das práticas sociais e que, como o autor defende, a atividade social enquadre um domínio semântico e um *discurso*. Os

² Obras de referência (gramáticas e dicionários) e obras de divulgação (vocabulários, prontuários, guias, manuais).

domínios semânticos que se salientam nos textos identificam-se, segundo Rastier (1997), como os domínios atestados em dicionários e desambiguadores da polissemia, dando origem aos discursos jurídico, médico, religioso, etc.

Falaremos, pois, a partir de agora, de *textos* como materializações dos *discursos*. A noção da fixação do texto no suporte, apesar de se ver como fator que interage igualmente nos textos, será abordada mais adiante.

Entender os textos da forma como expusemos não invalida, no entanto, a noção de que num texto operam restrições gramaticais que permitem que um conjunto de orações forme uma unidade com sentido. Os textos devem, portanto, ser vistos como objetos pluridimensionais, porque “abordam um ou mais temas, possuem uma estrutura interna própria, caracterizam-se por aspetos formais específicos, têm origem em locutores investidos de determinados papéis sociais e, com eles, procura-se atingir um objectivo” (Silva, 2012, p. 21).

Nesta relação entre gramática e fatores externos que caracteriza os textos, procura-se, então, compreendê-los enquanto ação concretizada através do linguístico e na qual participa uma série de estratégias que resulta da interdependência entre externo e interno. Segundo Charaudeau (2005, p. 4), intervêm na produção e receção textuais vários níveis de operações linguísticas: situacionais, comunicacionais e discursivos. O nível situacional, que estará no espaço externo, diz respeito à *finalidade* da produção (“estamos aqui para dizer ou fazer o quê?”), à *identidade* dos intervenientes (“quem fala a quem?”), ao *domínio do saber* (“sobre o quê?”) e ao *dispositivo* (“em que ambiente físico de espaço e tempo?”). O nível comunicacional, subordinado ao situacional, diz respeito às *maneiras de falar* (“estamos aqui para falar de que modo?”). O nível do discursivo³, ou seja, o nível da realização linguística é onde se verbalizam os níveis situacionais e comunicacionais.

É de acordo com as perspetivas apontadas que Coutinho sublinha que “ao tomar-se um texto como objecto empírico, aceita-se lidar com a complexidade que lhe é inerente” (Coutinho, 2006, p. 90). E, em suma, uma análise textual deve ser igualmente perspetivada em função da dimensão textual que se pretende analisar.

³ Terminologia do autor

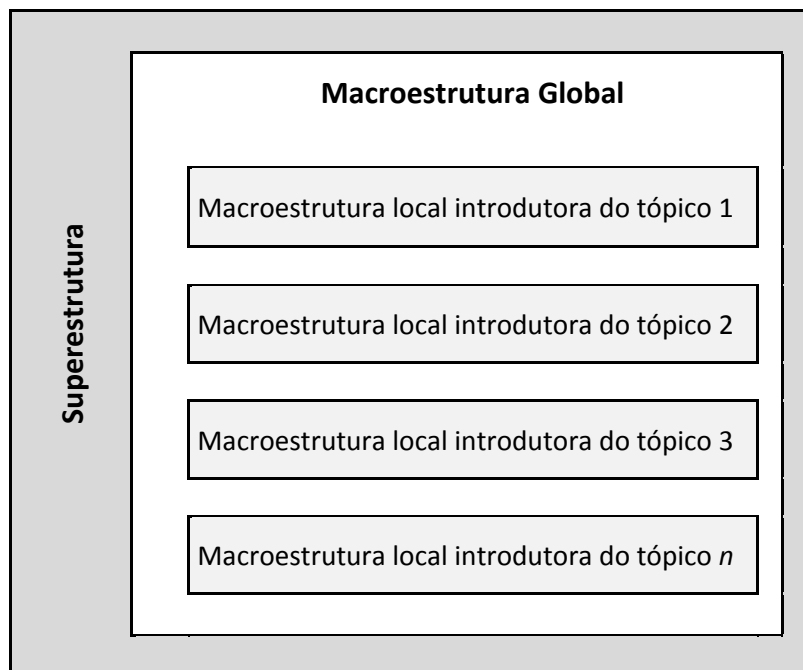
1.1.1. A estrutura e a organização textuais

Como referimos na Introdução, o processo de escrita de um texto sedimenta-se na planificação, sendo nesta fase que se tomam grandes decisões no sentido de produzir textos interpretáveis. Nessa ótica, trataremos, nesta secção, de apontar e descrever sucintamente alguns pressupostos estruturais e organizacionais que nos parecem úteis na perspectiva de compreensão do processo de criação textual e que serão mais à frente objeto de análise.

Entretanto, partimos da constatação de que todo o texto obedece a uma organização interna que lhe garanta coerência a nível global e de que esta depende de segmentos coerentes de nível local. Necessitamos, portanto, de um modelo que descreva a estrutura textual nesses dois níveis organizacionais, de entre os vários disponibilizados no âmbito dos estudos linguísticos sobre os textos. Destes, uns acolhem os fenómenos pragmáticos, virando-se outros para a perspectiva retórica, variando, igualmente, a terminologia e a natureza dos níveis estruturais.

O modelo desenvolvido por van Dijk (1980) concebe a organização do texto no seu conjunto e nas várias partes que o compõem. Referindo-se ao nível global do texto, o autor defende a existência de uma *superestrutura* e de uma *macroestrutura* globais, que se sobrepõem, mas devem ser distinguidas em termos formais e temáticos respetivamente: “Superstructures have been defined as conventionalized schemata, which provide the global ‘form’ for the macrostructural ‘content’ of a text” (1980, p. 127). Como se diz num trabalho posterior, a superestrutura será a sintaxe do conteúdo macroestrutural (van Dijk & Kintsch, 1983, p. 242). No entanto, a noção de macroestrutura global, assente na semântica do texto, necessita do seu equivalente para os níveis de organização mais locais. Assim, para van Dijk & Kintsch (1983), todo o segmento que se possa sujeitar a resumo ou paráfrase será igualmente uma macroestrutura (p. 219), e os segmentos microestruturais (ao nível gramatical e lexical) podem coincidir com uma macroestrutura, como, por exemplo, o caso de um texto constituído por uma frase apenas (p. 53). No âmbito da análise que desenvolveremos, falaremos de superestrutura para nos referirmos à organização esquemática global do texto. Sendo que esta superestrutura vai de par com a organização dos conteúdos, falaremos de macroestrutura global enquanto estrutura superior constituída por várias

macroestruturas locais. Assim, as macroestruturas locais dirão respeito aos segmentos textuais que introduzem um tópico⁴. Note-se o esquema que sugerimos:



O facto de tratarmos de macroestruturas que se organizam global e localmente sob a forma de *esquematização* leva-nos agora a detalhar este assunto. Esquematizar, como refere Caldes (2009, p. 65), “corresponde a organizar, no contexto de uma situação comunicativa particular, o material verbal disponível e em uso num dado momento de utilização da língua”. Esta organização do conteúdo dos textos pode ser elaborada através de recursos de progressão temática entre blocos de textos ou através de processos de esquematização que não necessitam de organizadores textuais que os liguem entre si. Será este o caso das macroestruturas globais ordenadas alfabeticamente, das quais o dicionário será o melhor exemplo.

Por outro lado, já no nível micro-organizacional, também as macroestruturas locais se podem apresentar sob forma de esquematização, o “grau zero” da planificação,

⁴ Ainda que esta terminologia possa estar em conflito com a que se utiliza em estudos lexicográficos, entendemos que a noção de macroestrutura local deve ser preferida à de microestrutura, usada normalmente para designar os verbetes lexicográficos. Pesa para esta decisão o facto de termos como objeto de análise a estrutura do verbete, ou seja, *entrada + definição*. No caso, não podemos deixar de observar que a entrada é, no fundo, o título (e resumo) do verbete, e que a definição é tradicionalmente a sua paráfrase, pelo que a noção de macroestrutura local está mais conforme com a proposta de van Dijk.

para Bronckart (2012, p. 238). Este autor defende que a esquematização está presente em definições, enumerações e enunciados de regras e que os segmentos desta natureza são normalmente conhecidos como segmentos *simplesmente informativos* ou *puramente expositivos* (p. 239). No caso das definições, os segmentos em esquematização distanciam-se dos segmentos que se destinam a fazer ver (descritivos), a fazer agir (injuntivos), a resolver problemas ou convencer (explicativos, argumentativos) e criadores de tensão (narrativos).

Igualmente decisão a tomar, em termos da planificação textual, é a atitude de locução, ou modalidade enunciativa, que o produtor vai adotar para o seu texto. Trata-se de semiotizar linguisticamente a relação que o produtor estabelece com o “mundo” do destinatário. No modelo de Bronckart (2012, pp. 153-155), existem quatro mundos possíveis: se o produtor mobiliza o conteúdo temático num espaço e tempo conjunto ao do destinatário, adota a atitude de EXPOR; por outro lado, se o conteúdo é passado ou futuro, ou mesmo imaginário, o produtor é levado a introduzir dados que permitam localizar no tempo esse conteúdo, e, simultaneamente, no espaço no qual o tema do texto se desenvolve. O produtor está, então, a NARRAR. De uma perspetiva assente nas condições da produção, um texto pode, ou não, mostrar qual a relação entre os agentes da situação (produtor, destinatário e espaço-tempo no qual se situam). No primeiro caso, o texto *implica* os parâmetros materiais da ação e esses agentes são verbalmente mobilizados. No segundo, os parâmetros materiais não são mostrados, porque a interpretação não requer qualquer conhecimento das condições de produção. Estes mundos, ou quatro atitudes de locução possíveis, adquirem, assim, substância linguística e são designados pelo autor como *tipos de discurso* ou *formas de organização linguística* (p. 250). Veja-se o seguinte quadro readaptado:

Formas de Organização Linguística (FOL)	Expor	Narrar
Implicação do Produtor	Expor Interativo	Narrar Interativo
Autonomia do Produtor	Expor Teórico	Narração

(Bronckart, 2012, p. 157)

Exemplifiquemos, então, o caráter do *Expor Teórico*, a modalidade que se prevê dominar a nossa análise.

Conforme se representa no quadro, o Expor Teórico situa-se nas coordenadas Expor e Autonomia do Produtor. Assim, não serão visíveis marcas linguísticas da “presença” do autor/enunciador ou do contexto no qual este se insere. Referimo-nos a i) deícticos pessoais, ou seja, elementos que indiciam quem são os participantes na interação, o produtor e os interlocutores, expressos por pronomes pessoais; ii) deícticos temporais, elementos que apontam para o tempo, realizados através de advérbios, locuções, sintagmas adverbiais temporais ou morfemas de tempo; iii) deícticos espaciais, elementos realizados através de advérbios de lugar, determinantes demonstrativos e verbos de representação de movimento⁵. Por outro lado, a ação de expor, em oposição à ação de narrar, manifesta-se igualmente no plano do tempo verbal mobilizado, o presente do indicativo, no caso do Português Europeu.

Existindo em número limitado, as formas de organização linguística (doravante FOL) permitem confrontar os textos numa perspetiva de homogeneidade e heterogeneidade, remetendo, de novo, para o nível da estruturação global: consideram-se textos homogéneos aqueles nos quais está presente uma única FOL, e textos heterogéneos os textos nos quais se identificam várias FOL (2012, p. 253). Recuperando, agora, os níveis propostos por van Dijk, falaremos de macroestruturas globais homogéneas, para nos referirmos às estruturas nas quais se observa somente uma FOL.

1.2. Géneros Textuais

A organização superestrutural, funcionando como “organização sintática dos conteúdos”, adquire convencionalidade, de tal forma que os falantes e escreventes reconhecem facilmente a superestrutura de uma *notícia* (van Dijk, 1980) ou de uma *história* (van Dijk & Kintsch, 1983). Com efeito, uma superestrutura convencional adapta e adapta-se a conteúdos diversos e, uma vez que falamos da *notícia*, podemos igualmente sugerir que a estrutura da notícia adquiriu um caráter convencional – título,

⁵ Para explicação da deixis, consulte-se Faria, Isabel (2003, pp. 55-122).

lead e corpo da notícia – fundamentalmente gerado pela atividade jornalística e, entretanto, dado como assente na nossa cultura, no fundo, socialmente partilhado. Assim, cada atividade profissional tem o seu próprio uso da língua e gera produções semelhantes, quer ao nível estrutural, quer em termos lexicais, uma vez que as atividades estão vinculadas a um domínio semântico. A recorrência destas produções vê-se, então, retratada na noção de *género textual*.

Para Rastier (2012), serão os géneros textuais que vinculam os textos aos *discursos*, sendo que, como já dissemos, entendemos *discurso* como comportamento linguístico dos sujeitos de dada esfera de atividade social. Nessa medida, cada sociedade comporta um determinado número de comunidades sociais e profissionais, cada uma com os seus discursos e com os seus géneros próprios, o que permite que estes sejam, como diz o autor, estritamente diferenciados, sem ambiguidades (2012, p. 319). Veja-se, pois, a definição de género proposta pelo autor: “programa de prescrições (positivas e negativas) e de licenças que regulam a produção e interpretação de um texto” (Rastier, 2012, glossário, tradução nossa).

Os géneros revestem-se, então, de traços de identidade que os caracterizam e que lhes permitem receber uma etiqueta, ou um nome, “Les noms de genres – (...) – fonctionnent comme des étiquettes d’appartenance qui ont tendance à réduire un énoncé à une seule catégorie ou famille de textes (Adam, 2011, p. 26). As etiquetas não são suficientes para catalogar um género, como demonstra a tradição literária (Genette, 1997), e esta problemática é igualmente comum aos géneros não literários. Sabaj & González (2013), no âmbito de um estudo dos propósitos comunicativos dos editoriais em revistas científicas, salientam que “este nombre que le asignan los usuarios ..., no es, por si solo un criterio confiable para determinar la función del texto que se quiere classificar” (p. 66). Deste estudo, os autores concluíram que as etiquetas que surgem associadas a um propósito comunicativo nem sempre são transparentes e variam expressivamente. O exemplo mais marcante ocorre com etiquetas atribuídas a textos com a função de homenagear que assumem designações como *Comentário*, *Conferencia*, *Documento*, *Editorial*, *Ensayos y documentos*, *Homenaje*, *In Memoriam*, *Opiniones*, *Reseñas*, *Reseñas de Fonogramas*, *Resumen de Memoria*.

O mesmo diz Bhatia (2004), autor que partilha com Swales (1990) da opinião de que o principal critério para a identificação genérica é o propósito comunicativo do

texto. No estudo de 2004, Bhatia sugere que há gêneros, outrora com uma função não publicitária, que se deixam “invadir” por propósitos publicitários, o que parece dificultar a categorização genérica. Nessa perspectiva, um estudo de gêneros baseado no propósito comunicativo dos textos passaria, para Bahtia (2004), por fazer o levantamento dos propósitos comunicativos específicos – que dariam origem a realizações linguísticas diferentes –, de entre um propósito comunicativo geral dos textos (pp. 58-59).

Em todo o caso, quer etiquetagem, quer propósito comunicativo conferem estatutos aos participantes envolvidos. Como frisa Kress (1988), “(...) each genre constructs positions or roles which the participants in the genres occupy” (p. 37). Por conseguinte, é de acordo com esta sugestão que se pode entender que o gênero *entrevista* dê origem a papéis de *entrevistador* e *entrevistado*, e o gênero *manual de instruções* evidencie as posições sociais dos intervenientes, a de *instrutor* e a de *instruendo*, de onde sobressai a autoridade e o poder dos agentes da ação de linguagem sobre os que são, deste modo, coagidos a ocupar posições subordinadas (p. 38).

Identificados os contextos de uso do gênero e o aspeto de convencionalidade que lhes é associado, poderia pensar-se que a produção textual tende para a homogeneidade, na medida em que um gênero, seja na dependência de um discurso ou na de um propósito comunicativo, se torna um ponto de referência normativo. No entanto, o espaço das restrições é também o espaço das estratégias, pelo que, de este ponto de vista, um texto será sempre singular, nem sempre respondendo às convenções genéricas. Para Rastier (1997, p. 29), este fenómeno seria de índole individual – do *idioleto* –, o que daria origem ao “estilo” do texto, em oposição a uma norma socializada – *socioleto* – que teria origem nos discursos e daria origem à norma genérica.

Atendendo a todas as direções que a mobilização dos gêneros textuais salienta, coloca-se-nos uma questão: em que fase da produção textual se convoca um gênero?

Tendo ficado já assente que os escreventes não dão início aos seus textos sem tomarem uma série de decisões, é na fase (pré-linguística) da planificação que se selecciona o gênero a adotar. Tal como os conhecimentos gramaticais, os conhecimentos sobre esta categoria abstrata encontram-se armazenados na memória de longo prazo do indivíduo e pode falar-se de *textualização* quando o material aí armazenado assume uma forma linguística (Aleixo, 2005, p. 76). O gênero materializa-se, então, em texto durante

o processo de textualização, sofrendo uma *atualização* por não ser uma cópia fiel do género memorizado e em virtude de cada sujeito ter a sua própria competência idioletal.

1.2.1. Géneros e agrupamentos de géneros

Na perspetiva de que os géneros se subordinam aos discursos e às práticas sociais, Rastier (2012) propõe as noções de *campo práctico* e de *campo genérico*, na ótica de que em cada prática social existem atividades específicas onde circulam vários géneros. Assim, um campo genérico é um grupo de géneros “que contrastan e incluso rivalizan en un campo práctico” (p. 281). O seguinte quadro dá conta da ligação entre a prática e o seu correspondente linguístico:

Praxología	Dominio de actividad	Campo práctico	Práctica	Transcurso de la acción
Lingüística	Discurso	Campo genérico	Género	Texto

(Rastier, 2012, p. 281)

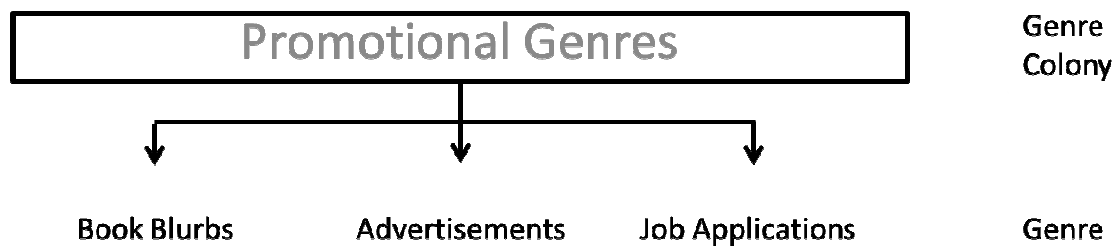
Apesar de esta representação não integrar casos em que os géneros elaborados no enquadramento de certo campo práctico possam ser reutilizados e reelaborados em outras práticas, aliás, como assinalado por Miranda (2012, p. 124), vamos, entretanto, defender uma categoria – *género interdiscursivo* – cuja existência coloca dúvidas a Rastier (2012, p. 308). A verdade é que consideramos plausível que na atividade A, geradora do campo genérico A e dos seus géneros próprios (A1, A2, A3, An), se mobilizem géneros do campo genérico B, cenário ao qual regressaremos adiante, mas que pode, por agora, ser representado assim:

<i>Praxiologia</i>	Domínio de atividade	Campo prático	Prática	Ação em curso
Linguística	Discurso A	Campo genérico A	Gênero A1, A2, An, B1	Texto(s)
Linguística	Discurso B	Campo genérico B	Gênero B1, B2, Bn	Texto(s)

Por seu turno, Bhatia (2004, p. 57) também partilha da ideia de que os gêneros podem agrupar-se, formando “colônias”, partindo de um critério de agrupamento baseado no propósito comunicativo dos textos:

(...) it represents a grouping of closely related genres, which to a large extent share their individual communicative purposes, although most of them will be different in a number of other aspects, such as their disciplinary and professional affiliations, contexts of use and exploitations, participant relationships, audience constraints and so on.

Veja-se a proposta de Bhatia acerca da colônia dos gêneros promocionais:



(Bhatia, 2004, p. 59)

No estudo de 2004, mostra-se que determinados gêneros, que numa primeira instância se fariam depender do discurso acadêmico (introduções, prefácios e prólogos de livros), salientam características promocionais, sofrendo, assim, um processo de “colonização” (p. 88). Contudo, o autor não deixa de mencionar uma categoria que nos parece próxima da de Rastier, os *gêneros disciplinares*, ou seja, aqueles que são usados nas práticas associadas a uma disciplina ou domínio profissional (2004, p. 55), cabendo assim na noção de “campo genérico” já mencionada.

1.2.2. Géneros e paratexto: a noção de género incluído

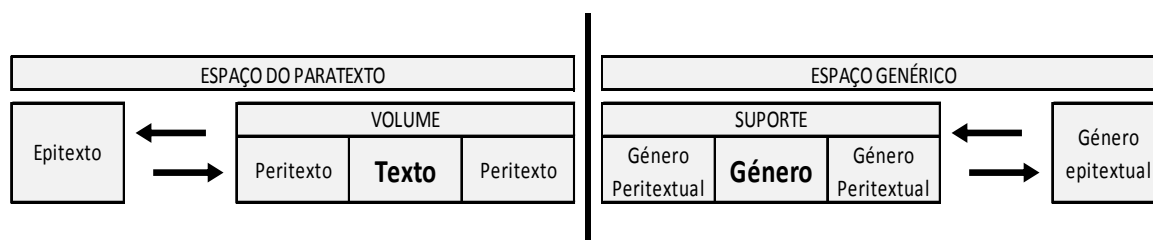
Queremos agora introduzir uma tipologia textual e genérica fundamentada em critérios espaciais. O raciocínio que está na base da terminologia usada para a classificação dos textos é igualmente empregue na teoria de géneros. Um obstáculo imediato para esta formulação seria o de que uma abstração (o género) não pode ser tratada como um objeto (o texto), o que não parece ser o caso da noção de *género incluído* à qual regressaremos adiante.

Tomemos em conta, em primeiro lugar, o conceito de *paratexto*. Para Genette (1997, p. 1), um texto torna-se num livro por meio do paratexto. Com efeito, na perspetiva do autor, um livro é um conjunto de textos, alguns de carácter paratextual. Genette refere-se a dois espaços do texto: o espaço periférico ao texto, embora dentro do mesmo volume (*peritexto*), e o espaço onde circulam textos externos ao volume (*epitexto*), designadamente comentários da *media* sobre o texto ou entrevistas concedidas pelo autor que, fundamentalmente, contribuem para melhor interpretação do produto textual. Genette assinala, ainda, a possibilidade de um texto em posição epitextual vir a ser admitido na zona peritextual (p. 344), por exemplo, em publicações posteriores. Note-se que o autor trata da obra literária, pelo que os exemplos de elementos peritextuais se cingem àqueles que normalmente se encontram nos géneros textuais da Literatura.

Transpondo estas noções para o espaço genérico, diz Rastier (2012, pp. 323-325) que existem *géneros autónomos*, ou géneros que não dependem de outros para assegurar a sua existência. Quando integrados num género principal, assumem o estatuto de *género incluído*, passando os primeiros a designar-se por *rapsódicos* e tendo como paradigma mais saliente o caso dos géneros literários. O autor dá como exemplo de género rapsódico um romance de Perec que inclui um *bilhete postal instrucional* e um *menu* de restaurante, de entre outros géneros autónomos que ocorrem tradicionalmente de forma independente. Para Rastier, os géneros peritextuais, inseridos no grupo dos incluídos, têm comumente uma função de ajuste do regime hermenêutico e obedecem a regras tão definidas como as que existem para géneros não peritextuais, ainda que o autor veja como ambígua a categoria de peritexto. Todavia, Rastier não se pronuncia sobre como deve ser entendida a categoria de epitexto nos estudos de género, mas

assumimos que o peso interpretativo e auxiliar que um texto tem sobre o outro o possa colocar no espaço paratextual, ainda que circulando à distância. Reforça a nossa formulação o que entende Genette (1997, p. 12) sobre o aspeto funcional do paratexto: “the paratext in all its forms is a discourse that is fundamentally heteronomous, auxiliary, and dedicated to the service of something other than itself that constitutes its *raison d’être*. This something is the text”.

Neste sentido, e se todo o texto releva de um género, não há como evitar a noção de *género epitextual*, porque ela espelha uma realidade textual e o espaço físico no qual se encontra o texto. Veja-se o seguinte quadro⁶.



No entanto, aceitar esta categoria implicaria aceitar o estatuto de género incluído conforme Rastier o legitima no caso dos géneros peritextuais e identificar qual a função de um género incluído em posição epitextual e que peso interpretativo teria no género que o inclui. Sobre esta questão, devemos assinalar que não nos compete formular um nome para a categoria e que, desde já, somos relutantes em aceitar que algo num espaço externo se designe como incluído, devido à incompatibilidade semântica que se observa. Apesar disso, por razões metodológicas, utilizaremos a noção de *género epitextual* na nossa análise.

1.2.3. Manifestações de vários géneros no mesmo texto

Segundo Miranda (2010), há géneros que cruzam parâmetros de textualização associados a géneros diferentes, manifestando situações de *intertextualização*, ou “*interacção* entre diversas formas de *textualização* no interior de um mesmo texto” (p.

⁶ Repare-se que substituímos a noção de *volume* (cf. Genette 1997) pela de *suporte* pela necessidade de dar conta de outros dispositivos nos quais textos e géneros circulam na atualidade.

172), fenómeno que vemos relacionado com a noção de *colonização* à qual já fizemos referência em 1.2.1.

Entendemos, através desta leitura, que os textos que cruzam géneros diferentes poderão obrigar a um maior esforço mental para reconhecer de que géneros relevam, uma vez que é necessário atestar como é que, linguisticamente, se desenvolve o processo. É nesta medida que consideramos importante detalhar esta questão.

Como já foi referido, é o conhecimento genérico que permite convocar um género desde que este se ajuste à situação de comunicação: “conhecer um género de texto também é conhecer suas condições de uso, sua pertinência, sua eficácia ou, de forma mais geral, sua adequação em relação às características desse contexto social” (Bronckart, 2012, p. 48). Em situação de intertextualização, um género assume funções de convocante e é designado por *hipergénero*, opondo-se a um género que assume funções de convocado e toma o nome de *hipogénero* (Miranda, 2010, p. 183). Nem sempre é fácil reconhecer de que forma se estabelece esta relação de dominância, mas o segmento publicitário aproveita-se da estratégia com regularidade, comprovando-se o fenómeno através das publirreportagens que surgem frequentemente nos *media*. Segundo a entidade reguladora portuguesa para a comunicação (ERC), as publirreportagens são “textos destinados a promover ou publicitar, de modo manifesto ou velado, um determinado produto ou entidade, publicados sob a forma de reportagem, isto é, com as características formais de um texto jornalístico” (ERC, 2009, p. 220). Neste caso concreto, o género convocante (hipergénero) tem propósitos publicitários e o género convocado (hipogénero) – de propósito informativo –, serve os interesses do primeiro. Miranda (2010, p. 188) chama ao processo *intertextualização estratégica*, uma vez que ambos os géneros têm existência e função asseguradas sem necessitarem um do outro. Este recurso é igualmente desenvolvido em Coutinho & Miranda (2009, pp. 43-45) e tratado como *ficcionalização*, noção que adotaremos para nos referirmos aos textos nos quais coocorrem propósitos comunicativos distintos e cujo objetivo é lúdico, humorístico ou estético.

1.2.4. Parâmetros de género e mecanismos de realização textual

De acordo com o que foi referido no ponto anterior, a mutabilidade que se associa aos géneros textuais não facilita a tarefa de os descrever, até porque os textos que deles resultam espelham manifestações de variação, frequentemente atribuídas ao estilo individual de cada produtor (Rastier, 2012).

A problemática da descrição de géneros é, entretanto, abordada em Coutinho & Miranda (2009) em “To Describe Genres: Problems and Strategies”. Neste artigo, propõe-se um instrumento de análise e um procedimento metodológico que lidam, em simultâneo, com géneros e textos⁷. Como nos dizem as autoras, parte-se de um movimento que se inicia nos textos e através do qual se identificam *mecanismos de realização textual*, ou seja, recursos semiolinguísticos que regulam a produção e a interpretação do texto. No caso concreto, as autoras observam as dimensões organizacionais temática, enunciativa, composicional, disposicional, estratégica-intencional e interativa.

Numa segunda etapa, o procedimento estabelece que se identifiquem quais são as características, de entre os vários níveis de organização textual, que se podem associar ao género no qual o texto se enquadra e colaborar na sua parametrização. Identificados os *parâmetros do género*, ou os fatores que parecem concorrer para a sua identidade, regressa-se aos textos para desenvolver o movimento de controlo, a validação (ou não) dos parâmetros estabelecidos. No entanto, este modelo parece não dispensar da noção de *marcador de género*, “a semiotic mechanism (of any sort) that functions like any clue or indication of the updating of a generic parameter with distinctive value” (Coutinho & Miranda, 2009, p. 42). Como é notado pelas autoras, a diferença entre as duas últimas noções radica fundamentalmente no que é específico do género, levando à conclusão de que os parâmetros de género, apesar de permitirem a sua identificação, não são exclusivos de um só género. As linguistas distinguem dois tipos de marcadores: o *marcador autorreferencial*, que se reconhece por exprimir de forma explícita a categoria do género na qual o texto se inscreve, normalmente revelada sob a forma da etiqueta genérica ou, por outro lado, inserida no texto (através de sintagmas

⁷ Instrumento produzido no âmbito do subprojeto GeTOC – Géneros textuais e organização do conhecimento (CLUNL, 2003-2006).

nominais identificadores do género como: “neste resumo/artigo/trabalho projeto”); o *marcador inferencial* que se identifica, por exemplo, através de fraseologia recorrente, mas que pode igualmente ser atestado por quaisquer mecanismos da organização textual de forma implícita.

1.3. O campo dos géneros lexicográficos

Ao propor a categoria de *género interdiscursivo*, e visto que lidamos com um género que aparenta poder servir várias comunidades profissionais, necessitamos de dar a conhecer que pressupostos fundamentam a elaboração de glossários na atividade lexicográfica, eventualmente noutros discursos, não sem antes introduzir um pouco da história do género *glossário*.

Para elucidar acerca do desenvolvimento da lexicografia moderna enquanto disciplina, Verdelho & Silvestre (2007, p. 14) dizem que existiu “uma espécie de lexicografia implícita que tecia os próprios textos e facilitava a compreensão do vocabulário característico da escrita, forçosamente mais amplo e menos quotidiano do que o da língua oral”. Para os autores, terão sido os textos medievais com informação lexicográfica, sobretudo latina, a estar na origem dos primeiros glossários das línguas modernas (Verdelho, s.d., p.2). Assim se terá passado na história da lexicografia europeia, como se atesta no *Dictionary of Lexicography* (Hartmann & James, 2002, p. 63, entrada *gloss*). Nesta obra, desenha-se igualmente a multiplicidade de funções que o glossário entretanto adquiriu, tornando-se numa obra que varia expressivamente “in scope, technicality and treatment” (2002, p. 63, entrada *glossary*). Como afirmam os autores, alguns glossários evoluíram para dicionários especializados ou terminológicos, mas a maior parte manteve-se como apêndice de outros textos, não estando claros, para nós, os princípios que subjazem a esta posição. A entrada *terminology* (concretamente a aceção de *terminologia* enquanto manual) no *Dictionary of Lexicography* refere, aliás, que o vocabulário de determinado campo técnico pode ser estruturado sob a forma de glossário (2002, p. 140, entrada *terminology*). Está esboçado, assim, o índice de relações compartilhado pelas obras que têm o léxico como objeto de trabalho e que terá despertado o nosso interesse. O que parece estar em causa é a evolução das Ciências da

Linguagem e, em estreita dependência, o surgimento de gêneros que cada prática foi solicitando, não se tratando da evolução de um gênero, a nosso ver.

Esta problemática não deixa, contudo, de ser alvo de abordagem no meio lexicográfico. Veja-se o que identifica Isabel Gil (2009) quanto à ambiguidade no emprego da palavra *dicionário*: “esta designação tem sido empregue (desde o seu aparecimento) para designar uma sequência de unidades lexicais ordenadas alfabeticamente, seguidas dos mais variados tipos de informações” (p. 9). Para esta autora, porém, o sistema linguístico dá resposta ao uso da designação *dicionário*, na medida em que será a seleção do léxico a definir que intervém na categorização das obras lexicográficas:

designam-se os dicionários gerais por oposição a um outro tipo de dicionários que tem por objecto de descrição um sub-sistema lexical: por exemplo, uma língua de especialidade, uma variedade diatópica ou uma variedade distrática [sic], o vocabulário de um autor, etc. (p. 12)⁸.

Assumimos desta proposta que a distinção tripartida da língua, conforme sistematizada por Coseriu – Sistema/Norma/Fala – se apresenta como uma “ferramenta” de distinção dos textos lexicográficos, nomeadamente no que diz respeito aos subsistemas lexicais. Apresentamos, por isso, o pressuposto coseriano que estará na origem desta formulação:

El sistema es sistema de posibilidades, (...) la *norma* es, en efecto, un sistema de realizaciones obligadas, de imposiciones sociales y culturales, y varía según la comunidad. (...) todo el lenguaje considerado como actividad concreta es *habla*. (...) una “lengua” comprende toda una serie de sistemas menores (dialectos, “lenguas” especiales, sistemas distintos socialmente o culturalmente: lengua docta, lengua literaria, lengua popular, lengua familiar), de límites variables y convencionales (Coseriu, 1989, pp. 98 -102).

Igualmente assente no mesmo critério, numa reflexão sobre a dificuldade de categorização da obra lexicográfica, Barbosa (2001) refere-se a fronteiras ténues entre o texto lexicográfico e terminográfico (p. 32) e sugere o seguinte recorte das unidades lexicais a listar em dicionários, vocabulários e glossários, num quadro que sintetizámos:

⁸ Sublinhado nosso

Níveis de atualização da língua	Sistema	Norma	Falar
Conjunto de unidades lexicais	Universo léxico	Conjuntos-vocabulários ou conjuntos terminológicos	Conjuntos-ocorrência
Unidades padrão	Lexema	Termo	Palavra
Tipo de obra lexicográfica	Dicionários de língua	Vocabulários fundamentais Vocabulários técnico-científicos Vocabulários especializados	Glossário
Microestrutura	Artigo = Entrada (lexema) + Enunciado lexicográfico + Inf.1 + Definição (acepção1, acepção2, acepção n) +/- Inf.2, Inf. n +/- Remissivas da cadeia interpretante de língua	Artigo = Entrada (vocabulo) + enunciado lexicográfico +/- Inf. 1 + definição (acepção específica da área ou de um falar especializado) +/- Inf.2, Inf. n + Remissivas (relativas ao Universo de Discurso em questão)	Artigo = Entrada (palavra-ocorrência) + Enunciado lexicográfico + Inf.1 + Definição + Inf. n +/- Remissivas (circunscritas ao texto em questão) de um discurso manifestado

(Barbosa, 2001, p. 39)

Esta representação não invalida que a palavra-ocorrência e o conjunto-ocorrência em glossários não tenham caráter especializado, na medida em que qualquer disciplina, ciência, técnica e profissão tem os seus meios linguísticos próprios conhecidos por línguas de especialidade⁹. No entanto, parece disponibilizar matéria para reelaboração em termos genéricos.

Retomando a última sugestão apresentada e as noções de *parâmetro* e *marcador de género* já expostas, podemos colocar como hipótese que o conjunto de unidades lexicais que opera nas obras lexicográficas seja *marcador* de entre uma série de parâmetros que identificam estes géneros mas que não lhes são exclusivos. Como é sabido, os critérios estruturais dos dicionários variam consoante o lexicógrafo e entidades responsáveis pelas obras, com variação ao nível da inclusão de marcas de uso ou de abonações, por exemplo, pelo que a estrutura nunca será um marcador do género. A ordem alfabética será parâmetro do género *dicionário geral*, mas não do género *terminologia* no qual coexistem esta preferência e a cadeia conceptual como vias de indexação. A prática lexicográfica funciona, então, como normalizadora dos géneros lexicográficos cujas especificidades são reconhecidas entre os membros da comunidade, tendendo, assim, para a estabilidade e classificação. É claro para a comunidade que o

⁹ Observe-se a definição de Língua de Especialidade no Dicionário de Termos Linguísticos do PLP

glossário tenha como horizonte definitório a palavra efetivamente produzida e que esta se compatibilize com a entrada de um verbete, enquanto remissiva de um texto. Na análise que desenvolveremos, procuraremos identificar se os textos que atualizam o gênero *glossário* em práticas externas à lexicografia exibem realizações que se conformem com as noções de parâmetro e marcador, tendo em vista a sua descrição. Na medida em que também os verbetes se reorganizam consoante a obra lexicográfica na qual constam, apresentaremos em seguida, de forma sucinta, algumas referências acerca das especificidades do segmento definitório.

1.3.1. A noção de definição

Como pode ver-se no quadro disponibilizado na secção anterior, nos glossários produzidos em ambiente lexicográfico existe um enunciado lexicográfico a preceder o paradigma definitório, o qual, por ser circunscrito a um texto ou a um discurso manifestado, já não possui qualquer polissemia. Para Barbosa (2001), este paradigma equivale ao “sentido da palavra naquele discurso concreto” (quadro, p. 39). Não temos, entretanto, muitas referências sobre como produzir definições em ambiente não lexicográfico e começamos por uma visão que, apesar de redutora, não deixa de ser eficaz e que equivale, para Murcho, a “uma maneira de dizer o que uma coisa é” (Murcho, 2003, entrada *definição*). Já Pinto (2012, pp. 152-153) afirma que a melhor definição será “a mais útil e a que dê resposta eficaz às necessidades do usuário, permitindo passar do desconhecido ao conhecido”. Na nossa análise será este o ponto de vista que defenderemos, embora consideremos útil adicionar outras posições. Note-se, então, a entrada *definição* no Dicionário de Termos Linguísticos

Enunciado que descreve uma noção e que permite diferenciá-lo das outras noções no interior de um sistema nocional. O termo pode ainda designar a análise semântica de uma palavra realizada através da indicação de “gênero próximo” e de “traços específicos”, ou de relações com uma ou mais unidades da língua ou do discurso; por metonímia, consiste na paráfrase construída através de um sinónimo de um termo a definir. A definição é lexicográfica quando tem por objecto a descrição de uma unidade lexical, e terminológica se tem por objecto a unidade terminológica, a qual possui características específicas relativamente à unidade lexical em geral.

Entendemos deste enquadramento que as unidades definitórias que descrevem noções dão origem a segmentos descritivos que sabemos, conforme Adam (2008), não poderem ser configurados internamente como as sequências argumentativas, explicativas ou narrativas (p. 206). Com efeito, o autor refere-se à descrição como processo anárquico (p. 218) pelas dezenas de operações possíveis que envolve. Por outro lado, de acordo com o que expusemos acerca da organização textual, as definições seriam de teor informativo/expositivo por fazerem parte de uma organização do conteúdo temático da ordem da lógica natural na qual não se observa qualquer fator tensional (Bronckart, 2012, p. 39). De esse ponto de vista, assumimos que os segmentos descritivos serão mais uma opção que uma regularidade, e, pelo que retemos do texto acima, admitem-se vários critérios na organização das definições.

Nesta sequência, vejamos, então, o que refere Horton (2011)¹⁰ acerca da construção de uma definição em glossários. Também para este autor um glossário recenseia unidades lexicais efetivamente produzidas, posto que esta obra “lets us look up the meanings of terms as we encounter them” (p. 186). Horton propõe que se use a fórmula clássica da definição distribuída em duas partes, *genus* e *differentia*, referindo-se a primeira parte da definição à categoria mais geral da unidade lexical e a segunda, ao que a distingue dos outros *itens* dessa categoria (p. 187). Os exemplos que fornece (em inglês) não são formulações de tipo sinonímico (*x é um y*) e inscrevem-se maioritariamente na definição de conceção aristotélica (um *x é um y com as características c1, c2, c3*), igualmente atestada por Gil (2009) como “formulações de explicitação, frequentemente de tipo intensional” (p. 22). Exemplificando, Horton (2011) sugere construções nas quais o correspondente do *genus* é um hiperónimo (nem sempre o mais próximo na cadeia conceptual, acrescentamos) e o correspondente do *differentia* tem por base diferenças específicas ou qualidades/atributos da unidade a definir (um *x é um y que...*). No Português Europeu (PE, de agora em diante) prevê-se, então, que predominem construções com subordinadas relativas com a função sintática de modificador, como no seguinte exemplo “Uma enciclopédia é um livro que tem muitas folhas”.

¹⁰ O contexto do capítulo *Glossaries* é a implementação de sistemas de *e-learning* em vários campos de atividade, pelo que o autor vê necessidade de esclarecer o destinatário sobre o léxico de especialidade utilizado. Por outro lado, explica como elaborar um glossário, extravasando alguma caracterização que, até agora, propusemos. Cingimo-nos, assim, às considerações sobre definições em contexto monossémico.

Os outros exemplos de Horton conformam-se com as fórmulas *x é um y para* e *x é um y causado por* (p. 188), as quais se orientam para a relação causa-efeito que assiste o referente, pelo que se depreende que as definições em glossários sejam construções não limitadas ao verbo *ser*. Horton alerta ainda para a clareza da definição, advertindo que não deve repetir-se a unidade que dá origem à entrada (p. 188). Não explicando exatamente a circularidade de uma definição que não introduz informação nova, o autor exemplifica desta forma: “**display control panel** – a control panel where you can control the display of your computer’s monitor” vs. “**display control panel** – a utility for changing the size, number of colors, and other characteristics of the image shown on your computer’s monitor”. Horton aconselha, igualmente, que entrada e definição sejam separadas através de mecanismos de formatação, ainda que não dê muita importância a questões de uniformização entre os exemplos que fornece. Verifica-se, todavia, que domina a preferência pela elisão do verbo *ser*, parecendo opcional a realização do determinante artigo (*[x (é um) – y]* ou *[x (é) – y]*) nos sintagmas nominais. Pode dizer-se, em jeito de síntese, que uma definição em contexto não lexicográfico não obedece a um paradigma tão rigoroso quanto o imposto pela lexicografia.

2. Análise de glossários

Numa fase em que se pretende dar a conhecer os textos em análise, importa esclarecer que os textos surgem em dispositivos diversos que cremos interagir no processo da produção/circulação. Ao adotar uma conceção de texto que exige um suporte como dispositivo de fixação e de circulação, entramos também no domínio das várias tecnologias que funcionam como veículos da comunicação. Idealmente, as noções de *suporte* e de *meio de comunicação/veículo de circulação* estariam estabilizadas e permitir-nos-iam acolher imediatamente uma terminologia coerente neste trabalho, não sendo o caso. Tendo, portanto, consciência de que qualquer abordagem aos textos do *corpus* em análise colidirá com as noções de suporte, *medium*, meio de comunicação e canal disponíveis na Teoria do Texto, optamos por chamar suporte, enquanto “portador” de textos, ao livro, ao jornal e ao sítio *web*.

2.1. A organização do corpus

Assumimos como *corpus*, neste trabalho, um conjunto de textos escritos na variante europeia do português (PE) e um texto escrito na variante brasileira do português (PB) por uma escritora e jornalista portuguesa.

Para a reunião do *corpus* de jornais, procedeu-se da seguinte forma: no dia 11/10/2013 consultaram-se vários jornais disponibilizados *online*. Destes, selecionaram-se três considerados generalistas e direcionados para segmentos de público variados (*Público*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*), e um vocacionado para a área económico-financeira (*Negócios*).

No campo destinado a pesquisa, no sítio *web* de cada jornal, digitou-se a palavra “glossário” e recuperaram-se os três textos mais recentes da listagem disponível, etiquetados como glossários no título, subtítulo ou intertítulo. Nos casos em que os textos surgiam agregados a outros, assegurou-se que os últimos podiam ser designados como notícia, em virtude de existir essa etiqueta e, na sua ausência, aceitámos notícia

como hiperónimo da série de peças jornalísticas como artigos, reportagens e notícias¹¹. Incluiu-se o resultado mais recente encontrado no jornal *Público* pertencente à revista anexa e não ao jornal propriamente dito. Compilado esse conjunto de textos (num total de 12), que pode ser balizado no período entre 2006 e 2013, tentámos reuni-los por domínios semânticos, obtendo os seguintes resultados que reorganizámos assim: Economia (ECON), Saúde (SAU), Linguística (LING), Tecnologia (TEC), Política (POL) e Ambiente (AMB).

Adquirimos todas as versões impressas correspondentes às versões em linha do jornal *Público* e do *Jornal de Notícias*¹² e, excetuando um texto existente na versão *online*, mas não na edição impressa, os textos levados à análise serão na sua versão em papel. Não tendo sido possível consultar as versões impressas dos restantes jornais¹³, em virtude de estes já não se encontrarem arquivados nas redações, apresentá-las-emos em formato digital. As versões *online* dos jornais são assinaladas na grelha sinalética através de EDO. As versões impressas, através de EDI.

Na etapa seguinte, procurámos livros que integrassem glossários e que pudessem inscrever-se nos domínios semânticos previamente definidos. Reunimos, assim, dois exemplares, publicados entre 2006 e 2012, que se enquadram em áreas já selecionadas em jornais: SAU e LING. No mesmo suporte (livro), compilámos ainda três exemplares de glossários, publicados entre 2009 e 2013, os quais se inscreveram em domínios ainda não contemplados: Astrologia (ASTRO), Gastronomia (GAST), Geologia (GEOL).

Pensámos que seria produtivo estender a análise a outros dispositivos, adicionando exemplares do género extraídos de sítios *web*, e tentando que se restringissem aos domínios já assinalados. Nessa perspetiva, recolhemos três glossários, todos de entidades subordinadas ao Governo de Portugal: um dependendo do Ministério da Saúde (que alinhamos no domínio SAU), um dependendo do Ministério das Finanças (disciplinarmente alinhado em ECON) e o último do IPMA – Instituto Português do

¹¹ Veja-se livro de estilo do jornal *Público* em http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/nova/12-regras-c.html

¹² A edição impressa do JN de 29/09/2013 tem uma mancha preta a ocultar parte do texto. O departamento do JN que nos forneceu a EDI tentou várias impressões, sem que este erro se solucionasse.

¹³ Tentámos a consulta às versões impressas do Correio da Manhã através do organismo Hemeroteca, inviabilizada pela mudança de instalações em curso desde novembro de 2013.

Mar e da Atmosfera (do domínio AMB). Algumas datas dos textos não podem ser atestadas, em virtude de os sítios *web* nem sempre conterem essa informação, mas certificámo-nos de que todos os sítios *web* tinham atualizações recentes.

Colecionámos, por conseguinte, um total de 18 glossários que sujeitaremos a análise.

2.1.1. Grelhas sinaléticas do corpus

(exemplares disponibilizados na secção A dos anexos)

		EDIÇÃO	DATA / ANO	TÍTULO
LIVROS	L1	Caminho	2006	O Essencial sobre a História do Português
	L2	Oficina do Livro	2013	Astrologia e Guia do Amor
	L3	Feitoria dos Livros	2013	O ABC dos Queijos Portugueses
	L4	D.G. de Energia e Geologia	2009	Manual da Calçada Portuguesa
	L5	A Esfera dos Livros	2012	Uma Especialista em Nutrição no Supermercado

		EDIÇÃO	DATA	TÍTULO
JORNAIS	J1 EDI	Público Revista Pública	Domingo 28/07/2013	Este inverno no Rio de Janeiro: glossário provisório
	J2 EDI	Público Rubrica Mundo	Domingo 25/07/2010	EDO: Glossário dos termos eleitorais no Brasil EDI: Eleições no Brasil
	J3 EDO	Público Inexistente em EDI	6ª feira 03/04/2009	Glossário
	J4 EDI	Jornal de Notícias Rubrica Sociedade	Domingo 29/09/2013	Economia Social ampara 600 mil necessitados
	J5 EDI	Jornal de Noticias	5ª feira 23/09/2010	Mais 36,7 milhões gastos devido à alta dos juros
	J6 EDI	Jornal de Notícias Rubrica Economia e Trabalho	Domingo 06/12/2009	Glossário Breve das Alterações Climáticas
	J7 EDO	Negócios	6ª feira 04/10/2013	RBS: Futuro de Portugal poderá passar por alargamento da maturidade da dívida e venda de ouro
	J8 EDO	Negócios	3ª feira 16/10/2012	Guia para ler o Orçamento de Estado
	J9 EDO	Negócios	3ª feira 05/03/2013, atualizada em 30/04/2013	Calculadora dividendos 2012
	J10 EDO	Correio da Manhã	Domingo 11/01/2009	A dor atrás de cada um
	J11 EDO	Correio da Manhã	2ª feira 8/01/2007	Elogio da anorexia à solta na net
	J12 EDO	Correio da Manhã	6ª feira 01/04/2005	Viagem ao circuito da pirataria

		EDIÇÃO	DATA/ANO	TÍTULO
WEB	W1	Governo de Portugal: Ministério das Finanças	2006	Glossário Geral da IGF
	W2	Governo de Portugal: Instituto Português do Mar e da Atmosfera	n.d.	Glossário Climatológico/Meteorológico
	W3	Governo de Portugal: Administração Central do Sistema de Saúde	n.d.	Glossário de termos e conceitos técnicos no âmbito da concepção e construção de edifícios hospitalares

2.2. Modelo da análise

O instrumento de análise apresentado em Coutinho & Miranda (2009), já descrito na secção 1.2.4, é o dispositivo que servirá a nossa análise e será disponibilizado na secção B dos anexos. Assente num movimento circular “texto, género, texto”, consiste em observar nos textos do *corpus* quais os mecanismos de realização textual que podem contribuir para a identificação de parâmetros de género. Estabelecidos os parâmetros, prevê-se, depois, regressar aos textos como procedimento de controlo e validação dos parâmetros propostos. Na etapa seguinte, faz-se o levantamento de regularidades e observa-se em que contextos emergem as irregularidades.

A análise terá em vista as dimensões macro e micro da organização textual que distinguimos anteriormente e incidirá sobre a estrutura e os níveis semiolinguísticos conforme descritos por Charaudeau. Com efeito, a primeira observação dos textos permite a conclusão de que se combinam, em simultâneo, estratégias dos dois espaços do texto: interno e externo. Neste caso concreto, propomos a existência de parâmetros com base na estruturação do conteúdo temático e de parâmetros estabelecidos com base em aspetos situacionais e comunicacionais. Não nos dedicamos ao aspeto semântico, porque o género é transversal a todos os temas, não se registando um campo semântico-lexical que se saliente como particular do género, ainda que um número expressivo de glossários em jornais se inscreva na área económico-financeira.

No que diz respeito à dimensão macro-organizacional, teremos em conta, em primeiro lugar, os fenómenos que dizem respeito à estrutura global. Entendemos que uma macroestrutura global que possa funcionar como parâmetro de género é composta pela etiqueta e/ou título “glossário”, seguido de várias macroestruturas locais que correspondem aos verbetes. Observámos que alguns textos apresentam uma unidade textual que se conforma com uma introdução, pelo que será igualmente registada através de (X). Posto que estas estruturas são partilhadas por inúmeros géneros, não se conformam com a noção de marcador que introduzimos anteriormente.

O parâmetro que estabelecemos em seguida é a distribuição da macroestrutura global em ordem alfabética, mecanismo que assegura a coerência temática, dispensando a utilização de organizadores textuais entre os blocos de texto. Numa primeira observação constata-se que há problemas de organização alfabética, quer na ordenação geral (segundo a letra), quer no alinhamento das unidades iniciadas pela mesma letra, o que nos força desde já a estabelecer um critério de avaliação. No entanto, seria demasiado redutor não admitir como ordenadas alfabeticamente as estruturas que mostram uma tendência significativa neste sentido, sobretudo as que apresentam um caso entre dezenas de segmentos. Assim, assinalar-se-á a tendência dominante.

Admitimos, ainda, como parâmetro do género glossário, a sua ocorrência como *género incluído*, parâmetro que depende da posição espacial dos textos relativamente a outros que, entretanto, designaremos como textos principais. Partimos da hipótese de que, ao fazer definições de um conjunto-ocorrência, essas unidades estejam “unidas” de qualquer forma ao texto que será um glossário. Assim, estabelecemos que o texto que corresponde ao glossário aparece em posição paratextual: peritextual, se inserido no mesmo volume do texto principal (no caso dos livros), ou situado no espaço da rubrica na qual consta o texto principal (no caso dos jornais); epitextual, se externo, mas “unido” através de uma remissão de qualquer espécie para um texto principal. Tomou-se como exemplo do último caso o texto J8 cuja remissão é feita no *lead* da notícia. No caso dos textos no suporte sítio *web*, entendemos que a noção de volume tem como correspondente o sítio *web* e que uma posição epitextual pode ser toda aquela que se assegura através de uma hiperligação num texto principal. Se o texto em análise se situar no espaço da página do texto principal, consideraremos que se encontra em posição peritextual, o que, numa observação superficial, não acontece.

Finalmente, ainda no âmbito macro-organizacional, propomos que o conjunto de unidades lexicais a definir possa funcionar como parâmetro e marcador do gênero *glossário*, baseando a segunda hipótese em produções lexicográficas. Trata-se de auscultar o propósito comunicativo específico do gênero, admitindo que “definir” seria o propósito geral. Posto que uma primeira observação sugere que existam unidades derivadas de um subsistema lexical de especialidade¹⁴, mas se presencia igualmente a atualização da língua ao nível do *falar*, a parametrização deve ser subdividida e ter em conta as duas realidades. Desta forma, examina-se se as unidades foram efetivamente produzidas no texto principal e formam um conjunto-ocorrência ou se se recenseiam termos de um conjunto terminológico de maior ou menor especialidade. Colocamos este parâmetro no nível macro-organizacional, porque, apesar de incidir sobre um fenómeno que se verifica nas macroestruturas locais, remete para a unidade global do texto, salientando o nível de finalidade ou de objetivos dos autores (“estamos aqui para dizer ou fazer o quê?” / “sobre o quê?”).

No plano micro-organizacional, daremos conta, em primeiro lugar, das macroestruturas locais que configuram os verbetes. A primeira examinação dos textos sugere que estas macroestruturas sejam compostas pela entrada e pelo segmento definatório e é esse o parâmetro de gênero de ordem estrutural que se aventa.

Relativamente à atitude de locução, propomos a adoção do Expor Teórico como FOL primária das definições. Partimos da hipótese de que esta planificação é representativa e pode ser sugerida como parâmetro do gênero *glossário*. A enunciação parece ser marcada pela autonomia do produtor, embora se tivessem observado construções que remetiam para o produtor e para o espaço-tempo da produção. A observação geral dos textos não revelou qualquer presença de frases não declarativas nas definições e esses blocos textuais parecem conformar-se com os segmentos expositivos/descritivos das esquematizações. Quanto ao paradigma dos tempos verbais, parece destacar-se o uso do presente do indicativo com valor gnómico¹⁵ ou “geral”. Este aspeto coloca-nos, no entanto, um problema que não parece ser menor: ao detetarmos que, em textos com tendência saliente da atitude de Expor Teórico, se podem identificar

¹⁴ Entendemos por léxico de especialidade “Vocabulário relativo a uma língua de especialidade. Exemplo: a economia” (cf. Dicionário de Termos Linguísticos)

¹⁵ Para explicação do presente gnómico, consulte-se Dubois et al. (2011)

segmentos correspondentes com outras atitudes de locução, compromete-se a noção de textos homogêneos, que aparenta igualmente ser uma tendência. Desta forma, assinalaremos a tendência da atitude de locução e não a homogeneidade textual, não deixando de regressar adiante ao que, por agora, consideramos lapsos e objeto de revisão linguística.

Por último, sugerimos que a presença/ausência de fraseologia típica das definições possa ser um parâmetro de género, sendo, numa observação superficial, pouco saliente.

Obtemos assim o modelo de análise que se segue.

DIMENSÃO MACRO-ORGANIZACIONAL						DIMENSÃO MICRO-ORGANIZACIONAL		
Parâmetros de género						Parâmetros de género		
Macroestrutura global		Presença no paratexto		Conjunto de unidades lexicais		Macroestrutura local	FOL	Fraseologia
Etiqueta e/ou título (+ macroestrutura introdutória) + n macroestruturas	Ordem alfabética	Peritexto	Epitexto	Conjunto terminológico (+ ou – especializado)	Conjunto-ocorrência	Entrada + Definição	Atitude de Expor Teórico	

2.3. Análise textual

Antes da apresentação dos resultados, entendemos necessário dar conta das situações que considerámos serem ficcionalizações do género ou erro na utilização da etiqueta. Referimo-nos aos textos J1, J2 e J10 nos quais se cruzam vários parâmetros do género *glossário* e que foram assinalados no quadro de análise com a cor rosa. Referimo-nos ainda ao texto J9, assinalado a púrpura, e que interpretamos imediatamente como caso de etiqueta errada. Apesar de estes textos não terem sido analisados sob a perspetiva com que se examinaram os outros, mantivemo-los nos quadros de análise, assinalando somente a sua planificação estrutural. Com efeito, a observação de que enviesariam os resultados da análise esteve na base desta decisão.

Este conjunto de textos, bem como as estratégias envolvidas, serão objeto dos nossos comentários noutro momento.

Dois dos glossários em sítios *web* serão analisados parcialmente, dada a dimensão que apresentam, pelo que somente se tomarão em consideração as primeiras três páginas de cada exemplar. Formulámos este critério em função da dimensão do texto W3 que perfaz três páginas impressas.

Todos os parâmetros podem ser reconhecidos através da presença/ausência dos mecanismos de realização textual, e, nesta perspetiva, as presenças serão marcadas com X. Sempre que o parâmetro não puder ser observado, será assinalado com N/O. Os textos que realizam a macroestrutura introdutória serão assinalados através de (X).

Exibiremos e comentaremos os resultados com base no parâmetro de género e com base no suporte no qual são apresentados, por se considerar que ambas as leituras são relevantes para a descrição do género.

Quadro 1 – suporte livro

IDENTIFICAÇÃO	DIMENSÃO MACRO-ORGANIZACIONAL						DIMENSÃO MICRO-ORGANIZACIONAL		
	Parâmetros de género						Parâmetros de género		
	Macroestrutura global		Presença no paratexto		Conjunto de unidades lexicais		Macroestrutura local	FOL	Fraseologia
	Etiqueta e/ou título (+ macroestrutura introdutória) + n macroestruturas	Ordem alfabética	Peritexto	Epitexto	Conjunto terminológico (+ ou – especializado)	Conjunto-ocorrência	Entrada + Definição	Atitude de Expor Teórico	
Livro 1	X	X	X			X	X		
L2	X	X	X			X	X		
L3	X	X	X			X	X	X	
L4	X (X)		X		X	X	X		
L5	X	X	X			X	X		

Quadro 2 – suporte jornal

IDENTIFICAÇÃO	DIMENSÃO MACRO-ORGANIZACIONAL						DIMENSÃO MICRO-ORGANIZACIONAL		
	Parâmetros de gênero						Parâmetros de gênero		
	Macroestrutura global		Presença no paratexto		Conjunto de unidades lexicais		Macroestrutura local	FOL	Fraseologia
	Etiqueta e/ou título (+ macroestrutura introdutória) + n macroestruturas	Ordem alfabética	Peritexto	Epitexto	Conjunto terminológico (+ ou – especializado)	Conjunto-ocorrência	Entrada + Definição	Atitude de Expor Teórico	
Jornal 1	X						X		
J2	X						X		
J3	X		N/O	N/O	N/O	N/O	X	X	
J4	X (X)		X		X	X	X	X	
J5	X		X		X	X	X	X	
J6	X	X	X		X	X	X	X	
J7	X (X)		X		X	X	X	X	
J8	X			X			X	X	
J9	X								
J10	X						X		
J11	X		X		X	X	X	X	
J12	X		X		X	X	X	X	X

Quadro 3 – suporte sítio web

IDENTIFICAÇÃO	DIMENSÃO MACRO-ORGANIZACIONAL						DIMENSÃO MICRO-ORGANIZACIONAL		
	Parâmetros de gênero						Parâmetros de gênero		
	Macroestrutura global		Presença no paratexto		Conjunto de unidades lexicais		Macroestrutura local	FOL	Fraseologia
	Etiqueta e/ou título (+ macroestrutura introdutória) + n macroestruturas	Ordem alfabética	Peritexto	Epitexto	Conjunto terminológico (+ ou – especializado)	Conjunto-ocorrência	Entrada + Definição	Atitude de Expor Teórico	
Web 1	X (X)	X			X		X	X	
W2	X	X			X	N/O	X	X	
W3	X	X*			X	N/O	X	X	X

2.4. Apresentação dos resultados

2.4.1. Resultados com base no parâmetro genérico

Etiqueta e/ou título (+ macroestrutura introdutória) + *n* macroestruturas

Observa-se que todos os textos apresentam o padrão de estruturação que propusemos. Nos textos nos quais se realiza a macroestrutura introdutória (L4, J7 e W1) esta surge em direta ligação com o parâmetro “conjunto terminológico”. A função desta macroestrutura é, portanto, apresentar o glossário e/ou informar que se vai proceder à definição de léxico de especialidade. Pode, então, sugerir-se que o género glossário se organiza maioritariamente em torno da hipótese que colocámos como parâmetro genérico, e que a estratégia que seleciona a estrutura introdutória está relacionada com a variante do género que, antes de outras leituras, não pode ser atribuída ao suporte. Regressaremos, portanto, a este assunto na secção que se segue.

Pode, igualmente, apontar-se que o sítio *web* se aproveita do sistema digital na sua totalidade, permitindo aceder às macroestruturas locais através da leitura na vertical ou através do alfabeto disponibilizado nas margens. O suporte no qual o texto se fixa mostra, portanto, circunstâncias disposicionais que intervêm na caracterização do género, embora não tenham expressão na validação do parâmetro.

Os textos que apresentam evidências de ficcionalização não deixam de se organizar em função deste parâmetro que, contudo, não pode ser visto como marcador de género, porquanto existam outros géneros com a mesma planificação estrutural.

Ordenação alfabética

A leitura deste parâmetro não permite validá-lo sem fazer intervir o suporte e o discurso dos quais os textos dependem, na medida em que são estes os aspetos que relacionamos com a variação. Efetivamente, em função dos critérios de avaliação que estabelecemos previamente, pode dizer-se que a ordem alfabética surge com regularidade acentuada nos livros e no sítio *web*, sendo assim um parâmetro do género.

Todavia, uma maioria expressiva de glossários em jornais não respeita esta forma de planificação, pelo que o parâmetro não tem legitimidade nesse suporte. Caberia, agora, propor uma leitura desta coordenada, a qual, por falta de mais dados, vemos conveniência em descartar.

Presença no paratexto: peritexto vs. epitexto

Recordamos que este parâmetro foi proposto como resultado de uma análise superficial da localização espacial dos textos, mas tem em vista a possibilidade de classificação do género como *género incluído*.

A observação dos resultados deste parâmetro atesta que o género glossário ocorre maioritariamente em posição peritextual, favorecendo a leitura de que os autores procuram agregar o glossário ao texto no qual as palavras ocorrem. Verificamos, com efeito, que, à exceção dos textos no sítio *web*, todos os textos têm, em maior ou menor número, unidades que constam no texto principal, ficando justificada a peritextualidade. Observe-se, todavia, que, em jornais, existem glossários em posição peritextual cujas unidades lexicais não constam do texto principal, pelo que se pode afirmar que, neste suporte, a noção de *género incluído* não é literal. No entanto, conforme afirmámos na secção anterior, há relações a assinalar com o parâmetro ao qual nos dedicaremos em seguida.

O que pensamos ser um dado igualmente esclarecedor é o facto de não conseguirmos relacionar os textos do sítio *web* com qualquer outro texto a que pudéssemos chamar principal. Neste caso, sublinhamos que acedemos aos glossários através de uma página do sítio *web*, espaço que reenvia para esses textos, ou através do campo de pesquisa tradicional (texto W2), pelo que o texto principal, no qual ocorreriam as palavras a definir, não é visível. Dessa forma, pode dizer-se que o *glossário* no suporte sítio *web* não é um *género incluído*, por não ter presença no paratexto.

Conjunto de unidades lexicais: conjunto terminológico vs. conjunto-ocorrência

Os dados recolhidos através da análise são instáveis, emergindo as regularidades em função do suporte: pode dizer-se que nos livros domina a preferência por definir um conjunto-ocorrência, no sítio *web* por definir conjuntos terminológicos mais ou menos especializados, e, nos jornais, por mesclar as duas opções. De observar, no entanto, que o sítio *web* não facilita a identificação dos textos dos quais os glossários dependam: uma pesquisa pela expressão “Carta de altitude”, presente no texto W2 devolveu-nos somente um resultado que era igualmente a entrada de um verbete semelhante no Manual de Informação Meteorológica¹⁶; uma pesquisa por “Adufa”, presente no texto W3, remeteu-nos para o próprio glossário em análise. Por este motivo, decidimos que as palavras não ocorrem num texto. Presidiu à mesma decisão quanto ao texto W1, a introdução ao glossário, onde se assume que o mesmo é um instrumento codificador da terminologia a usar em documentos da entidade responsável. Efetivamente, o autor objetiva “uma linguagem técnica o mais harmonizada possível”, ficando, assim, exposto o universo lexical sobre o qual se está a operar. Nos jornais a estratégia mais regular dos autores é definir simultaneamente unidades dos textos e léxico mais ou menos especializado, não podendo confirmar se o mesmo se realiza noutros textos do jornal. Conclui-se, portanto, que a abordagem a este parâmetro só poderá ser feita tendo em conta o suporte onde os textos se encontram, reconhecendo já a impossibilidade de confirmar a realização de grande número de unidades.

Macroestrutura local: entrada + definição

Relativamente a este parâmetro, é possível dizer que é a única estratégia de planificação que ocorre nos textos analisados, à exceção da do texto J9. Este texto já foi, entretanto, sinalizado com um estatuto diferente, e será retomado adiante. Efetivamente, os autores planificam unanimemente a estrutura entrada + definição, sendo possível afirmar que os planos estruturais gerados em meio lexicográfico regulam as estratégias das produções das outras atividades.

¹⁶ Veja-se

http://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/organizacionais/amna/manual_05_IMA_vs01.pdf

Atitude de Expor Teórico

Esta é a atitude de locução que se destaca na generalidade dos textos em todos os suportes, podendo dizer-se que os textos assinalados são textos homogêneos, tendo em conta a tendência emergente e não o que considerámos serem lapsos. Com efeito, detetámos circunstâncias de falta de coesão verbal e de existência de deíticos que comprometeriam a noção de homogeneidade, razão pela qual serão retomadas em secção posterior. No entanto, os resultados atestam que este é um parâmetro do género *glossário*, e que se observa a norma da produção lexicográfica.

Fraseologia

Este parâmetro não pode ser validado, visto que as realizações ocorrem de forma pouco expressiva. Com efeito, identificamos o recurso a fraseologia apenas em três textos, cada um no seu suporte. Estas formas são concretizadas no texto L3 (*o mesmo que e relativo a*), no texto J15 (*o acto de*), e no texto W3 (*aplica-se a*), confirmando que os movimentos retóricos da lexicografia são raramente realizados em produções de outras práticas sociais.

2.4.2. Resultados com base no suporte

Suporte livro

Neste suporte, registam-se regularidades acentuadas, levando a crer que a análise superficial que nos levou a essa parametrização adquiriu consistência na segunda abordagem aos textos. Com base na maioria dos resultados podemos, então, afirmar que todos os parâmetros são válidos à exceção do parâmetro “fraseologia”.

Com efeito, a atualização do género goza de uniformidade nas diversas casas editoriais. Em termos estruturais, todos os textos foram planificados de acordo com as macroestruturas que propusemos, quer quanto à dimensão global, quer quanto à local. Como se observa, todos os exemplares existem no paratexto, na sua forma peritextual,

localizados no final e imediatamente a seguir ao texto principal. Na generalidade, os textos têm como função apresentar definições de expressões e palavras efetivamente produzidas que os autores consideram merecer maior explicação para além da que se encontra no texto principal. Sinalizamos o texto L4 por não se alinhar com os outros textos em dois parâmetros: o conjunto das unidades lexicais a definir e a ordenação alfabética. Contudo, uma comparação entre suportes diz que há outros textos com a mesma particularidade. Relativamente ao conjunto de unidades a definir, são os próprios autores do texto L4 a fornecer, através de um subtítulo, a informação de que estão em causa termos de uma gíria profissional e não palavras-ocorrência num texto. A atitude de Expor Teórico predomina salientemente, não se encontrando motivos para por em causa a homogeneidade dos textos.

Pode, então, afirmar-se que, salvo o que foi alvo de comentário, o género *glossário* em livros conforma-se com os parâmetros propostos. Pode igualmente dizer-se que o género se fideliza à norma do discurso lexicográfico.

Suporte jornal

Antes da exposição de resultados, recordamos que a posição que defendemos até ao momento é a de que os géneros descendem de discursos e de práticas profissionais, logo, fazendo depender os textos de jornais da atividade/discurso jornalística(o). Convém, entretanto, reiterar, que uma expressiva maioria das produções no suporte jornal se dedica ao recenseamento e definição da terminologia económico-financeira, parecendo ser esta a temática predominante na produção de glossários em jornais.

A observação dos resultados neste suporte indicia um grau acentuado de instabilidade, sobretudo no que diz respeito à finalidade do texto, isto é, definir palavras-ocorrência vs. definir léxico de maior ou menor especialização, cuja realização não podemos atestar. Com efeito, pode até formular-se que a generalidade das produções decide por esta estratégia dupla sobre cuja intenção não podemos pronunciar-nos.

Vejamos o que emergiu quanto à presença no paratexto. A posição peritextual é a mais regular neste suporte, ainda que se coloquem igualmente dúvidas sobre esta

finalidade: se se pretende recensear e definir unidades de um conjunto terminológico, provavelmente não há necessidade de agregar, como nos livros, o texto-glossário a um texto principal. Porém, a observação de que a generalidade dos textos define pelo menos uma palavra-ocorrência legítima parcialmente esta estratégia dos autores. É possível, assim, afirmar que o glossário é um *género incluído* nos jornais, embora não se possa dimensionar o peso interpretativo entre textos com a objetividade com que o fizemos no caso do suporte livro, ou seja, até que ponto o glossário está “ao serviço do texto”. Não obstante, conta para a leitura da análise a posição espacial que estabelecemos como parâmetro do género.

Não sendo uma regularidade, mas considerando importante reforçá-lo, situámos um texto em posição epitextual, texto que, conforme já assinalámos, apresenta justificação para ser considerado como *género incluído*. Efetivamente, encontramos o texto principal ao qual se refere o texto J8¹⁷, uma vez que os autores asseguram essa informação e pensamos que o glossário está “ao serviço” desse texto.

Por outro lado, verificaram-se regularidades salientes, sobretudo ao nível estrutural global e local dos textos, validando-se, assim, os parâmetros que sugerimos. A ausência de fraseologia é também uma evidência, não possibilitando validar o parâmetro. Na verdade, escasseiam segmentos lexicais compatíveis com a noção de fraseologia que apresentámos. À exceção do texto J12, que realiza duas vezes a expressão *o acto de*, não presenciámos mais segmentos que contribuíssem para a confirmação deste parâmetro em jornais.

Relativamente ao parâmetro “ordem alfabética”, a avaliar pelo reduzido número de textos que destacam esta preferência, não pode ser validado, contrariamente ao que se verificou na análise do suporte livro.

No que diz respeito às FOL mobilizadas nos textos, a análise indica uma tendência dominante do Expor Teórico.

¹⁷ Disponibilizado em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a535339305a58683062334d76634842734d54417a4c56684a5353356b62324d3d&fich=ppl103-XII.doc&Inline=true>

A análise neste suporte permite ainda concluir que o género *glossário* se adequa a propósitos autorais, sendo saliente o número de textos nos quais intervêm processos de ficcionalização. Como já mencionámos, trataremos deste aspeto noutra secção.

Suporte sítio *web*

Ao nível do sítio *web*, pode dizer-se que a atualização do género se apresenta muito regular, com algumas particularidades que julgamos útil registar. Concluimos que a planificação estrutural de nível global e local é muito unânime, à semelhança do que acontece nos outros suportes e confirma os parâmetros estruturais que sugerimos. A estratégia da ordenação alfabética é dominante, apesar de terem sido comprovadas incoerências de ordenação de palavras ou expressões sobre as quais falaremos adiante.

Em termos da posição espacial, os glossários ocorrem como *género autónomo*, tendência diferente da dos outros suportes. Na verdade, não encontramos qualquer texto que pudesse designar-se como principal e, nessa medida, qualquer hiperligação. Reforçamos que pesou para esta constatação uma pesquisa por palavras no sítio *web* que não devolveu resultados e a informação de que, nos textos, se estaria a operar com léxico de especialidade de um conjunto terminológico, aliás como já foi exposto na abordagem por parâmetro. Por outro lado, não são fornecidas quaisquer informações de que estes glossários tenham orientação para um texto, pelo que não podemos seguir o critério que subjaz a essa classificação utilizado para o texto J8. De novo, devemos retomar o cruzamento de parâmetros que já fizemos anteriormente: estes glossários não estão no paratexto, porque o conjunto de unidades lexicais recenseadas tem o estatuto de conjunto terminológico e não de conjunto-ocorrência. Pode propor-se inclusivamente que os glossários neste suporte possuem uma função que não associamos à dos glossários em livros. Veja-se que, recuperando a informação da página que dá acesso ao glossário, nos apercebemos de que existe um intuito prescritivo/normalizador no texto W1: na apresentação do glossário, o responsável diz que “os conceitos, termos e expressões a utilizar nos relatórios das ações de controlo da IGF deverão ter como referência obrigatória os constantes do **«Glossário de conceitos, termos e expressões utilizados nos produtos de controlo da IGF»**” (assim destacado). Nesta perspetiva, esta orientação é “codificadora de um discurso”, em contraste com a tendência de

“descodificação de um texto” marcada nos glossários em livros. Por seu turno, o texto W3 apresenta-se como um “glossário constituído por uma lista de termos e conceitos técnicos, no âmbito da concepção e construção de edifícios hospitalares”. No entanto, não existindo uma introdução a dar conta dos objetivos do texto, observam-se segmentos de valor injuntivo-instrucional ao nível da enunciação que se conformam com o género *manual de regras* ou *manual de procedimentos*. Os destinatários do glossário são, então, aqueles que desconhecem o léxico envolvido na construção de edifícios hospitalares, mas também os que, estando envolvidos no processo da construção, devem saber como atuar em determinadas circunstâncias. A entrada “Análise, verificação e revisão de projecto” representa o conjunto de procedimentos que a equipa gestora do projeto deve observar. A entrada “Parecer sobre projecto” diz, por um lado, de que consta o documento, mas adiciona instruções sobre como este deve ser elaborado para posterior aceitação. Como está implícito num manual de procedimentos, o agir acontece num momento futuro à enunciação, pelo que é marcado pela série de verbos no futuro *deverá, será, irá, abrangerá* que sugere qual o comportamento dos destinatários no futuro. A injunção determina igualmente papéis sociais aos participantes: quem fala é uma autoridade, quem lê é um agente subordinado.

Já no texto W2, existe uma menção a *texto* que mereceu a nossa atenção. A primeira nota da entrada *Altura* diz o seguinte: “o nível pode ser indicado no próprio texto ou em nota explicativa”. Entendemos que o autor pretende clarificar que se deve fornecer um ponto de referência quando se fala em “altura”, por exemplo, a crista e a cava de uma onda. Todavia, colocam-se-nos dúvidas sobre a intenção da formulação: pretende dizer-se que, em dado texto, o leitor encontra essa referência ou pretende dizer-se que, ao textualizar, o produtor não deve esquecer este detalhe? Que texto se tem em mente, o que já existe ou o que está para acontecer? Reflete-se neste enunciado, aliás, toda a problemática que temos vindo a expor e que se circunscreve à finalidade destas produções: trata-se de fornecer meios para descodificar um ou vários textos ou de compilar o léxico de determinada área profissional?

Relativamente à atitude de locução, somente o texto W2 não apresenta qualquer segmento que indicie a implicação dos agentes da produção ou do restante contexto. No entanto, relembramos que assinalámos nos quadros da análise a tendência predominante, sendo tolerantes com os lapsos mencionados e com as incoerências na ordem alfabética. Podemos, portanto, classificar os textos como homogéneos, de este

ponto de vista. Desta forma, os resultados da análise confirmam que as FOL mobilizadas se conformam com o Expor Teórico, confirmando-se o parâmetro de género.

2.5. Discussão dos resultados

A análise que acabámos de concluir permite extrair dados conclusivos, mas coloca diversas questões das quais não podemos distanciar-nos. Antes de discutir os resultados, merecem-nos atenção a análise propriamente dita, a constituição do *corpus* e algumas particularidades da descrição do género. Refletiremos sobre a análise em primeiro lugar.

No espaço que se prevê destinado a uma dissertação, considerámos exequível trabalhar ao nível macro e micro-organizacional dos textos, sem, contudo, nos referirmos a outras regularidades que foram igualmente observadas. Referimo-nos, designadamente, à fidelidade para com a definição lexicográfica enquanto fonte inspiradora de realizações noutros discursos. No fundo, tratar-se-ia de explorar o nível “estamos aqui para falar de que modo?” e observar, por exemplo, até que ponto era tomado em consideração o “princípio da substituição”. Esta estratégia foi largamente defendida na atividade lexicográfica e parece ser igualmente adotada em alguns textos analisados nos quais foi visível a manutenção da categoria gramatical da entrada na definição. Por outro lado, não nos foi possível tratar o *corpus* na totalidade, visto que, na verdade, lidaríamos com material muito desigual no que diz respeito ao número de definições: entre três e cerca de três centenas.

Introduzimos, nesta fase, alguns apontamentos sobre a recolha, dimensão e estatuto do *corpus* que não nos parecem de desvalorizar e que contribuem inevitavelmente para os resultados da análise. De certa forma, a recolha do *corpus* de livros, ao efectuar-se somente através de textos em situação peritextual, determinou resultados regulares quanto à paratextualidade nesse suporte. No entanto, esta terá sido também a tendência em jornais, pelo que não parece que este fator tenha relevância.

Como vimos, “herdámos” um grupo de textos ficcionalizados, ao tentar seleccionar o *corpus* com critério aleatório. Desse ponto de vista, houve que ponderar

entre mantê-los, sob pena de obtermos resultados instáveis, ou enriquecer o nosso trabalho com a problemática da ficcionalização dos gêneros. Decidiu-se, assim, por uma análise parcial.

Temos também noção de que o *corpus* no suporte sítio *web* é pouco significativo, porém, ao estendê-lo, cairíamos na disparidade de material em circulação, de boa e duvidosa qualidade, que uma seleção mais aleatória traria. Consideramos que as entidades ao serviço do governo assegurariam uma qualidade nivelada da produção escrita, facilitando simultaneamente o acesso a textos em vários domínios.

Conforme se verificou, uma descrição de género não pode ser elaborada sem ter em conta o suporte, visto que os parâmetros só são validáveis desse ângulo: uma análise geral mostra que ocorrem regularidades e irregularidades; uma análise em função do suporte mostra que os géneros adquirem especificidades consoante o dispositivo no qual circulam e das quais o conjunto de unidades lexicais a definir é o exemplo mais expressivo (conjunto-ocorrência nos livros, padrão misto nos jornais, conjunto terminológico na *internet*). A noção de que uma descrição de género com base em previsibilidades não se aplica no género *glossário* ficou clara através dos parâmetros *fraseologia* e *ordenação alfabética*. Estes seriam, para nós, parâmetros expectáveis que, no entanto, nos devolveram resultados imprevistos. Nesta ótica, devemos assumir que o instrumento de análise que utilizámos, requerendo os movimentos – texto-género-texto –, participa com exatidão na análise e descrição de um género textual.

Regressando aos resultados facultados pela análise, podemos, finalmente, descrever o género *glossário*, com base na planificação predominante que observámos.

O género *glossário* é um género que admite ser mobilizado em diversos domínios discursivos/discursos e, nessa medida, é interdiscursivo. Como vimos, a sua origem é lexicográfica, no entanto, servindo os interesses de atividades que têm os seus próprios discursos: qualquer área do conhecimento ou área/atividade profissional tem as suas próprias produções às quais parece pertinente adicionar um glossário. O propósito comunicativo geral do *glossário* é definir unidades lexicais independentemente do dispositivo de circulação. No entanto, consoante o suporte, altera-se o propósito comunicativo mais específico do género: nos livros definem-se palavras efetivamente produzidas, no sítio *web* definem-se termos ou vocábulos, e, nos jornais, mesclam-se estes conjuntos. Estas opções dos autores condicionam as posições espaciais dos textos

em termos de paratextualidade. Assim, nos livros o gênero é *incluído* e no sítio *web* o gênero é *autônomo*, mas recebe igualmente a etiqueta “glossário”. O *glossário* raramente surge em posição epitextual, ainda que, nessa, cumpra a função de *gênero incluído*. Do ponto de vista estrutural, o *glossário* organiza-se em torno de uma estrutura de dimensão variável disposta alfabeticamente, não sendo o último critério visível em jornais. O gênero adapta-se à estratégia da intertextualização, mantendo-se a etiqueta “glossário” em textos cuja função é informativa, concorrendo o suporte para esta conclusão. Relativamente a esta estratégia, devemos acrescentar que o sucesso da ficcionalização passou pela mobilização dos parâmetros estruturais do gênero *glossário* e pela manutenção dos mecanismos semióticos prototípicos da *notícia*. Excluindo, por agora, os textos ficcionalizados e tendo como referência os textos lexicográficos, verifica-se que um número expressivo de autores do *corpus* analisado chama “glossário” ao que, em lexicografia, se chamaria “vocabulário técnico-científico”, “vocabulário especializado” ou “terminologia”, mas que pressupõe um trabalho de cooperação entre lexicógrafos e especialistas da área técnico-profissional. Nessa medida, a utilização dessas etiquetas seria mais comprometedora, conquanto não existisse esse trabalho na retaguarda.

3. O género glossário no contexto da Consultoria e Revisão Linguística

3.1. Descrição da atividade

Pretendemos, nesta secção, dar a conhecer o que se espera de um CRL, através de uma dissertação na área da Consultoria e Revisão Linguística, um artigo acerca da atividade de revisão e uma descrição de funções. De salientar que a literatura sobre revisão de textos tem sido objeto de estudos vários desde a década de 1980, data do modelo de Hayes & Flower, mas que estas abordagens se mantêm viradas para fins didáticos e continuam a perspetivar a revisão enquanto tarefa de autor.

Como tratamos da atividade no seu ângulo profissional, isto é, desenvolvida por terceiros, gostaríamos de enquadrá-la na escassa literatura que existe sobre a atividade de Consultoria e Revisão Linguística, sobretudo no que diz respeito à revisão.

Para Vasconcelos (2013, p. 1), um consultor/revisor deverá “recorrer a sólidos conhecimentos linguísticos para justificar as opções que faz e, ocasionalmente, para fazer escolhas relativamente a estruturas que não estão claras na norma ou que apresentam um alto grau de instabilidade”.

Já à luz da descrição de funções do Serviço de Publicações do Código de Redação da União Europeia

Os revisores de provas, para além de lerem o texto com um olhar novo, são responsáveis pela verificação linguística (respeito da língua e das convenções [sic]) e técnica (respeito das regras tipográficas [sic]). Contudo, não são revisores *lato sensu*: devem manter-se neutros no que diz respeito às intenções do autor, cabendo sempre a este julgar o conteúdo do texto.

Distinguindo o revisor de provas do revisor editorial, este departamento da UE acrescenta que o revisor pode ser chamado a realizar intervenções editoriais mais profundas.

Para Bueno (2005, pp. 357-358) deve existir um pilar de controlo da qualidade do texto que funcione como garantia e marca estilísticas, pilar que consiste em

- 1) Auxiliar a un autor que presenta carencias estilísticas más o menos relevantes. (...)
- 3) Adecuar un texto a una serie de convenciones que persiguen facilitar su lectura y comprensión al lector a quien va destinado. 4) Conferir al texto un nivel de corrección y depuración lingüística que lo haga más eficaz como vehículo de un mensaje. 5) Dar al texto, mediante la aplicación de pautas estilísticas propias de cada editorial, un sello específico que lo distinga de otros. 6) Generar con todo ello una imagen de prestigio y calidad ante el lector, de la que se beneficiarán tanto el propio autor como la casa editorial que hace público su trabajo.

Não existindo qualquer referência explícita às questões que os géneros textuais possam colocar ao CRL, recordamos que abordagem que até aqui fizemos assenta no facto de que qualquer texto é uma atualização do género e é do ponto de vista da singularidade que envolve cada texto que a apreciação e intervenção devem ser equacionadas. Não obstante, há considerações sobre a adequação ao género que passam pela sua identificação e reconhecimento dos parâmetros que o caracterizam.

Como é sabido, para a execução das tarefas de revisão, o CRL necessita de uma norma que lhe permita justificar as suas escolhas e é nos instrumentos de normalização que encontra os argumentos para o efeito. As gramáticas e os dicionários são, em termos imediatos, os instrumentos de consulta do CRL. Numa posição mais descritiva ou mais normativa, fundamentam, geralmente, as intervenções ao nível da agramaticalidade e aceitabilidade. Numa perspetiva genérica, o fator de regulação provém dos discursos, pelo que cabe ao CRL avaliar se os subsistemas e mecanismos de interação textuais se compatibilizam com o que é efetivamente realizado. Debruçar-nos-emos sobre este aspeto na secção que se segue, utilizando exemplos recolhidos durante a análise.

3.2. Espaços de intervenção do revisor

Tendo como referência a lexicografia ou movidos pelo propósito comunicativo “definir”, os produtores de glossários inspiram-se largamente nas estratégias textuais do campo lexicográfico, sobretudo nas dimensões estruturais e nas formas de organização linguística utilizadas. Como a análise que desenvolvemos indicou, o que se revela

menos claro para os autores é identificar os mecanismos de funcionamento do sistema linguístico, enquanto sistema, norma e *falar*, e a sua mobilização de forma coordenada e coerente com os outros parâmetros genéricos.

Atentemos, então, em alguns aspetos que a análise salientou, identificando, em primeiro lugar, as variantes que o género *glossário* assumiu e os mecanismos de realização textual que se distanciaram da parametrização.

Começemos pela utilização da etiqueta “glossário” na casa editorial do jornal que publica os textos J7, J8 e J9 em circunstâncias manifestamente distintas. Conforme referimos anteriormente, atribuiu-se a etiqueta “glossário” ao género do texto J9. Com efeito, temos presente um texto cuja macroestrutura global é idêntica à dos outros textos e, por esse motivo, foi igualmente objeto da nossa primeira análise. No entanto, repare-se que os segmentos que conformam as macroestruturas locais são introduzidos por frases interrogativas, pelo que se distancia imediatamente do que vimos ser a entrada de um verbete. Nesta situação, não hesitaríamos na sugestão de que estamos perante o género *Perguntas frequentes* ou *FAQ* (oriundo do inglês), entretanto confirmado por mecanismos de realização linguística que nos indicam que estamos na ordem da interação. A hipótese consolida-se através da observação de que no segmento correspondente à definição existe morfologia verbal com indicação da primeira e segunda pessoa (“pago”, “podẽ”) e através do uso reiterado do determinante possessivo de segunda pessoa (“sua”). Por outro lado, a mesma casa editorial utiliza também a etiqueta “glossário” ao definir simultaneamente unidades do conjunto-ocorrência e do conjunto terminológico no texto J7, mas somente do conjunto-ocorrência no texto J8. Pode, então, constatar-se que na mesma casa editorial se manipula o género sem considerar a parametrização genérica, o que, aliás, é visível pela agregação do texto J7 a inúmeras notícias. O texto J7 é, afinal, um glossário protótipo que se anexa a vários textos principais, independentemente das unidades-ocorrência.

Concentremo-nos agora no tópico da ficcionalização. Com vimos, estamos frente a um processo de ficcionalização quando há simulação ou encenação de um género para fins lúdicos, humorísticos ou estéticos. Determinámos que os textos J1, J2 e J10 se inseriam nesta categoria, apesar de todos partilharem explicitamente da etiqueta “glossário” e dos aspetos macroestruturais deste género. São estes os parâmetros do

hipogénero mantidos. No entanto, ao contrário dos outros, o texto J1 identifica-se várias vezes como “crónica”

“No momento em que comecei esta crónica...”

“À hora de fecho desta crónica...”

“No momento em que termino esta crónica...”,

e afasta-se da organização alfabética, dando preferência a uma organização numerada. Apresenta uma entrada sob a forma de interrogativa “Cadê o Amarildo?” e inúmeras estruturas deíticas nas macroestruturas locais

“...desde há meses...”

“...nas manifestações das últimas semanas...”,

nas quais predominam segmentos narrativos na 1ª pessoa, salientando a realização variada dos tempos verbais. A estratégia articula-se, portanto, através da mobilização dos aspetos estruturais do género *glossário* e da concretização da etiqueta que surge no título combinada com formas de organização linguística da ordem da Narração. Mantém-se, apesar disso, no “espírito” mais simples da definição: dar significado à unidade que conforma a entrada.

O texto J2, por sua vez, apresenta uma situação que, para nós, é um dado novo, contudo, a ter em conta numa abordagem de géneros: na edição *online* realiza a etiqueta “glossário” no título, omitindo-se os títulos e subtítulos da edição impressa; na edição impressa, o género é dado a conhecer somente através da frase “Aqui fica um pequeno glossário”. A constatação de que algumas unidades não surgem na notícia anterior ao glossário leva a que se questione, de novo, qual é a função deste glossário. A resposta está nas palavras da autora (“o léxico do escrutínio”; “alguns termos”), ou seja, dar conta de léxico associado a um evento político. É, entretanto, ao nível do que seriam os segmentos definitórios que se verifica a transgressão dos parâmetros micro-organizacionais. Repare-se nos tempos verbais e na articulação do presente com valor gnómico em determinadas construções

“**Caixa dois** É uma espécie de saco azul português...”

“**Casa Civil** É o órgão do Governo Federal...”

com pretérito perfeito e imperfeito, que predominam em todo o texto. Atente-se igualmente na presença dos deíticos temporais nas seguintes construções

“Uma lei aprovada já este ano...”

“Atualmente, os responsáveis para certos cargos...”

e na frequência de enunciação citante

“Não confundir, avisa Castro Neves, com ‘chapa branca’...”

“O nome, explica Heber Maia, tem origem na antiga sede...”.

Diríamos, nesta sequência, que o propósito destes dois textos é dar conta de factos e eventos com evidente relevo social dos quais, por sinal, emerge léxico que os autores consideram necessário explicar. Nesta perspetiva, elegeu-se a estrutura dos géneros “do léxico”. Mas como os autores têm algo mais a salientar, de escopo noticioso em geral, essa intenção “passa” para o texto e é visível através dos mecanismos de realização textual, no caso, de nível enunciativo. Com efeito, surgem as marcas da Narração que passam a estar intercaladas ou a substituir as marcas do Expor.

Finalmente, tome-se o exemplo do texto J10, também identificado como glossário no texto que o precede, da mesma autoria. Nesta situação, o nome do autor já contribui para a identificação do género, sabendo que é pouco provável que Rui Zink assine um glossário “clássico” num jornal e mais expectável que se trate de um texto humorístico. E assim é: o texto “brinca” com a polissemia da palavra *coluna* e explora os significados da unidade enquanto *coluna vertebral* e *coluna de jornal*. Como seria presumível, não se encontram quaisquer consistências com as definições clássicas, o autor implica-se através do pronome dativo *nos* e o registo do texto é sobejamente informal.

O processo de ficcionalização que observámos realizou-se através de uma estratégia que colocou dois géneros diferentes em co-ocorrência no mesmo texto: convocou-se o género *glossário* para servir os interesses de peças jornalísticas, fazendo dele um hipogénero. A estratégia foi muito semelhante nos três casos. Utilizaram-se a etiqueta e a estrutura global do hipogénero e subverteu-se em maior ou menor grau o nível micro-organizacional, consoante os propósitos distintos que existiam na “retaguarda”. Todos os textos foram publicados no mesmo dia da semana – domingo –

realçando a índole de entretenimento que envolve as edições dos jornais ao fim de semana.

Abordámos este fenómeno, dado que os textos ficcionalizados “entraram” no nosso *corpus* por via de uma pesquisa por etiqueta e, sobretudo, para mostrar o que não é comum ou conforme com um glossário. No entanto, considerámo-lo fundamental, na medida em que disponibilizou mais exemplos de subversão dos parâmetros de género que podem estar no ângulo da tarefa da revisão.

Ao estabelecer os critérios que estiveram na base da nossa análise, deixámos de fora a perspectiva da homogeneidade textual e concentrámo-nos na sinalização da tendência do Expor Teórico nos textos do *corpus*. Na verdade, verificámos a existência de construções que não se conformavam com esta FOL, mas que não comprometiam verdadeiramente essa tendência. Assim, entendemos como lapso construções deíticas de pessoa (L5, W1), bem como algumas construções no futuro do indicativo (W1, W3), e, ainda segmentos narrativos que extravasam a noção de definição (L1, W1). Identificada que está a vantagem de recuperação da informação de uma organização alfabética, presidiu igualmente alguma tolerância, sobretudo sempre que verificámos que essa era a tendência da organização dos textos, não manifestando no quadro de análise algumas incoerências que, porém, assinalaríamos sem relutância. Tendo como referência as esquematizações que conformam as definições lexicográficas, sinalizamos agora, como opostos, segmentos que se aproximam da narração e que são visíveis através dos tempos verbais nas formas de pretérito perfeito e imperfeito da voz passiva. Vejam-se os exemplos do texto 3, que contribuíram para a sua exclusão do quadro 2 da análise: “teoria económica... que promovia...; ...Os metais preciosos...eram considerados...; ...As necessidades das pessoas...eram secundarizadas...”. Note-se, igualmente, a presença da expressão adverbial deítica “daqui a seis meses” que exige o conhecimento do contexto, designadamente a data da produção do texto.

Deliberadamente, não nos detivemos no aspeto da eficácia e pertinência das definições, que, do ponto de vista da revisão, nos levariam a acusar inúmeros casos de inconformidades e até de situações em que a definição é a reprodução do texto (L5), pondo em causa a sua existência. Do ponto de vista do *genus* e da *differentia*, poderia assinalar-se o texto J3 para cujo autor o *genus* corresponde, em quatro das cinco definições, à palavra “programa”, hiperónimo que consideramos demasiado ambíguo

para funcionar na definição. Em causa estaria também a uniformização das macroestruturas globais, através de processos de uniformização locais. Referimo-nos ao aspeto da concordância em número entre entrada e definição que nem sempre é observado e, igualmente, à estratégia da elisão do verbo *ser*, concretamente aos mecanismos gráficos ou tipográficos que se utilizam para esse efeito ([x- y], [x: y]). Por outro lado, à realização opcional dos determinantes artigos ([x (é) (um) y]).

No que diz respeito à atividade da revisão linguística parece, então, pertinente acolher os aspetos de género para decidir acerca da textualidade dos textos, antes de um exame de nível ortográfico e gramatical. A não observação deste princípio pode dar origem a textos “limpos” de agramaticalidades, mas a textos que não cumprem com a sua função.

Conclusões

Para encerrar este trabalho, regressamos ao assunto que nos despertou interesse numa fase prévia, ou seja, a grande variedade de definições do género *glossário* nos instrumentos de normalização consultados. Não fazendo desses instrumentos veículos de “verdade universal”, o facto de não se aterem somente em informação codificadora mostra que são obras às quais os consulentes recorrem para saber o significado de uma palavra, ou, como dissemos noutra ocasião, para saber “o que uma coisa é”. No entanto, ao conferir ao glossário propriedades de dicionário, não só não se satisfazem as necessidades dos consulentes, como se perpetua o grau de instabilidade do género. Com efeito, algumas das definições com as quais nos confrontámos utilizam a etiqueta de um género para descrever outro, sobrepondo a noção de “*possibilidade*” do sistema linguístico à noção de *realização linguística*. O facto de não se observarem as características distintivas dos géneros lexicográficos conduz, entretanto, a uma outra questão: estarão os instrumentos dos quais falamos a praticar definições em função do uso, não assumindo o papel regulador que o consulente espera? Será que estas definições priorizam a atualização do género sem atender ao que a lexicografia considera ser o género? Chega-se, assim, a um efeito circular: os autores não reconhecem os níveis de atualização da língua e os instrumentos de normalização descrevem os textos destes autores. Por seu turno, os *media*, com grande responsabilidade na normalização da língua – mas defendidos pelas definições em dicionários – não deixam de construir textos que etiquetam de “glossário” nos quais se mobilizam parâmetros de outros géneros, tradicionalmente lexicográficos. Sendo este, afinal, o contexto que nos motivou a fazer este trabalho, requer-se agora que estabeleçamos uma posição norteadora na revisão linguística.

Como vimos, os géneros são reconhecidos e normalizados pelas comunidades profissionais, sendo os contextos de uso claros para estas e a transgressão genérica uma questão de estilo, como frisa Rastier. Chamámos *género interdiscursivo* ao *glossário*, em virtude da sua elaboração em qualquer prática social, mas pudemos identificar textos mais fidelizados à parametrização do discurso lexicográfico que outros. Simplificando, deparámo-nos com construções que não seriam aceitáveis em textos do discurso lexicográfico. É neste contexto que o CRL deve considerar o par

aceitabilidade/adequação, honrando os parâmetros dos gêneros lexicográficos e dando especial atenção aos marcadores de gênero, para atingir a noção de prestígio que se referiu anteriormente.

De acordo com a teoria lexicográfica, identificar o universo lexical sobre o qual se vai operar permite atribuir etiquetas e títulos conformes. Se se trata de repertoriar e definir termos de uma gíria profissional ou de uma língua de especialidade, há que relacioná-los com as respectivas etiquetas “terminologia/vocabulário”. Se, ao invés, se está a construir um glossário, há que assegurar que as palavras são palavras-ocorrência em textos em posição peritextual ou epitextual.

Do ponto de vista estrutural, o gênero *glossário* aparenta ser estável e reelaborado sem dificuldades por vários autores, servindo, inclusivamente, estratégias de ficcionalização. A intervenção do CRL nesta dimensão centra-se na organização alfabética a qual, usada coerentemente, facilita a orientação do leitor.

Relativamente às formas de organização linguística, não restam dúvidas de que o campo genérico da lexicografia dá origem a textos homogêneos, portanto, organizados em torno de apenas uma forma de organização, o Expor Teórico. Nessa medida, o CRL deve sinalizar todas as construções que comprometam a noção de homogeneidade textual, assegurando que se cumpre a norma genérica do discurso lexicográfico.

Podendo esta nossa posição sugerir que não estamos a observar o pendor de singularidade de que se reveste cada texto, não deixa de ser um critério atestado por lexicógrafos e confirmado pela nossa análise no suporte livro. Esta constatação não nos deixa sós na defesa desta hipótese. Trata-se, afinal, de entender as nossas intervenções não como contrapartidas de uma transgressão, mas como processos de melhoria textual, sempre em abono do leitor.

Recuperamos, agora, a epígrafe deste trabalho, com duas últimas convicções. Os gêneros textuais alteram-se, sendo esta, também, uma das suas características. Não pode dizer-se, no entanto, que o *glossário* evoluiu para outros gêneros. As Ciências da Linguagem desenvolveram os seus gêneros com funções muito definidas. A evolução do *glossário* diz respeito ao que hoje se considera menos óbvio, por ser a especialização do conhecimento, em oposição ao léxico que necessitava de explicação por estar em desuso.

Referências bibliográficas

Adam, J. M. (2011). *Genres de récits. Narrativité et généricité des textes*. Louvain - la - Neuve: Harmattan – Academia.

Adam, J. M. (2008). *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. (Trad. Rodrigues, M., Neto, J., Passeggi, L., Leurquin, E.). São Paulo: Cortez.

Aleixo, C. (2005). *A vez e a voz da escrita*. Col. Desenvolvimento Curricular, 7. Lisboa: DGIDC-ME.

Barbosa, M. A. (2001). “Dicionário, vocabulário, glossário: Concepções”. In Alves, I. M. (Org.). *A constituição da normalização terminológica no Brasil*, 2ª ed., São Paulo: FFLCH/CITRAT, pp. 23-45.

Bhatia, V. (2004). *Worlds of written discourse. A genre-based view*. New York, NY: Continuum.

Bronckart, J.P. (2012). *Atividade verbal, textos e discursos: Por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ.

Bronckart, J. P. (2003). “Gêneros textuais, tipos de discurso e operações psicolinguísticas”. In Pinto, R. G. (Trad.). *Revista de Estudos da Linguagem*, 11 (1), Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, pp. 49-69.

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2344/2293>

Bueno, S. 2005. “En un lugar de la “Mancha”...: Procesos de control de calidad del texto, libros de estilo y políticas editoriales”. *Panace@*, VI (21-22), pp. 355-370.

Caldes, A. (2009). “Esquematização e Interpretação de textos”. *Estudos Linguísticos*, 4, Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, pp. 63-78.

Charaudeau, P. (2005). “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso”. In Pauliukonis, M. A. L. e Gavazzi, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: Reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 11-27.

Coseriu, E. (1989). *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*. Madrid: Editorial Gredos, S.A.

Coutinho, M. A. (2011). “Macroestruturas e Microestruturas Textuais”. In Duarte, I. & O. Figueiredo (Orgs.). *Português, Língua e Ensino*. Porto: U. Porto Editorial, pp. 191-220.

Coutinho, M. A. (2006). “O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a linguística”. *Veredas*.

www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo076.pdf

Coutinho, M. A. (2003). *Texto(s) e Competência textual*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Coutinho, M. & Miranda, F. (2009). “To describe textual genres: Problems and strategies”. In Bazerman, Ch., Figueiredo, D. & Bonini, A. (Orgs.). *Genre in a Changing World: Perspectives on Writing*. Fort Collins, CO: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, p. 35-55.

Crystal, D. (1991). Text(ual). In *Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 3ª ed., Oxford: Blackwell.

Debray, R. (2000). *Introducción a la mediología*. Barcelona: Paidós.

van Dijk, T. (1980). *Macrostructures*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

van Dijk, T. & Kintsch, W. (1983). *Strategies of Discourse Comprehension*. New York, NY: Academic Press.

Dubois J. et al. (2011). Gnômico. In *Dicionário de Lingüística*. (Trad. de Barros, F. et al.). São Paulo: Cultrix.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2009).

<http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRRpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS8xNi4zLnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6ODoi dm9sdW1lLWkiO30=/volume-i>

Faria, I. (2003). “Uso da língua, interacção verbal e texto”. In Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 55-122). Lisboa: Caminho.

Flower, L. & Hayes, J. R. (1981). “Cognitive Process Theory of Writing”. *College Composition and Communication*, 32 (4), pp. 365-387.

- Genette, G. (1997). *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Melbourne: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Gil, I. (2009). “Reflexões em torno de “Dicionário” e Léxico(s)”. *Máthesis*, 18. Viseu: Universidade Católica Portuguesa.
- Gonçalves, M. (2011). “Espécie de texto: contributo para a caracterização do sítio web”. *Hipertextus Revista Digital*, 7.
<http://www.hipertextus.net/volume7/02-Hipertextus-Vol7-Matilde-Goncalves.pdf>
- Hartmann, R. & James, G. (1998). Gloss. In *Dictionary of Lexicography*. London: Routledge.
- Hartmann, R. & James, G. (1998). Terminology. In *Dictionary of Lexicography*. London: Routledge.
- Horton, W. (2011). *E-learning by Design*. San Francisco, CA: Willey-Pfeiffer.
- Kress, G. (1988). *Linguistic processes in sociocultural practice*. Victoria: Deakin University.
- Leal, A. (2011). *A organização textual do género cartoon*. Tese de doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- McCutchen, D. (2011). “From Novice to Expert: Implications of Language Skills and Writing-Relevant Knowledge for Memory during the Development of Writing Skill”. *Journal of Writing Research*, 3 (1), pp. 51-68.
- Miranda, F. (2012). “Os géneros de texto na dinâmica das práticas de linguagem”. *Cadernos Cenpec*. 2, pp. 121-139.
- Miranda, F. (2010). *Textos e géneros em diálogo. Uma abordagem linguística de intertextualização*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Murcho, D. (2003). Definição. In Almeida, A. (Org.). *A Natureza da Filosofia e o seu Ensino. Dicionário Escolar de Filosofia*. Lisboa: Plátano.

Pinto, C. (2012). *Sinonímia, Polissemia, Homonímia em Manuais, Gramáticas e Dicionários Escolares - para o Desenvolvimento da Competência Lexical*. Tese de doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Rastier, F. (2012). *Artes y Ciencias del texto*. (Trad. Aguirre, E.). Madrid: Biblioteca Nueva.

Rastier, F. (1997). *Meaning and textuality*. (Trad. Collins, F. & Perron, P.). Toronto: University of Toronto Press.

Rey-Debove, J. (1971). *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. The Hague: Mouton & Co.

Sabaj, O. & González, C. (2013). “Seis propósitos comunicativos del discurso del editor de las revistas científicas”. *Delta*. 29 (1).

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502013000100003>

Sanromán, A. (2000). *A Palavra como Unidade Lexicográfica*. Comunicação apresentada no XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Coimbra.

Serviço de Publicações do Código de Redação da União Europeia (2012). <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-240103.htm>

Silva, P. (2012). *Tipologias textuais*. Coimbra: Almedina.

da Silva, I. (1865). In Viterbo, J. *Elucidário das palavras termos e frases que antigamente em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

Swales, J. (1990). *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press.

Vasconcelos, S. (2013). *O Clítico SE: entre a Norma e a Variação*. Dissertação de Mestrado, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Verdelho, T. (2008). “Lexicografia portuguesa. Perspectiva crítica”. In Seoane, Santamarina & Barreiro (Eds.). *A Lexicografia Galega Moderna. Recursos e Perspectivas* (pp. 83-114). Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega.

Verdelho, T. (s.d.). “Dicionários portugueses, breve história”. *Corpus Lexicográfico do Português*.

<http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>

Verdelho, T. Silvestre, J. (Orgs.) (2007). *Dicionarística Portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Dicionários

Casteleiro, J. (Dir.) 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo

Dicionário de Termos Linguísticos. Portal da Língua Portuguesa. ILTEC
<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology>

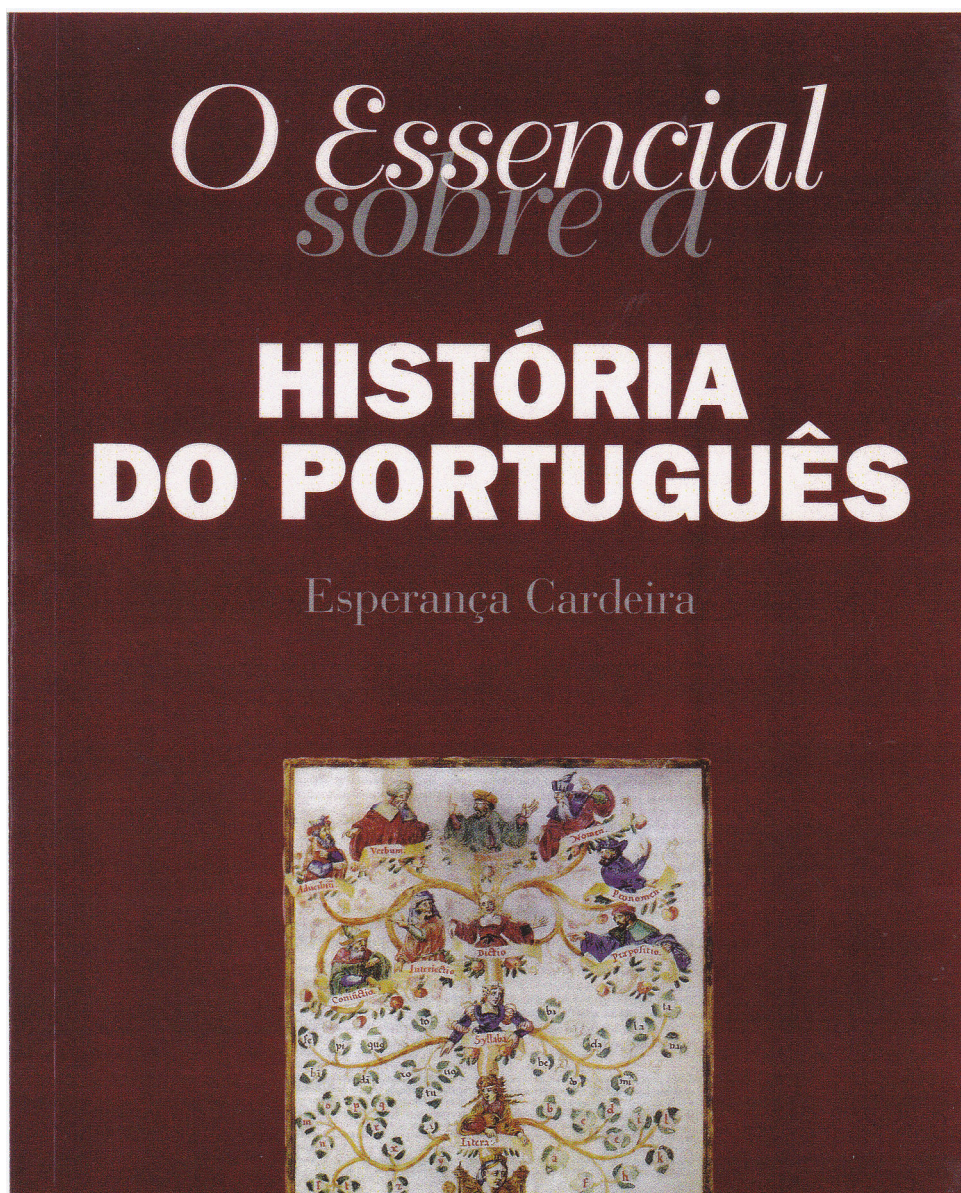
Dicionário Terminológico. Ministério da Educação e Ciência. Direção-Geral da Educação.

<http://dt.dgidec.min-edu.pt/>

Houaiss, Antônio & M. S. Villar (Dirs.) (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Lisboa: Círculo de Leitores.

Manuel, A. (Dir.) (1998). *Dicionário Enciclopédico. Tomo II. E-M*. Lisboa: Temas e Debates.

Soares, M. & Ferreira, V. (Dirs.) (1996). *Grande Dicionário Enciclopédico*. Alfragide: Ediclube



GLOSSÁRIO

BILINGUISMO – coexistência, na mesma comunidade ou no mesmo indivíduo, de duas línguas diferentes.

DIACRONIA – evolução linguística no tempo. A diacronia pode ser encarada como uma sucessão de sincronias.

DIASSISTEMA – conjunto de sistemas e subsistemas que constituem uma língua histórica. A língua organiza-se como um contínuo (conjunto de variedades que apresentam continuidade entre si). Cada variedade é um sistema relativamente homogéneo mas as fronteiras (espaciais ou temporais) entre variedades são difusas.

DIGLOSSIA – tipo de bilinguismo em que uma das línguas tem um estatuto superior.

EMPRÉSTIMO – forma que uma língua adopta de outras.

ESTRATO – língua que sobrevive ao contacto com línguas de substrato ou superstrato. Conside-

ra-se que num território em que existiu contacto entre duas línguas, sobrevivendo apenas uma delas, a língua desaparecida deixará marcas sobre a língua que permanece. O substrato é a língua pré-existente desaparecida, o estrato a sobrevivente. Superstrato é a língua de um povo invasor que, chegando a uma região depois de constituído o estrato, é por ele assimilada. Adstrato é a interferência entre duas línguas faladas em territórios próximos. As influências de substrato, superstrato ou adstrato implicam situações de bilinguismo ou diglossia.

ÉTIMO – forma antiga que está na origem de uma forma recente. É costume referir os étimos latinos em maiúsculas e indicar a sua evolução através do sinal > (FILIU > filho = o étimo latino FILIU evoluiu para a palavra portuguesa *filho*). A base etimoló-

gica do Português é essencialmente latina mas, também, pré-latina, germânica e árabe. Ao longo dos séculos foi o Português recorrendo a empréstimos do Italiano, do Francês, do Inglês, etc., que acrescentaram o acervo lexical.

EVOLUÇÃO – conjunto de mudanças sofridas pela estrutura da língua ao longo do tempo. A mudança pode verificar-se dentro dos subsistemas de cada sistema linguístico. Assim, pode estudar-se a mudança fonética e fonológica, a mudança morfológica, a mudança sintáctica e a semântica.

LATIM VULGAR – modalidade coloquial do Latim, caracterizada pela diversidade diacrónica, diatópica, diastrática e diafásica.

NEOLOGISMO – palavra de formação recente. O neologismo pode consistir na criação de uma palavra nova para designar uma realidade nova ou na atribuição de um novo significado a uma palavra já existente.

ROMANIZAÇÃO – processo de aculturação que implantou nas regiões integradas no Império Romano a língua (o Latim vulgar), a cultura e a organização social latinas. Em consequência desse processo, o Latim diferenciou-se em romances

que evoluíram para línguas românicas (Galego, Português, Castelhana, Catalão, Provençal, Francês, Reto-românico, Sardo, Italiano, Romeno e Moldavo), constituindo a România. As regiões que integraram o Império mas em que o Latim não chegou a consolidar-se, ou em que se desenvolveu uma língua românica actualmente extinta, são conhecidas como România Perdida ou Submersa (o Dálmata e o Moçárabe são línguas românicas perdidas); os territórios que não fizeram parte do Império Romano mas em que se implantaram línguas românicas constituem a România Nova (América do Sul, Canadá, África de expressão portuguesa, etc).

SINCRONIA – estado da língua num determinado momento.

VARIAÇÃO – a língua varia no tempo (variação diacrónica), no espaço geográfico (variação diatópica), na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica).

VARIEDADE – divisão que se pode aplicar a uma determinada língua e que é definida por um conjunto de marcas linguísticas próprio de uma comunidade restrita. Tomando como critério uma divisão temporal, espa-

cial, social ou estilística, uma língua tem variedades diacrónicas (épocas da história da língua), variedades diatópicas

(dialectos regionais), variedades diastráticas (sociolinguísticas) e variedades diafásicas (modalidades de expressão).

Texto L2

PAULO CARDOSO
PREVISÕES PARA 2014

ASTROLOGIA E GUIA DO AMOR



GLOSSÁRIO

ASPETOS

São os ângulos formados entre os planetas, entre um planeta e o Ascendente, ou entre um planeta e o Meio do Céu. Existem dois tipos de aspetos: os aspetos maiores (mais importantes) e os aspetos menores (menos importantes).

ASPETOS MAIORES

São os aspetos mais importantes num mapa e podem ser favoráveis ou desfavoráveis, dependendo da natureza dos aspetos entre si e dos planetas: Conjunção (0°), Sextil (60°), Trígono (120°), Quadratura (90°) e Oposição (180°).

CARTA ASTRAL

Ver Horóscopo.

CASAS ASTROLÓGICAS

São doze, num Horóscopo, e representam áreas ou setores particulares da vida do nativo. Por exemplo, a Casa I é o mundo físico, a relação com o nosso corpo; a Casa II refere-se à matéria, ao dinheiro e aos valores; a Casa III

GLOSSÁRIO

à Casa VI corresponde o mundo do trabalho e dos afazeres do dia-a-dia; à Casa VII os amores, as relações amorosas e o casamento; a Casa VIII é o mundo da sexualidade e de todos os tipos de poderes; a Casa IX é a da sabedoria, da filosofia; a Casa X relaciona-se com a carreira, com as relações sociais; a Casa XI tem a ver com os grupos, as pessoas, as amizades; a Casa XII com a espiritualidade, o mundo psíquico e religioso.

CONJUNÇÃO

Reunião de dois planetas ou fatores do Horóscopo (vide Aspectos maiores). Este aspeto é válido até 10° de tolerância.

CÚSPIDES

São os pontos onde começam as Casas de um mapa. O Ascendente assinala a cúspide da Primeira Casa; a cúspide seguinte é o começo da Segunda Casa, e assim por diante.

DESCENDENTE

É o ponto oposto ao Ascendente no Horóscopo, ou a cúspide da Sétima Casa. É o ponto que indica o local onde o Sol se põe, a Ocidente, representado pelo Signo de Balança.

EFEMÉRIDES

O Sol, a Lua e os planetas mudam de posição no Zodíaco ao longo do dia, alguns lentamente e outros rapidamente. As Efemérides são tabelas que mostram as posições dos planetas num certo espaço de tempo.

ELEMENTOS

São quatro: Fogo, Terra, Ar e Água. A cada um deles pertencem três Signos do Zodíaco.

HORA

Em Astrologia, consideram-se vários tipos de «horas», como por exemplo: Hora Média de Greenwich, Hora Legal, Hora Local, Hora de Verão, Hora Sideral.

HORA DE NASCIMENTO

O momento do nascimento de uma pessoa. Elemento fundamental para o cálculo do Signo Ascendente.

HORÓSCOPO

É um mapa dos céus erigido para a hora em que uma pessoa nasceu. Também conhecido por Carta do Céu, Mapa do Céu ou Mapa Astral.

JÚPITER

É o Rei dos Deuses, governa as leis e é considerado o Grande Benéfico de todos os planetas. Relaciona-se com as convicções, com as crenças, a sabedoria

LATITUDE GEOGRÁFICA

Para traçar um Horóscopo de alguém é necessário conhecer-se a latitude e a longitude do lugar do seu nascimento.

LUA

É a Senhora da Noite e gera produtividade; rege as nossas emoções, os nossos instintos.

MAPA ASTRAL ou MAPA DO CÉU

Ver Horóscopo.

MARTE

É o Deus da Guerra e rege a conquista em todos os planos. É o planeta da força e da energia e representa o mundo do trabalho, da atividade física, da produtividade e da combatividade.

MERCÚRIO

É o Mensageiro dos Deuses e governa a adolescência, o despertar do pensamento. A sua energia refere-se ao mundo mental, à capacidade de comunicar e à escrita.

NEPTUNO

É o Deus dos Mares e governa tudo o que se afasta do real, do material: o irracional, o espírito, os sonhos, mas também o inconsciente, as drogas. É o planeta que dirige a espiritualidade e ensina a percepção do mundo invisível.

OPOSIÇÃO

Aspeto de tensão entre dois planetas ou dois fatores astrológicos (*vide* Aspetos Maiores). Este aspeto é válido até 9° de tolerância.

PLUTÃO

É o Deus dos Infernos e governa tudo o que é oculto, noturno e secreto e representa o poder das forças invisíveis. Reage com o sexo, as tensões e as situações-limite do ser humano.

PREVISÃO

Antevisão do futuro de alguém, ou de um país, de acordo com a análise do movimento dos planetas.

RETRÓGRADO

Quando um planeta parece andar para trás (movimento aparente), na eclíptica, diz-se que está Retrógrado. Nesta fase, a sua influência é considerada, de um modo especial, fraca ou em refração.

SATURNO

O Deus do Tempo. governa a idade madura, aquilo que é seguro. Tem a

GLOSSÁRIO

SEXTIL

Aspeto harmonioso entre dois planetas ou fatores do Horóscopo (*vide* Aspetos Maiores). Este aspeto é válido até 4° de tolerância.

SIGNO ASCENDENTE

O Signo Zodiacal que se encontra colocado no horizonte, no momento de nascimento. É o Signo que está a «nascer», que está a passar pelo ponto onde nasce o Sol, o sítio onde ele ascende, a Oriente.

O Signo Ascendente é um fator importante no Horóscopo, pois revela o temperamento no nativo, assim como o Sol revela a sua individualidade e a Lua a sua emoção. É através dele que se vão definir as posições dos planetas nas suas Casas Astrológicas.

SOL

É o Senhor da Luz, é o centro do nosso sistema solar e o «dador da vida». Em Astrologia, ele representa o Eu Consciente, o anseio de criar, a vontade de dirigir, a vitalidade e a criatividade.

TRÂNSITO

O movimento de um planeta é o seu trânsito, ou passagem. Quando um planeta atravessa um Signo ou Casa, diz-se que transita esse Signo ou essa Casa. É através do seu «trânsito» que os planetas formam Conjunções e outros aspetos uns em relação aos outros.

TRÍGONO

Aspeto harmonioso entre dois planetas ou dois fatores do Horóscopo (*vide* Aspetos Maiores). Este aspeto é válido até 8° de tolerância.

URANO

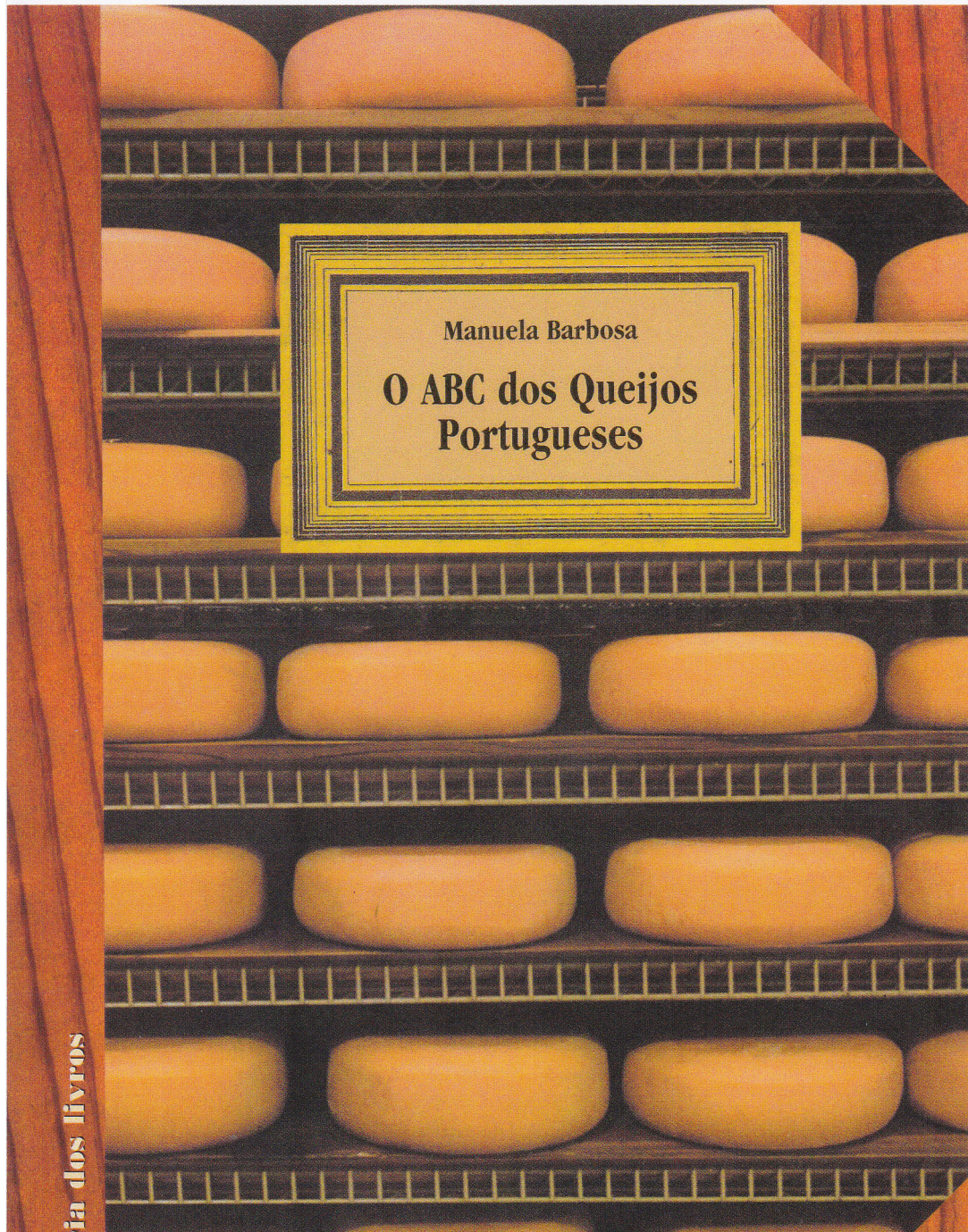
O Senhor dos Céus, representa o futuro, o inesperado, tudo aquilo que é novo, que muda ou surpreende, rompe ou cria. Visa os valores sociais, a relação com o universo, a liberdade, bem como a criação e a amizade.

VÊNUS

A Deusa do Amor e da Beleza. Ela simboliza a arte, o amor nas suas diversas expressões e tem a ver com as sensações, com o mundo dos afetos, da sensibilidade e da harmonia.

ZODÍACO

Visto da Terra, tendo como referência o processo do Sol, os astrólogos da Antiguidade dividiam os céus em 12 partes iguais chamadas «Signos do Zodíaco», tendo cada um 30 graus.



Glossário

- Acincho* – O mesmo que cincho. Vocábulo regional.
- Almece* – Soro do fabrico de queijo após o aquecimento que se faz para produzir o requeijão.
- Aroma* – propriedade organoléptica percebida pelo órgão do olfacto por via retro-nasal no acto da prova (AFNOR, 1992, Def.4.33).
- Artesanal* – produto, neste caso queijo, produzido manualmente
- Caseína* – principal proteína do leite e um dos principais constituintes do queijo.
- Cincho* – aro perfurado no qual se aperta a coalhada para lhe dar forma e espremer o soro. Molde perfurado em que se faz o queijo
- Cheiro* – propriedade organoléptica percebida pelo órgão do olfacto no acto da prova (AFNOR, 1992, Def.3.34).
- Coalheira* – O quarto estômago dos ruminantes, também chamado coagulador.
- Coagulação* – passagem do leite líquido ao estado de gel por acção de um coagulante que efectua a aglomeração das micelas da caseína libertando as proteínas solúveis do leite (albuminas e globulinas).
- Coalhada* – leite já depois de coagulado e que após um período de pelo menos 20 minutos vai dar origem ao queijo depois de convenientemente trabalhada.
- Coalho* – enzima de origem animal, extraído do estômago dos ruminantes jovens que ainda se alimentam de leite e que tem a propriedade de coagular o leite possibilitando a sua digestão (Rennet – inglês; présure – francês).
- Cura* – conjunto de reacções físicas e bioquímicas que transformam a coalhada em queijo, dando-lhe a desejável consistência, textura, cheiro e sabor finais.
- Dessoramento* – saída do soro da coalhada.
- Gosto* – sensação percebida pelo órgão do gosto (a língua) quando estimulada por certas substâncias solúveis (AFNOR, 1992, Def.4.21).
- Enzima* – substância orgânica de natureza proteica, que actua como catalisador das reacções bioquímicas dos seres vivos, favorecendo essas reacções.

Fataca – vara comprida de madeira, com uma meia esfera na extremidade, geralmente de cortiça, que servia para agitar o leite ou ver se a coalhada já estava pronta para cortar (Beira Baixa e Alentejo).

Fermentação láctica – processo pelo qual o leite acidifica, sob a acção de diversos microrganismos designados por flora láctica, que transformam a lactose em ácido láctico.

Ferrada ou ferrado – vasilha de folha de Flandres ou de ferro zincado, de formato cilíndrico com abertura de 40 a 50 cm de diâmetro, parcialmente coberta, para onde se ordenhava o leite e provida de um ralo grosseiro para reter as impurezas de maior dimensão.

Fermento láctico – conjunto de microrganismos que desdobram a lactose, açúcar do leite, em ácido láctico e que são essenciais para a maturação do queijo e a produção de outros produtos lácteos.

Francela – pequena banquetta circular de madeira, com um ligeiro declive e goteira para escoamento do soro, onde se colocava o cincho e se fazia o queijo.

Fúngico – relativo a fungos.

Maturação – o mesmo que cura.

Mungidura – Ordenha.

Organoléptico – diz-se da propriedade demonstrada por um corpo, por uma substância ou por um produto que impressiona um ou mais dos cinco sentidos: visão, audição, olfacto, paladar e tacto.

Pasteurização – Aquecimento durante pelo menos 15 segundos a uma temperatura não inferior a 72º C, para eliminar os germes patogénicos do leite.

Pepsina – enzima que faz parte do suco gástrico produzido no estômago, e que catalisa a digestão de proteínas.

Picheiro – vasilha de folha de Flandres para recolha do leite durante a ordenha. Termo comum na Beira Baixa.

Proteáse – enzima proteolítica que faz o desdobramento das proteínas.

Proteólise – acção de uma enzima proteolítica ou protease; processo de degradação (digestão, desdobramento) das proteínas do leite pelas proteases.

Proteolítica – diz respeito à acção de desdobramento das proteínas por influência de proteases ou enzimas que fraccionam as proteínas.

Quimosina – o mesmo que renina.

Reima – revestimento viscoso formado por uma associação de bactérias e leveduras, que cobre em geral os queijos de casca lavada, na primeira fase da maturação.

Renina – enzima proteolítica existente no coalho animal que quando adicionada ao leite provoca a sua coagulação. É tradicionalmente extraída do coagulador (quarto estômago dos ruminantes) dos vitelos lactentes.

- Requeijão* – Produto lácteo resultante do aquecimento (85^o) do soro obtido do fabrico do queijo. É constituído pelas proteínas solúveis do leite (globulinas e albuminas), coaguladas pelo calor.
- Roupeiro* – o homem que faz o queijo; termo usado na Beira Baixa e Alentejo.
- Salmoura* – solução de água e sal numa determinada percentagem que pode ser variável, que se destina a salgar os queijos quando nela estão imersos.
- Soro* – Líquido esbranquiçado que resulta da compressão da coalhada durante o fabrico do queijo.
- Transumância* – Deslocação periódica entre regiões, de rebanhos de ovinos acompanhados pelo pastor e seus cães pastores, na procura de pastagens adequadas, devido a difíceis condições climáticas nas regiões serranas.

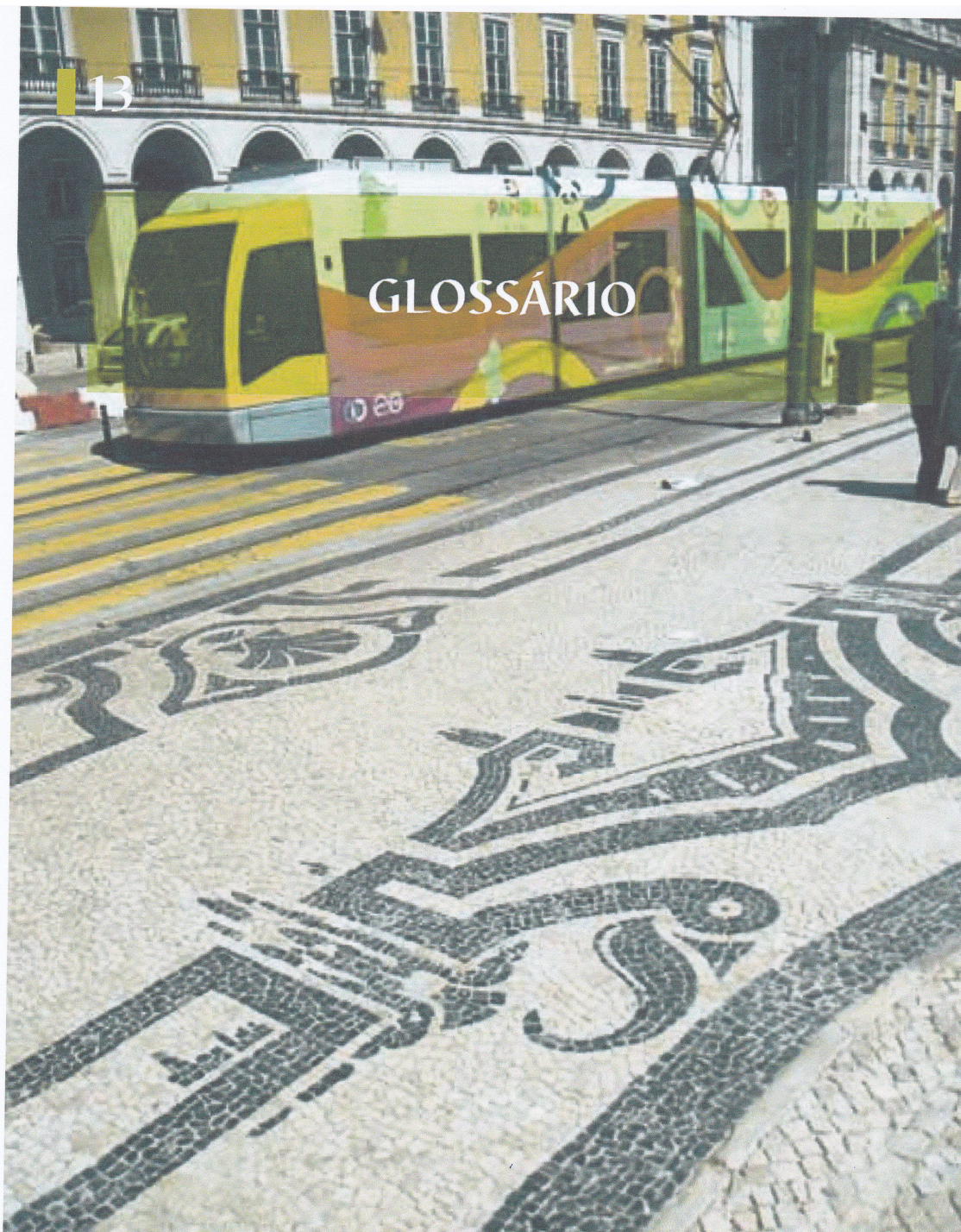
Siglas

- AOC* – “Appellation d’origine contrôlée” - é a designação francesa que permite preservar um produto considerado património cultural e gastronómico. É uma garantia de origem e tipicidade. É a certeza de que um produto (queijo) foi fabricado segundo um processo transmitido de geração em geração e transcrito de uma forma precisa para um caderno de encargos para que possa ser verificado pela entidade de controle.
- DOP* – Denominação de Origem Protegida. Designação que permite preservar e proteger um produto tradicional considerado património cultural e gastronómico na EU.
- DTIA* – Departamento de Tecnologia das Indústrias Alimentares.
- FPC* – Fermented Produced Chymosin.
- INII* – Instituto Nacional de Investigação Industrial.
- LNETI* – Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.
- MT* – milhões de toneladas.
- NIRD* – National Institute for Research in Dairying, Univ. Reading, UK.
- OGM* – Organismo Geneticamente Modificado.
- UHT* – “ultra high temperature” – processo de tratamento térmico do leite a uma temperatura elevada em aparelhos adequados, que o deixa praticamente estéril.

MANUAL DA CALÇADA PORTUGUESA



GLOSSÁRIO



Alguns termos da gíria dos exploradores de calçada:

Traçador – Homem que parte a pedra com a marreta.

Cortador – Homem que parte a pedra com o martelo.

Pedra Vidraço – Pedra de excelente qualidade.

Pedra Macia – Pedra de menor qualidade.

Malha – Pedra bem traçada e de boa qualidade.

Bicos – Pedra mal traçada.

Cubos – Pedra bem partida, que está dentro dos padrões.

Moca – Pedra mal partida, que está fora dos padrões.

Alguns termos da gíria dos calceteiros:

Aparelhar – Fracturar a pedra na palma da mão.

Caixa – Escavado com enrocamento de areão ou caliça para receber as pedras.

Cavilhas – Peças em ferro para fixação dos moldes.

Encalhamento – Lançamento rectilíneo das fiadas de pedra, usual nas técnicas mais comuns de assentamento da Calçada Portuguesa.

Enxadrear – Distribuição das pedras em malhete.

Mestras – Linhas de apoio das fiadas.

Nega – Ponto em que as pedras calcetadas já acertaram com o lancil do passeio.

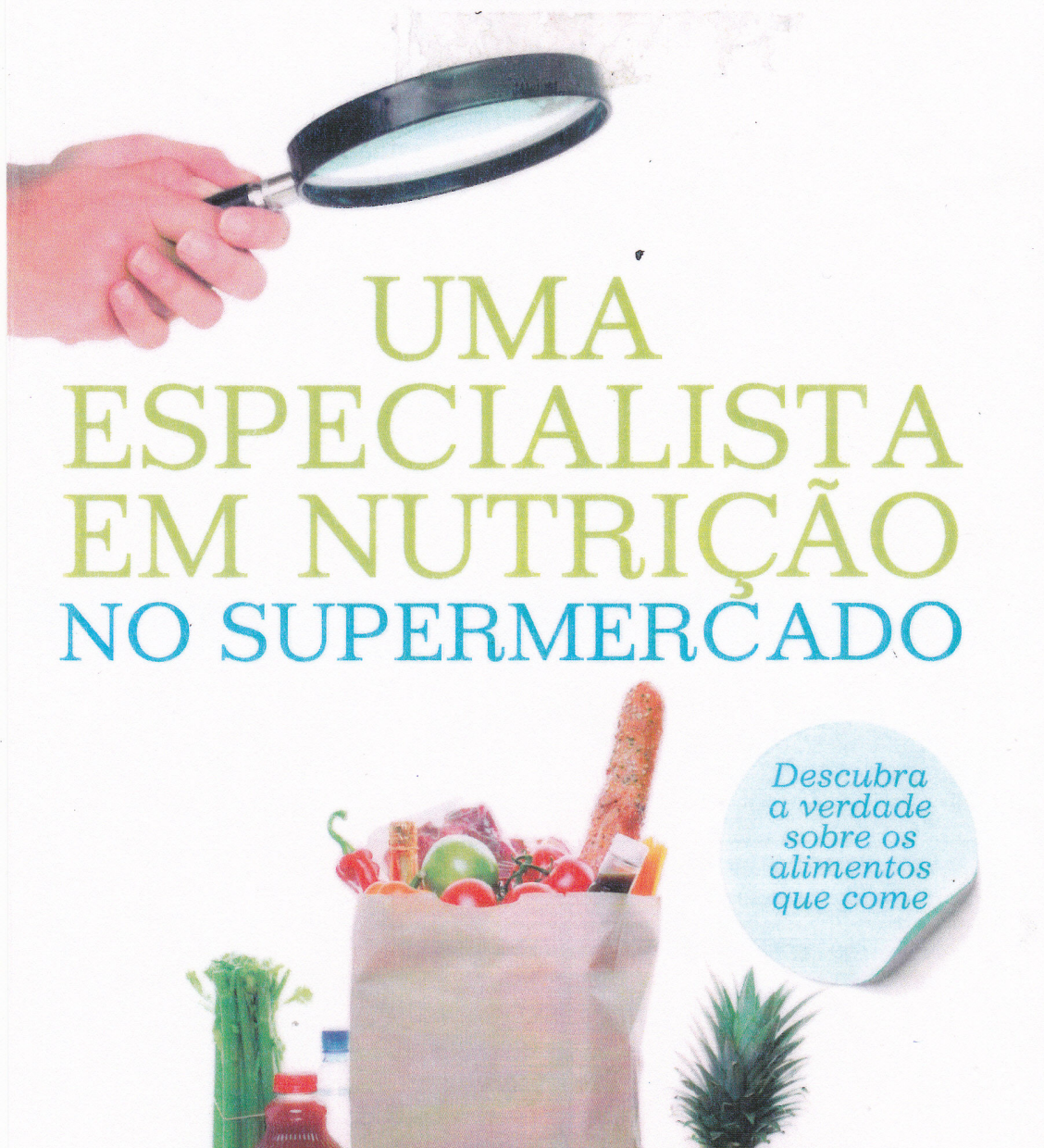
Recalque – Efeito do maço no empedrado quando este altera a superfície calcetada.

Xadrez – Designação geral dada ao mosaico das calçadas.



Texto L5

Patrícia Almeida Nunes



GLOSSÁRIO

Acidificante: Aditivo alimentar que aumenta a acidez dos alimentos.

Ácidos gordos: Unidade mais elementar dos lípidos ou gorduras.

Ácidos gordos essenciais: Não são sintetizados pelo organismo humano, pelo que é necessário ingeri-los através da alimentação.

Ácidos gordos insaturados: Têm um efeito favorável sobre as paredes das artérias e na diminuição do risco cardiovascular. Dividem-se em monoinsaturados e polinsaturados.

Ácidos gordos monoinsaturados: Estão presentes em grande quantidade no azeite (ácido oleico) e oleaginosas como a amêndoa, o amendoim e a noz. São geralmente líquidos à temperatura ambiente.

Ácidos gordos polinsaturados: Podem ser de origem vegetal (presentes nos óleos de girassol, milho, soja, etc.), ou animal (óleo de peixe).

Ácidos gordos saturados: A ingestão excessiva de ácidos gordos saturados, presentes nas gorduras de origem animal (manteiga, natas, queijo, banha, carne, enchidos, etc.) aumenta o risco cardiovascular. Estes são sólidos à temperatura ambiente (exceto no leite e derivados).

Ácidos gordos trans: São formados durante o processamento industrial

Açúcares simples: Unidade elementar dos hidratos de carbono. São de fácil absorção. Entre eles, podemos encontrar a sacarose e a frutose.

Aditivo alimentar: Substância que pode ou não ter valor nutritivo e que é adicionado intencionalmente aos alimentos com o objetivo de os conservar ou melhorar as suas características. Pode ser natural ou artificial. Encontra-se na lista de ingredientes com o nome ou com a designação de E.

Alegação nutricional: Qualquer informação que declare, sugira ou implique que um alimento possui propriedades nutricionais benéficas particulares.

Alimento: Substância que é utilizada como fonte de nutrientes e energia.

Alimento biológico: Alimento obtido através de práticas que minimizam a utilização de químicos, evitando assim a degradação do ambiente e dos ecossistemas.

Alimento funcional: Alimento natural ou enriquecido com aditivos alimentares (vitaminas, minerais, ómega 3, probióticos, entre outros), que demonstraram poder afetar uma ou mais funções do organismo, melhorando o estado de saúde e/ou reduzindo o risco de doença.

Alimento geneticamente modificado: Alimento que é constituído ou que é elaborado a partir de organismos cujo material genético foi modificado, conhecido vulgarmente como OGM.

Alimento gourmet: Caracterizam-se por serem de alta qualidade, podendo ser mais sofisticados e mais raros.

Aminoácidos: Unidades mais elementares das proteínas. São classificados como essenciais e não essenciais, de acordo com a capacidade ou não de o organismo conseguir sintetizá-los.

Antioxidantes: Substâncias que previnem/impedem a degradação celular, pela neutralização/minimização dos efeitos nocivos dos radicais livres. Enquanto aditivo alimentar, evitam a degradação dos alimentos pro-

Características organoléticas: Características intrínsecas a cada alimento como: o odor, a textura e o paladar.

Caloria/Quilocaloria: Unidade de medida em que se exprime a energia fornecida pelos nutrientes, mede-se em quilocalorias (kcal) ou quilojoules (kj). Apenas os hidratos de carbono, proteínas, lípidos e o álcool etílico fornecem calorias.

Colesterol: É sintetizado no fígado e em quantidades normais, é necessário para algumas funções do organismo. Contudo, em excesso pode causar problemas.

Colesterol-HDL: Representa a fração de colesterol que circula na corrente sanguínea ligado às lipoproteínas plasmáticas de alta densidade. É apelidado de «bom colesterol», dado que níveis mais elevados deste tipo de colesterol estão associados a uma diminuição do risco cardiovascular.

Colesterol-LDL: Representa a fração de colesterol ligado às lipoproteínas plasmáticas de baixa densidade. É apelidado de «mau colesterol», uma vez que as lipoproteínas a que se liga transportam o colesterol do fígado para o sangue, potenciando a sua deposição nos órgãos e tecidos, o que conduz a um aumento do risco cardiovascular.

Conservante: Aditivo alimentar que tem por objetivo aumentar a durabilidade dos alimentos, ao dificultar o desenvolvimento de microrganismos.

Corante: Aditivo alimentar que confere e/ou mantém a cor dos alimentos.

Densidade energética: A densidade energética refere-se à quantidade de energia fornecida por grama de peso do alimento. Calcula-se dividindo o valor calórico fornecido em 100 g do alimento por 100. Os que fornecem mais de 4,0 de densidade calórica são considerados de densidade energética elevada e devem ser evitados.

Digestão: Processo fisiológico pelo qual os alimentos ingeridos são reduzidos a substâncias assimiláveis pelo organismo e transferidos para a corrente sanguínea.

Espessante: Aditivo alimentar que aumenta a viscosidade dos géneros alimentícios.

Esteróis e estanoís vegetais: Substâncias existentes em alguns alimentos de origem vegetal ou que podem ser adicionados a outros produtos alimentares com o objetivo de reduzir a absorção de colesterol no organismo.

Fibras alimentares: Presentes nos alimentos de origem vegetal, sendo que o nosso organismo apenas os digere e absorve parcialmente. Não fornecem energia, e desempenham um papel fundamental no funcionamento do intestino, ajudam a controlar os níveis de colesterol e glicose sanguíneos e aumentam a sensação de saciedade. São classificados em insolúveis ou solúveis.

Fibras alimentares insolúveis: Tipo de fibra predominante nos cereais e farinhas pouco refinados e produtos hortícolas. Importante na regularização do trânsito intestinal.

Fibras alimentares solúveis: Tipo de fibra presente na cevada, leguminosas, fruta e produtos hortícolas. Ajudam a controlar os níveis de colesterol e glicose sanguíneos.

Frutose: É um açúcar simples, embora absorvido mais lentamente que a sacarose, fornece as mesmas 4 kcal por grama, e em excesso pode elevar os níveis de triglicéridos

Gelificante: Aditivo alimentar que confere textura aos géneros alimentícios através da formação de um gel.

Hidratos de carbono: Macronutrientes que constituem a principal fonte de energia do organismo humano. Fornecem 4 kcal por grama. Classificam-se em complexos ou simples.

Índice de massa corporal: Indicador mais frequentemente utilizado para determinar se o peso de um indivíduo se encontra abaixo ou acima dos valores normais.

Índice de Massa Corporal (IMC) = peso (kg) / altura (m)²

Ingrediente alimentar: Substância utilizada no fabrico ou preparação de um género alimentício e existente no produto final, quer sob a forma original ou já modificado.

Lactose: É o açúcar naturalmente presente no leite.

Light: Produto que apresente uma redução mínima de 25% em determinado nutriente ou calorias comparado com o alimento convencional.

Lípidos: Macronutrientes essenciais para o crescimento e manutenção dos tecidos do corpo. São fundamentais para o desenvolvimento cerebral e para a manutenção da temperatura corporal. Fornecem 9 kcal por grama.

Macronutrientes: Nutrientes necessários ao organismo em maior quantidade, fornecem valor calórico e incluem as proteínas, os hidratos de carbono e os lípidos.

Micronutrientes: Nutrientes necessários ao organismo em menor quantidade e não fornecem valor calórico e incluem as vitaminas, os minerais e oligoelementos.

Minerais: São micronutrientes com função plástica e reguladora do organismo.

Nutrientes: Substâncias que constituem os alimentos e são necessários para o adequado funcionamento do organismo. Incluem-se nesta designação as proteínas, os hidratos de carbono (glícidos), os lípidos (gorduras), as vitaminas, os minerais, as fibras alimentares e a água.

Obesidade: Excesso de gordura corporal. Um indivíduo adulto é considerado obeso quando o seu Índice de Massa Corporal é superior a 30 kg/m².

Ómega 3: Os ácidos gordos ómega 3, como o ácido linolénico, são ácidos gordos polinsaturados, considerados essenciais, pois não podem ser sintetizados pelo organismo. O consumo de ómega 3 está associado a benefícios para a saúde.

Pasteurização: Processo pelo qual se eliminam bactérias ou outros agentes patológicos, de frequente utilização nos laticínios.

Porção: É uma medida prática (Ex.: colher de sopa de arroz, fatia de queijo) de um determinado alimento ou grupo de alimentos às quais se associa um peso médio.

Poliálcoois: Utilizados no processamento alimentar como edulcorantes, derivam dos açúcares.

Prazo de validade: Indica até quando é seguro consumir um alimento.

Probióticos: São microrganismos vivos, utilizados como ingredientes alimentares e que podem interagir com a flora intestinal.

Proteínas: Macronutriente essencial responsável pelo crescimento, conservação e reparação dos órgãos, tecidos e células. Fornecem 4 kcal por grama. Podem ser classificadas em proteínas de alto ou baixo valor biológico.

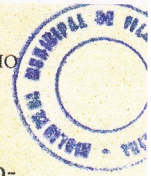
Proteínas de alto valor biológico: Proteínas em que os aminoácidos se encontram presentes em quantidades e proporções adequadas às necessidades do organismo. Existem essencialmente nos alimentos de origem animal.

Proteínas de baixo valor biológico: Proteínas em que os aminoácidos essenciais não estão presentes na totalidade. Existem sobretudo nos alimentos de origem vegetal.

Regulador de acidez: Aditivo alimentar que altera ou controla a acidez dos géneros alimentícios.

Sacarose: Apelidada frequentemente de açúcar, é o composto mais abundante dos açúcares simples. É formada pela união de uma molécula de glicose e uma de frutose. Fornece 4 kcal por grama.

Triglicéridos: Constituem a forma preferencial de armazenamento de



Vitaminas: Nutrientes indispensáveis para a regulação de diversos processos orgânicos. Não fornecem energia. São classificadas em hidrossolúveis ou lipossolúveis.

Vitaminas hidrossolúveis: Vitaminas solúveis em água.

Vitaminas lipossolúveis: Vitaminas solúveis em lípidos.

ALEXANDRA LUCAS COELHO
ATLANTICO-SUL



**ESTE INVERNO
NO RIO DE
JANEIRO:
GLOSSÁRIO
PROVISÓRIO**

1 Estive fora do Rio de Janeiro durante 40 dias. Voltei para um novo *front* carioca: Ninjas, Vândalos, Infiltrados/P2, Beijaços, Mídia-livristas, Gás lacrimogéneo, Balas de borracha, Coquetéis-molotov, Black Bloc, CEIV, Cadê o Amarildo?

2 Carioca sempre usou a palavra *front* com toda a liberdade, dos saldos de Verão à orla da praia, da roda de samba ao baile funk, da cama à balada, até na guerra tradicional: polícias, traficantes, milícia. Então, para quem mora no Rio, este *front* não é novo por ser de guerra, é novo por ser político no sentido mais amplo, quando tudo se torna político. O que acontece quando tudo se torna político é que a gente fala "pra ca-ra-lho", e isso é o que o Rio mais ligado está a fazer neste Inverno: nas ruas, no Facebook, no Twitter, no YouTube, no Instagram, com um glossário que será muito antigo em alguns pontos e bem conhecido da periferia outros, mas é certamente novo para a classe média desta geração.

3 Ninjas: membros da Mídia NINJA, sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Acção. Um colectivo com centenas de membros que, desde há meses, regista e transmite em directo informação não editada através da Internet. Começaram com operações policiais na "cracolândia" paulista, estiveram no Matogrosso durante o protesto dos índios guarani-kaiwoá e rebentaram no Facebook durante as manifestações no Brasil. No momento em que comecei a escrever esta crónica, estavam com 120.352 likes, mais 10 mil que na véspera. Vivem um auge no Rio, mas são o braço audiovisual do Fora do Eixo, colectivo fundado em Cuiabá, Matogrosso, originalmente para uma redistribuição alternativa de música, que hoje tem desdobramentos em várias áreas e por todo o Brasil, com uma casa-base em São Paulo.

4 Vândalos: é como a Polícia Militar (PM) chama aos manifestantes que estarão a cometer, poderão cometer ou terão cometido actos de vandalismo durante as manifestações, o que tem incluído manifestantes desarmados, encurralados e imobilizados, além de jornalistas, fotógrafos, documentaristas e mídia-livristas.

5 Infiltrados: os polícias à paisana, confundíveis com qualquer manifestante, que a polícia está a usar nos protestos com o objectivo de "identificar autores de crimes tais como agressões contra pessoas e bens públicos e privados". Também são conhecidos como P2, ou P-2.

6 Beijaços: protestos em que as pessoas se beijam, como aconteceu entre gays desde a chegada do Papa ao Rio de Janeiro, a começar pelo beijaço em frente à igreja do Largo do Machado.

7 Mídia-livristas: membros de redes como a Mídia NINJA, ou quaisquer outros que registem e transmitam informação fora dos *media* tradicionais.

8 Gás lacrimogéneo (ou *spray* de pimenta) e balas de borracha: armas largamente usadas pela polícia durante as actuais manifestações, velhas conhecidas das favelas e periferias.

9 Coquetéis-molotov: arma usada por activistas de grupos politizados e por mascarados não associáveis a grupos politizados. À hora de fecho desta crónica, há toda uma discussão sobre o mascarado que lançou um coquetel-molotov contra a polícia depois de o Papa sair do Palácio da Guanabara. O lançamento foi feito no meio de uma manifestação de centenas de pessoas e desencadeou uma violenta resposta policial, com feridos e detidos. A PM acusa activistas anarquistas de iniciarem os confrontos. Manifestantes presentes que cotejaram vários vídeos suspeitam de que o mascarado seja um polícia infiltrado por usar roupas semelhantes às de outros infiltrados, entretanto detectados.

10 Black Bloc: grupo anarquista cujos membros trajam de preto, incluindo a máscara, activo nas manifestações das últimas semanas e acusado pela polícia de "incitar a violência".

11 CEIV: Comissão Especial de Investigação de Actos de Vandalismo em Manifestações Públicas, criada a 22 de Julho por decreto do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o responsável pela Polícia Militar e o alvo carioca mais visado pelos protestos.

Segundo esse decreto, as operadoras de telefone e Internet teriam um prazo máximo de 24 horas para atender aos pedidos da comissão, sem necessidade de autorização judicial, para quebra de sigilo. A contestação foi generalizada, com muita gente a associar a CEIV aos Actos Institucionais (AI) da ditadura militar, e juristas a considerarem-na inconstitucional. À hora de fecho desta crónica, Cabral emendou o decreto desta forma: "As empresas Operadoras de Telefonia e Provedores de Internet darão prioridade para o atendimento dos pedidos de informações formulados pela CEIV ou decorrentes de ordem judicial nos casos de sigilo previstos na legislação."

12 Cadê o Amarildo? Campanha para não deixar esquecido o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza Dias, 47 anos, morador da Rocinha, desaparecido desde 14 de Julho, quando policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) instalada na favela o levaram para "averiguações". Na página de Facebook criada para a campanha, Amarildo é descrito como "desaparecido político da 'democracia brasileira'".

13 No momento em termino esta crónica, a Mídia NINJA tem mais 400 novos fãs. Mas para terminar mesmo, eu já tinha roubado esta citação que o meu amigo, e multiactivo pensador-professor-curador carioca, Frederico Coelho partilhou no Facebook, recuperando a célebre peça *Trate-me Leão* do grupo Asdrúbal Trouxe o Trombone: "No momento em que estou mais frágil, eu vou escolher as minhas próprias dúvidas. Não é sofrer menos o que me interessa, mas experimentar sentimentos de profundo prazer. Eu quero ser feliz. Eu não desisto da ideia de ser feliz. A necessidade que eu, você, e toda essa gente aí têm da vida não dá pra ser aniquilada. A ferocidade é um compromisso terrestre." Foi em 1977, nem os Ninjas tinham nascido.

● alc.atlanticosul@gmail.com
<http://blogues.publico.pt/atlantico-sul/>



Eleições no Brasil Mais de 135 milhões irão votar na urna electrónica em Outubro

Cassado de curral eleitoral foi retirado da chapa por

Dois analistas políticos brasileiros ajudaram o PÚBLICO a descodificar o léxico do escrutínio. Por Maria João

O dia 3 de Outubro é o "primeiro turno" para as eleições no Brasil. Os eleitores, que são actualmente mais de 135 milhões - mais 78 por cento do que em 2006 - irão à "urna electrónica" escolher os seus candidatos. Estão em causa 27 cargos de governador, todos os 513 lugares de deputado e ainda dois terços do Senado, com 81 membros. Isto, claro, para além da eleição do Presidente.

Esta semana, uma das questões da campanha foi a "lei da Ficha Limpa", que impede as candidaturas de políticos condenados por crimes graves. Pelo menos 308 políticos deverão perder o direito de se candidatar por terem sido condenados por crimes de homicídio, tráfico, formação de quadrilha, corrupção e furto.

Ainda assim, a malha da lei deixa passar alguns crimes: o médico Luiz Afonso Sefer, candidato a deputado do PP no Pará, foi condenado por pedofilia e violação de menor durante quatro anos. Mas uma vez que o julgamento decorreu apenas em primeira instância, e a lei só se refere a condenações em segunda instância, vai poder ser candidato.

De resto, muitos políticos estão a adiar a entrega da certidão criminal, tentando evitar a lei, e outros já disseram que vão a tribunal desafiar a proibição.

Também o papel do Presidente, Lula da Silva, como "cabo eleitoral" da candidata do seu partido, Dilma Rousseff, voltou a ser falado - o PT acusa o Tribunal Superior Eleitoral de perseguição política e considera mesmo mover uma acção judicial contra a procuradora.

No entanto, segundo as contas feitas pelo jornal *Estado de São Paulo*, a justiça eleitoral moveu mais acções contra o PSDB de José Serra do que contra o PT de Lula: 16 acções contra os "tucanos" e 12 contra os "petistas" por violações da lei eleitoral.

Primeiro turno, urna electrónica, ficha limpa, cabo eleitoral, tucanos e petistas - alguns termos poderão não ser imediatos para um leitor em Portugal.

O PÚBLICO pediu ajuda na descodificação a dois analistas políticos brasileiros. João Carlos Castro Neves, que trabalha em Washington para a CAC Consultoria, uma empresa de serviços de análise e estratégia políticas sediada em



Cabos eleitorais

Pessoas que fazem propaganda e divulgação de um candidato, sendo ou não filiados no partido. Os cabos eleitorais eram tradicionalmente pagos para fazer propaganda pelos partidos de direita, enquanto os de esquerda acabavam por se apoiar especialmente nos seus voluntários, explica Heber Maia. Isso está, no entanto, a mudar, e recentemente até mesmo os partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores têm feito campanhas eleitorais com cabos eleitorais pagos. O termo é ainda usado de uma maneira mais livre. Lula, por exemplo, tem sido o "cabo eleitoral" de Dilma Rousseff, diz a imprensa brasileira: tem feito campanha por ela.

Caixa dois

É uma espécie de saco azul português. Refere-se ao dinheiro recebido durante a campanha eleitoral que não é declarado à justiça.

Candidatos nanicos

Políticos que se lançam como candidatos por partidos nanicos - partidos com pouquíssima ou até mesmo nenhuma representação popular, explica o analista político João Augusto de Castro Neves. Muitos nanicos acabam por usar uma legenda de aluguel (ver em baixo).

Casa Civil

É o órgão do Governo Federal que presta apoio à Presidência da República. Segundo Heber Maia, a Presidência é composta por assessores especiais que o Presidente consulta, enquanto a Casa Civil é responsável pela execução operacional das políticas e pela articulação dos ministérios.

Cassado

Quando um deputado ou um titular de cargo eleito tem o mandato cassado quer dizer que foi impugnado, saindo do cargo e podendo ficar impedido de o exercer durante um certo período de tempo.

Chapa

Lista eleitoral, conjunto de candidatos que se apresentam para disputar uma eleição para os principais cargos. A chapa

presidencial é a equipa que concorre à Presidência, o candidato a Presidente e o candidato a vice, como o *ticket* americano. Não confundir, avisa Castro Neves, com "chapa branca", que quer dizer oficial ou do Governo, um termo que vem das placas brancas usadas nos veículos oficiais.

Coronelismo

Os "coronéis" das regiões (sobretudo do Nordeste) são verdadeiros donos do estado e do eleitorado, diz Castro Neves, para quem o voto obrigatório é um factor que contribui para este fenómeno. Heber Maia considera que o fenómeno já é, no entanto, isolado e restrito a regiões mais pobres. Termos como curral eleitoral ou voto de cabresto dizem respeito a esta realidade.

Curral eleitoral

O curral eleitoral é uma região dominada por um coronel onde todos votam no candidato do coronel, explica Heber Maia. Ou seja, o eleitor é comparado a um animal que obedece às vontades do seu "don". Está relacionado com o "voto de cabresto", expressão mais usada no Nordeste.

Eleitores duas caras

Nas sondagens dizem que querem eleger a pessoa indicada por Lula, mas escolhem Serra como candidato preferido, ou vice-versa: dizem preferir o candidato da oposição e depois escolhem Dilma Rousseff como candidata preferida.

Ficha limpa/suja

Candidatos com ficha suja, ou seja registos criminais, podiam concorrer às eleições no Brasil. Uma lei aprovada já este ano mudou a situação, e agora só podem concorrer se não tiverem sido condenados por crimes graves.

Itamaraty

A sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros é o Palácio de Itamaraty (a sede da Presidência é o Palácio do Planalto). O nome, explica Heber Maia, tem origem na antiga sede do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, um luxuoso casarão que pertencia a Francisco José da Rocha Leão, Conde de Itamaraty.

Legenda de aluguel

Um partido usado por um candidato que, na verdade, nada tem a ver com ele. É algo que acontece com muitos "candidatos nanicos", diz Castro Neves. São usados por políticos



Saiba mais em:
www.publico.pt



ficha suja

Guimarães



personas mais importantes na campanha. O publicitário Duda Mendonça, que tem créditos por ter suavizado a imagem de Lula do duro revolucionário para "Lulinha paz e amor", é a grande estrela entre os marqueteiros.

Mensalão

O termo foi originalmente cunhado por Roberto Jefferson, presidente do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, para se referir ao apoio financeiro recebido por partidos da base de apoio do Governo Lula durante a campanha eleitoral municipal de 2004, diz Heber Maia. Era um apoio periódico (não se chegou nunca a provar que fosse mensal) dado aos deputados da base aliada para que estes votassem a favor de projectos do executivo. O termo "mensalão" passou a designar esquemas semelhantes - o último foi o "caso panetone", em Brasília.

PAC

Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC foi criado no segundo mandato do Presidente Lula, sendo organizado e gerido pela candidata Dilma Rousseff. O objectivo do PAC é o investimento em obras de infra-estruturas (principalmente em energia e transportes) cuja falta era apontada como um entrave no processo de desenvolvimento económico nacional. O Governo Lula lançou em Março deste ano a segunda versão do PAC, causando alguma polémica pela sua aprovação em ano eleitoral.

Palanque

O palanque eleitoral é o símbolo da campanha política num dado local. Literalmente, é o palco onde ocorrem os comícios políticos; pode ser usado como sinónimo de plataforma eleitoral (propostas) ou até mesmo referir a coligação eleitoral ("o palanque de fulano nos estados tem muitos apoios", explica Castro Neves).

Pemedebista

Membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de José Sarney e Michel Temer, o candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff, a candidata do PT.

Petista

Membro do PT, Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula.

Sabatina

O termo tem origem numa antiga prática das escolas católicas de realizar no sábado uma recapitulação do conteúdo ensinado durante a semana, diz Heber Maia. Actualmente, os responsáveis

da República, embaixadores, por exemplo). No processo eleitoral, os candidatos são submetidos a outra espécie de sabatina: um grupo de especialistas ou jornalistas questionam o candidato.

Santinhos

Pasta com a fotografia, nome e informações sobre os candidatos, distribuída pelos cabos eleitorais aos eleitores. Normalmente, os cabos eleitorais apenas distribuem os "santinhos", enquanto os militantes que participam nas campanhas procuram estabelecer um diálogo e convencer o eleitor, explica Heber Maia.

Tucano

Membro do PSDB, Partido da Social-Democracia Brasileira, de José Serra (o símbolo do partido é o tucano, uma ave).

Turno

Volta. O primeiro turno destas eleições é a 3 de Outubro, o segundo a 31.

Uma electrónica

Desde 1996, os brasileiros votam numa urna electrónica. O voto electrónico serve para impedir fraudes - uma das mais comuns era a do "voto formiga", em que um eleitor recebia um boletim já marcado e entregava-o, levando o boletim em branco que seria marcado e entregue a outro eleitor. Também impede votos de protesto em que pessoas escreviam no boletim nomes de animais ou pessoas fora da lista dos concorrentes.

Verticalização

A obrigatoriedade de as coligações presidenciais serem replicadas a nível estadual, decretada pelo tribunal eleitoral, foi brevemente experimentada. A verticalização já não é obrigatória.

Voto de cabresto

Voto direccionado por alguém - o patrão, o coronel, o proprietário da fazenda. O cabresto, diz Heber Maia, serve para o cavaleiro conduzir o cavalo, dando-lhe indicação da marcha.



Texto J3

Glossário

03/04/2009 - 07:00

TÓPICOS (TOPICS)

Europa

<http://www.publico.pt/europa>

Governo

<http://www.publico.pt/governo>

Mercantilismo: teoria económica comum na Europa entre os séculos 16 e 18 que promovia a regulação pelo Governo das economias nacionais com o objectivo de aumentar o poder do Estado. Os metais preciosos, como o ouro e a prata, eram considerados indispensáveis à riqueza do país e deviam ser obtidos pelo comércio, sendo um dos objectivos fundamentais que as balanças fossem excedentárias. As necessidades das pessoas, sobretudo as de bens importados, eram secundarizadas e procurava-se que se mantivessem a um nível baixo, porque consumiam divisas preciosas, lembra a Enciclopédia Britânica na sua entrada sobre o assunto. O termo foi cunhado em 1776 pelo economista Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”.

Insolvência: falta de capacidade para se pagar as dívidas. Numa empresa ou nos indivíduos, pode implicar a falência e perda de bens. Nos Estados tem outras consequências, devido à sua prerrogativa de emissão de moeda.

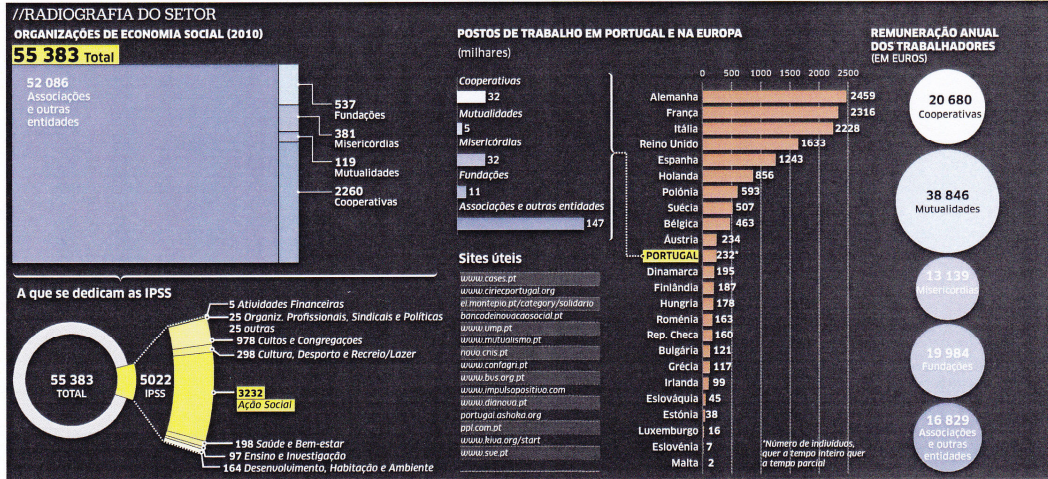
Derivados financeiros: contratos financeiros cujo preço ou valor depende de outras variáveis básicas (bens ou activos financeiros). Por exemplo, ao preço do petróleo daqui a seis meses.

Alavancagem financeira: endividamento não suportado em integralmente em activos. Alavancar financeiramente será contrair dívidas com base em activos que não a cobrem totalmente, com base expectativas de desempenho futuro. Pode também ser visto como um endividamento em excesso.

Off-shore: um banco ou filial bancária instalada num paraíso fiscal, que por definição concede um regime de taxaço do dinheiro mais favorável do que é normal.

Paraíso fiscal: território com um regime fiscal sobre os capitais substancialmente mais favorável do que o da generalidade dos Estados. Foi inicialmente uma invenção de americanos e ingleses, instalando-os em territórios com pouca viabilidade económica ou com pouca actividade na economia real. Há também Estados-nação que funcionam como paraísos fiscais, cujo expoente máximo é a Suíça. São conhecidos por serem também utilizados para viabilizar a fraude fiscal aos regimes tributários dos países com regimes mais comuns e para branquear dinheiro de actividades criminosas.

//Sociedade



FONTE: CONTA SATELITE DE 2010, INE INFOGRAFIA, JN

Economia social ampara 600 mil necessitados

● **Terceiro setor** é muito mais do que instituições de solidariedade

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

Sem as instituições de solidariedade, haveria 600 mil portugueses desamparados e esta é só a ponta do icebergue: a economia social é um mundo de altruísmo e entreadada que chega a milhões de pessoas.

milhões e meio de beneficiários; as cooperativas agregadoras de grande parte dos trabalhadores (isto só para falar das agrícolas); as centenárias misericórdias, as fundações e as associações, cujo papel na dinamização da sociedade é vital. Uma parte destas entidades tem o estatuto de instituição particular de solidariedade, que amparam 600 mil necessitados.

● **Cooperativas, mutualidades e associações** também fazem parte

conta satélite do INE. É como se toda a cidade do Porto lá trabalhasse. Com uma vantagem, diz Jorge de Sá, vice-presidente de um centro de estudos internacional sobre a matéria (CIRIEC). "Não se deslocaliza, emerge sem alarde do trabalho concreto de pessoas específicas para resolver problemas determinados", diz.

LEIS REVISTAS NESTE ANO

Neste ano deverá estar pronta a revisão da lei sobre cada família da economia social. A lei se perceberá que papel desempenharão partidos políticos, associações sindicais e empresariais e ordens profissionais. A hipótese de serem admitidas sociedades comerciais ficou em aberto, mas não de forma explícita. A lei de bases foi aprovada por unanimidade.

São fins que prosseguem com menor dependência dos cofres públicos do que, à partida, se poderia pressupor. A economia social encontra pelos seus próprios meios três euros por cada euro recebido do Estado.

Mas não chega e, no conjunto, o setor perde dinheiro. A autossustentabilidade é, assim, um dos desafios ao setor indicados por Eduardo Graça, diretor da Cooperativa António Sérgio, uma espécie de direção-geral da economia social.

Identidade comum

Um outro desafio do setor é a sua própria identidade. Apesar de ser nomeada pela Constituição, só há pouco tempo as entidades que a compõem se começaram a organizar para criar uma identidade partilhada.

Um passo importante foi dado em junho, com a entrada em vigor da Lei de Bases da Economia Social, aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Um outro passo, previsto ainda para este ano, é a revisão da legis-



"O Estado tem de garantir a coesão social e trabalhar em conjunto com a economia social."

Eduardo Graça
Coop. António Sérgio

"Ter a ilusão de que a sociedade pode progredir sem uma economia social forte é um erro grave."

Rui Namorado
Centro Estudos Sociais

"No Mundo há mil milhões de pessoas direta

que a Economia Social é da ajuda Também é, mas a solidariedade é uma pequena parte de um mundo vasto que inclui

vida seria "um p Rui Namorado, da Universidade de Coimbra. Um pesadelo de desemprego, também, já que paga sala-

de, em termos de custo, é superior ao preço que os produtores, por parte, recebem por associações, misericórdias e fundações; e a entreadada, no caso das coope-

social". Jorge de Sá CIRIEC Internacional

ESTE É O PRIMEIRO DE 52 TRABALHOS (UM POR SEMANA) QUE O JN, EM PARCERIA COM O MONTEPIO, DEDICA À ECONOMIA SOCIAL, SETOR CUJA IMPORTÂNCIA É CRESCENTE

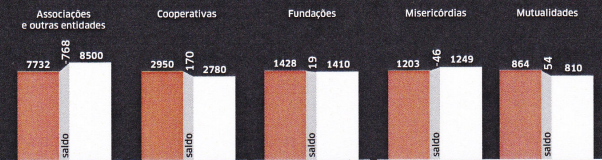


ECONOMIA SOCIAL

Journal de Notícias Montepio

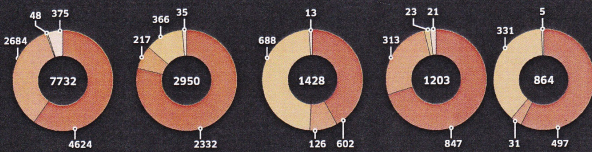
CONTAS DAS ENTIDADES (2010)

■ Receitas ■ Despesas



ORIGEM DAS RECEITAS

■ Próprias ■ Transferências e Subsídios ■ Rendimentos de propriedade ■ Outros recursos



O QUE É A ECONOMIA SOCIAL?

A economia social integra as seguintes entidades:

- 1. Associação**
É uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, cujos associados se agrupam em torno de objetivos e necessidades comuns. Podem destinar-se a inúmeros fins: culturais, recreativos, desportivos, de pais, estudantes, de proteção civil (bombeiros voluntários), entre muitos outros.
- 2. Mutualidade**
Aqui o objetivo é o auxílio recíproco dos seus associados e familiares. Trabalham sobretudo nas áreas da saúde, ação social e regimes complementares de Segurança Social. Têm um milhão de associados e mais de 2,5 milhões de beneficiários.
- 3. Cooperativa**
As agrícolas serão as mais conhecidas, mas há cooperativas de habitação, consumo, culturais, de ensino, de desenvolvimento, dedicadas ao ambiente. São associações autónomas e voluntárias que visam satisfazer necessidades económicas, sociais e culturais dos associados, através da cooperação democrática e entreaduá dos membros.
- 4. Misericórdia**
Associações constituídas de acordo com o Direito canónico para satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico. A primeira data do século XV.
- 5. Fundação**
Pessoa coletiva, sem fins lucrativos, cujo património foi-lhe irrevogavelmente dado e é suficiente para prosseguir os fins, que têm de ser de interesse social, em benefício da sociedade, mas não do fundador ou pessoas das suas relações. Têm objetivos culturais, de defesa do património, de saúde, de ensino...
- 6. Outras entidades**
A Lei admite outras entidades, sem especificar. Não há consenso sobre o que deve ou não integrar este setor. Por exemplo, se uma empresa privada lucrativa seguir o espírito subjacente à economia social deve integrar o setor?

5 PERGUNTAS A //LINO MAIA

“Estado só entra com 42% das receitas das IPSS”

Lino Maia preside à CNIS - Confederação das Instituições Particulares de Solidariedade

O que é a economia social?
É a atividade desenvolvida em prol das pessoas. A cooperativa ou a mutualidade existem para defender os interesses dos associados; no setor solidário, defendem-se os interesses dos mais carenciados. Inclui misericórdias, algumas fundações, centros sociais paroquiais (que têm uma natureza fundacional), institutos de organizações religiosas e as associações de solidariedade social.

Quantas estão a funcionar?
Há 4100 com atividade no terreno, 2700 das quais filiadas na confederação. Em 2011, 600 mil pessoas estavam desprotegidas se não fossem as IPSS.

São organizações de mão de obra intensiva. Podem ser uma saída para quem

está no desemprego?
Uma pequena IPSS facilmente tem 20 trabalhadores, a média nacional é de 60 pessoas. O setor emprega gente cada vez mais qualificada, mas pode ser uma saída para desempregados de baixas qualificações, como mulheres com mais de 40 anos.

Vivem à custa do Estado?
Os acordos de cooperação representam 42% do financiamento; metade vem de participações dos utentes e o resto da filantropia e da comunidade. Mas a descida dos rendimentos das famílias está a deixar muitas instituições em situação difícil. Existe um perigo real à sua sobrevivência, superado só pelo esforço dos dirigentes, pelas linhas de crédito e o Fundo de Socorro Social.

As atuais IPSS chegam?
Não precisamos de muitas mais, exceto nas áreas de ajuda ao autoemprego e de desenvolvimento local.

[GLOSSÁRIO]

O setor cooperativo e social, diz a Constituição, é um dos pilares da economia, a par do público e do privado. As definições que se seguem baseiam-se nas adotadas pela União Europeia ou por especialistas.

Economia social, solidária e terceiro setor

A economia social é o conjunto de entidades privadas com autonomia de decisão e liberdade de ação, que visem não o lucro mas a satisfação de necessidades sociais. Inclui cooperativas, mutualidades (segmento mercantilista), misericórdias, fundações, associações ou outras entidades que visem o bem comum; a economia solidária é conotada com a área de ação social; o terceiro setor é sinónimo de economia social (se se reportar a uma realidade anglo-saxónica, refere-se só ao segmento solidário).

Instituições particulares de solidariedade social

É um estatuto que pode ser pedido por qualquer entidade da economia social (as misericórdias são-no por inerência) e que lhes confere benefícios públicos, como a capacidade para receber donativos de IRS ou uma taxa de contribuição para a Segurança Social mais baixa, para os empregadores.

Empreendedorismo social

Procura a implementação de soluções inovadoras e sustentáveis, diferentes ou mais eficientes do que as que estão em vigor.

Responsabilidade social

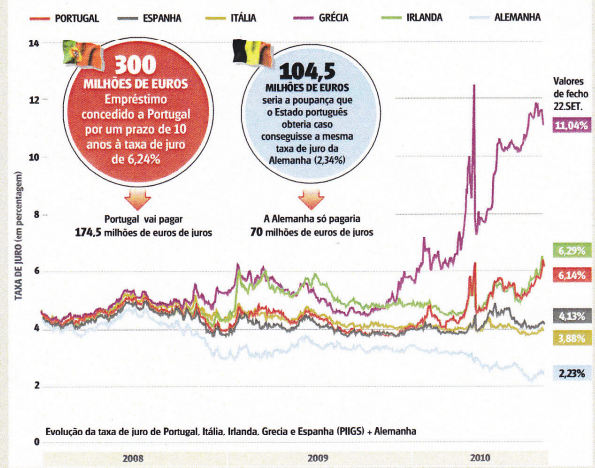
Políticas de promoção da dimensão económica, social, cultural e ambiental, que estejam alinhadas com o negócio da empresa e ultrapassem os mínimos definidos por lei.

NOTICIÁRIO ATUALIZADO
www.jn.pt/economia

MAIS LIDA
Crédito às famílias a subir e malparado agrava-se

ECONOMIA E TRABALHO

Dívida pública Taxas de juro a 10 anos



Ranking dos países com piores taxas de juro praticadas nos mercados
Emissão de dívida pública a 10 anos

VENEZUELA	14%
PAQUISTÃO	13,2%
GRÉCIA	11,06%
ARGENTINA	11%
UCRÂNIA	7,2%
IRLANDA	6,29%
PORTUGAL	6,14%
ESPAÑA	4,13%
ITÁLIA	4,01%

Glossário

OBRIGAÇÕES DO TESOURO (OT)
As obrigações do tesouro (OT) são valores mobiliários de prazo variável (de 1 a 50 anos), cuja emissão se efectua através de operações sindicadas, leilões ou por operações de subscrição limitada.

OT SÃO O PRINCIPAL TÍTULO
As OT constituem o principal instrumento da dívida pública utilizado pelo Estado português para satisfazer as suas necessidades de financiamento. Bilhetes do tesouro, certificados do tesouro ou de aforro são também títulos da dívida.

DÍVIDA PÚBLICA
Quando o Estado precisa de dinheiro para cobrir parte das despesas, emite títulos da dívida, e se os investidores (compradores) admitem que há um risco elevado obrigam o emissor (Portugal) e pagar-lhes um juro mais alto. Num efeito dominó, quando o Estado paga mais para obter dinheiro, banca, empresas em geral e famílias correm o risco de arcar com custos de produção ou preços finais mais elevados.

Fonte: PAULO ROSA, SALA DE MERCADOS DA GOBBLING/BANCO CARREGOSA EE / Infografia JN

Mais 36,7 milhões gastos devido à alta dos juros

Portugal endividou-se em mais 750 milhões e foi penalizado no mercado

— PEDRO ARAÚJO
— paraaj@jn.pt

Portugal endividou-se, ontem, em mais 750 milhões de euros. As taxas de 6,24% (a 10 anos) e de 4,69% (a 4 anos) fizeram o Estado gastar mais 36,7 milhões em relação às últimas emissões de obrigações. O Governo está autorizado a emitir mais 2,5 mil milhões.

Quando é necessário dinheiro para fazer face a despesas ou amortizar dívida antiga, o Estado vai ao mercado e emite obrigações do tesouro (OT), o tipo de título mais usado. O montante angariado, ontem, no mercado da dívida (750 milhões) é superior às receitas anuais da ADSE previstas para 2011 (600 milhões) e é de valor quase idêntico à obra entre Coim-

pleta dos juros) a 4,8% ao ano. Recebeu resposta negativa e só conseguiu vender a 6,24%, quando a última emissão semelhante (25 de Agosto) tinha pago a 5,13%. De acordo com Paulo Rosa, analista do Banco Carregosa, o Estado pagou mais 19,3 milhões de euros pelos 300 milhões de euros. Mas o Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) tentou igualmente convencer os investidores a comprarem 450 milhões de euros a quatro anos com uma taxa de juro de 3,6%. Novo revés: teve de pagar 4,69%, gastando mais 17,42 milhões de euros relativamente à emissão de 28 de Julho.

Contas feitas, Portugal gastou mais 36,7 milhões do que teria des-

Pormenores

Carlos Costa Pina
SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO



"Acredito que o sentido de responsabilidade vai imperar. Mas não tenhamos ilusões. A par dos fundamentais da situação económica em Portugal, e aqui a evolução no primeiro semestre e em especial o desempenho do sector exportador são particularmente encorajadores, continuamos a sentir os efeitos da irracionalidade em que assenta

Emissão do Estado português também influenciou o euro

O euro estava, ontem, a subir mais de 1% e tocou no valor mais alto desde há seis meses com a informação de que será dada ajuda monetária pela Reserva Federal norte-americana (FED) caso seja necessário. Além disso, também a venda de 750 milhões de euros de obrigações portuguesas, ontem de manhã, e a compra na véspera da quantidade máxima de dívida de Espanha e Irlanda, num dia em que a Grécia também emitia

go os juros mais elevados desde a adesão ao euro (1999) em dias de emissão de dívida pública.

Paradoxalmente, à medida que o risco aumenta, a procura sobre por parte de investidores à procura de remunerações (juros) superiores e a procura das OT a 10 anos superou em cinco vezes a oferta. Aliás, uma vez satisfeitos os compradores da dívida portuguesa, cuja agitação mereceu destaque na edição online do "Financial Times", o mercado acabou por acalmar, fechando as OT portuguesas a 10 anos nos 6,14%.

Dívida portuguesa contribuiu para subida do euro e mereceu destaque no "Financial Times"

Para uma emissão de mil milhões de euros a 10 anos, a Alemanha (taxa de 2,3%) vai ao mercado e paga 23 milhões de euros de juros e Portugal (6,1% no fecho de ontem) tem de gastar 61 milhões por ano. Mas o Estado ainda deverá endividar-se em mais 2,5 mil milhões de euros este ano (até atingir 174 mil milhões, só relativos a 2010). Se,

Objectivo: evitar mais dois graus a fazer de estufa sobre o planeta

Cenários tórridos da subida da temperatura prevêem efeitos nos mares, gelos, solos e sistemas naturais de que o Homem depende

EDUARDA FERREIRA
eduarda.ferreira@jn.pt

Há sinais evidentes de um planeta em aquecimento: temperaturas médias globais e regionais a subirem, calotes polares e glaciares a derreterem, nível das águas dos oceanos a altearem, fenómenos extremos, como inundações e secas, a atingirem mais gente. Equipas de cientistas vêm produzindo trabalhos que apontam como maior culpado o dióxido de carbono (CO₂) e a concentração deste gás com efeito de estufa na atmosfera. A responsabilidade desse fenómeno é associada às actividades humanas, sobretudo a partir da Revolução Industrial.

Desde 1988 que a comunidade científica internacional tem vindo a monitorizar de maneira mais consistente o que se passa com o clima na Terra. E desde então são traçados cenários sobre o que acontecerá até ao final deste século se o homem não reduzir de modo drástico as emissões de carbono, o mais significativo entre os causadores do efeito de estufa (o metano é outro e provém, entre mais fontes, dos animais ruminantes, como a vaca).

Até antes da grande intensificação industrial, os níveis de CO₂ na atmosfera equilibravam-se através de processos naturais: florestas e oceanos absorviam parte substancial das emissões, mas agora já são insuficientes para "digeri-las". A formação de carbono decorre em grande parte da queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, o gás e o carvão. E não tem parado o crescimento do seu consumo. Os transportes influenciam em muito a flecha ascendente das emissões. Mesmo após a entrada em aplicação do Protocolo de Quioto por alguns dos países mais industrializados, a atmosfera recebe cada

ficaram mais escaldantes. Desde 1850, no nosso continente, os 11 anos mais quentes aconteceram nos últimos 15 anos.

Em termos globais, acentuaram-se os fenómenos climáticos extremos (como inundações e as secas). O retrato desta realidade é tirado por imagens de satélite e outros recursos científicos. O recuo dos gelos polares acentua-se em cada estação e estão a começar a ficar abertas, a Norte, rotas marítimas que a massa das calotes polares antes vedavam. A história da Terra é extraída de cilindros escavados a esses gelos e conta como foi o clima há séculos e milhares de anos, indicando as concentrações de então de CO₂.

Glaciares e neves eternas derretem como gelado em dia de Verão. Sobretudo, o nível do oceano: em torno da Europa, durante o século XX, isso aconteceu ao ritmo de um a dois milímetros por ano. Parece pouco, mas, segundo projecções do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, da ONU, até ao final deste século, o oceano em nossa volta pode crescer em altura entre nove a 88 centímetros. Muitas espécies serão varridas da face da Terra.

A grande diferença nestes cenários tem a ver com a estimativa da quantidade de emissões para a atmosfera. Actualmente, há quase um consenso internacional, em termos científicos, e que vai ter expressão na conferência de Copenhaga, que amanhã começa: o aumento da média global da temperatura em dois graus face à época pré-industrial não pode ser ultrapassado, sob pena de desequilíbrio incontrolável dos sistemas climáticos.

Deixar que a atmosfera aqueça além desses dois graus, ainda "toleráveis", vai pôr em risco a vida ou o modo de sobrevivência de parte substancial da humanidade. Actividades económicas, saúde, alimentação, água, tudo será posto em causa, particularmente

Principais passos para o entendimento a nível internacional

Maio 1992

Nasce a Convenção Quadro da ONU
A questão climática foi assumida pela ONU como fulcral para as gerações futuras, a fim de impedir a "perigosa interferência" humana das concentrações de GEE. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas entrou em vigor só em Março de 1994.

Junho 1992

Cimeira da Terra, no Rio
Esta Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento funcionou como o maior lançamento da questão climática junto da sensibilidade pública. O desenvolvimento sustentável passou a entrar também no vocabulário dos decisores políticos.

Dezembro 1997

Protocolo de Quioto
O acordo está ligado à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. Estabeleceu metas de redução de emissões de 5,2% face a 1990 para países industrializados. Vigora desde 2005 até 2012. Integra mecanismos como o comércio de emissões, sua monitorização e fórmulas de adaptação através de ajudas a tecnologias limpas. Nos 184 países subscritores não se incluem os EUA.

Dezembro 2007

A "Rota de Bali"
Nesta Conferência sobre Alterações

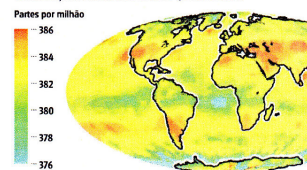
A importância c

De 7 a 18 de Dezembro, delegações de 192 países vão reunir-se as alterações climáticas e o aquecimento global. Objectivo: sub que nunca chegou a ser aplicado por todos os intervenientes, p às alterações climáticas a nível global e que possa ser cumprid

Emissões globais de dióxido de carbono

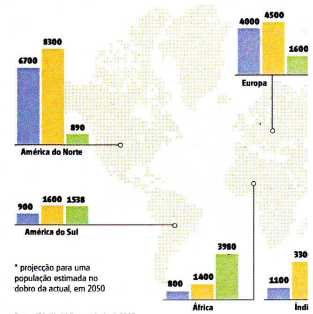
A emissão de gases que provocam o efeito de estufa é elevada e as pro para o futuro – se nada for feito – são para um aumento acentuado

Concentração de dióxido de carbono (julho de 2008)



Evolução das emissões globais (milhões de toneladas)

■ Em 2005. Emissões de CO₂
■ Em 2030, projecção da emissão de CO₂ sem o impacto de políticas ant
■ 2050: cenário possível do efeito de estufa provocados pela emissão de gás abaixo das duas toneladas per capita*



* projecção para uma população estimada no dobro da actual, em 2050

Fonte: IEA, World Energy Outlook 2007
Isidra Costa Esteves / Infografia JN

cos a serem receptáculo dos fluxos turísticos em fuga do Sul. Portugal será dos mais perdedores: em água, em energia, em agricultura, com ondas de calor e talvez malária, sem procura de visitantes como agora.

O consenso científico do Painel Intergovernamental de que dois graus de aquecimento são o máximo tolerável para o planeta serve de base às negociações de Copenhaga e tem na Europa um dos grandes defensores. Os cálculos científicos apontam para duas condições visando esse objectivo: as emissões de gases com efeito de estufa não podem atingir um pico para além de 2030 (de preferência durante a década anterior) e, a meio deste século, os valores de 1990 têm de ser cortados para metade. São estas datas e taxas de corte que vão estar no tabuleiro das negociações até ao último dia desta cimeira sobre o clima. Os ajustes não são fáceis e, até ao último dia, vamos assistir a propostas e contra-propostas, bem como a reivindicações

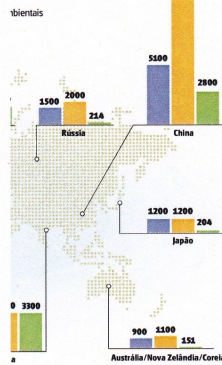
la Cimeira de Copenhaga

o em Copenhaga para debater
stituir o Protocolo de Quioto,
or outro capaz de responder
o por todos os signatários.

jeccões



las)

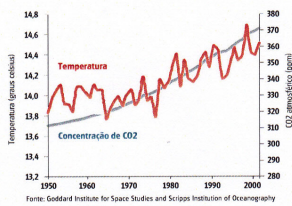


orientais

Efeitos no clima

Aquecimento global

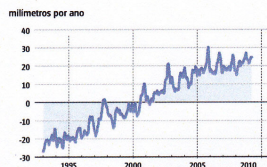
Temperatura média global e concentração de CO2 na atmosfera (1950-2001)



Aumento do nível da água do mar

Cientistas salientam que, mesmo que o aumento da temperatura seja limitado aos 1,5 graus, vai levar a um aumento de dois metros o nível da água do mar ao longo dos séculos, o que pode levar ao desaparecimento de algumas ilhas. Mais de 100 milhões de pessoas vivem a um metro do nível do mar, sendo o problema especialmente preocupante para as pequenas ilhas.

Alteração média: subida de 3,2 mm por ano



Impactos das alterações climáticas

Stress hídrico, redução da produtividade das culturas e extinções de animais e plantas em larga escala estão entre as ameaças que o mundo enfrenta da mudança climática. A procura de um acordo global sobre redução das emissões de gases de efeito estufa em Copenhaga será crucial para determinar como conter essas alterações ambientais



Glossário Breve das Alterações Climáticas

Aquecimento Global

A combustão de combustíveis fósseis e das florestas e a poluição industrial lançam Gases com Efeito de Estufa na atmosfera e provocam alterações climáticas, entre as quais o aumento da temperatura média da Terra.

Captura de Carbono

Técnica de fixação de Dióxido Carbono (CO2) em sumidouros com vista à redução deste gás na atmosfera. Pode ser feita graças à gestão do solo e à florestação ou reflorestação.

Desflorestação

A par do CO2, é um dos grandes potenciadores do efeito de estufa e do aquecimento global. Isto porque, ao destruir as florestas, é reduzida a capacidade de absorção do dióxido de carbono nas plantas

Dióxido de Carbono - CO2

Gás que é produzido quando se queimam, na presença de oxigénio, materiais que contêm carbono (por exemplo, combustíveis fósseis como carvão, petróleo ou gás natural). É um dos grandes potenciadores do Efeito de Estufa.

Energias Renováveis

Aquelas que são obtidas através de fontes naturais capazes de se regenerarem (por exemplo, o sol, o vento, os rios e mares, matéria orgânica e o calor da Terra).

Florestação / Reflorestação

A plantação de novas florestas em sítios onde historicamente elas não existiam ou a replantação de florestas destruídas. Contribui para a captura de gases durante o efeito de estufa

radiações infravermelhas, provocando o Efeito de Estufa, que se caracteriza pelo aprisionamento de calor entre a superfície e a troposfera, impedindo a sua dissipação no espaço e aquecendo a temperatura do ar.

GWP

O Potencial de Aquecimento Global distingue os diferentes gases quanto às suas consequências para o ambiente e permite quantificar os resultados da emissão de vários gases com efeitos de estufa. Por exemplo, o metano tem um GWP21, o que significa que cada tonelada de metano corresponde a 21 toneladas de CO2.

Mercado Global de Carbono

Um mecanismo que permite aos países que produzirem os limites impostos de gases

MtCO2e

A tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente é a medida-padrão utilizada para quantificar as emissões de CO2.

Pegada Ecológica

Mede o uso de recursos naturais necessários para sustentar uma geração, tendo em conta os recursos materiais e energéticos gastos por uma dada população. Permite demonstrar se os impactos antropogénicos no meio natural são sustentáveis a longo prazo e comparar os hábitos de diferentes populações.

Painel Intergovernamental

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas é constituído por centenas de cientistas de diferentes países e áreas de conhecimento. Foi criado em 1988 por

RBS: Futuro de Portugal poderá passar por alargamento da maturidade da dívida e venda de ouro

04 Outubro 2013, 12:25 por Sara Antunes | saraantunes@negocios.pt



O Royal Bank of Scotland (RBS) considera que a nota positiva dada pela troika à oitava e nona avaliações afasta o cenário de um segundo resgate, bem como de um panorama de perdas para os credores privados. E coloca como cenário central o recurso a um “bail-in”, ou seja, que o financiamento venha de recursos internos, apontando para possibilidade de extensão das maturidades da dívida ou venda de ouro.

A nota de análise do RBS à conclusão da oitava e nona avaliações do programa de resgate português salienta que a troika considera que “a dívida pública permanece sustentável”, apesar desta ter sido revista em alta de 124% para 127,8% este ano.

“Continuamos a considerar que uma Linha de Crédito com Condições Reforçadas é menos provável” mesmo que os juros implícitos nas obrigações a 10 anos estejam próximos dos 6%, porque “acreditamos que o BCE estará relutante” em aplicar o programa de compra de títulos no mercado secundário (OMT, na sigla em inglês) a Portugal nesta fase e “até que [o país] demonstre um acesso total aos mercados”, o que implica fazer mais do que uma emissão de dívida.

“O que significa que os riscos de um segundo programa de

Mas há riscos para esta análise, salientam os analistas do RBS. Em causa está "um problemático Orçamento do Estado para 2014 e questões relacionadas com as políticas chave na Zona Euro" em torno dos programas de ajuda.

A casa de investimento sublinha que ainda não há se não uma declaração sobre as avaliações e não um documento final, o que considera estar relacionado com a "necessidade de ter um Governo na Alemanha em funções antes de se tomarem decisões chave".

Glossário

Há vários cenários possíveis em cima da mesa para países que estão intervencionados. Muitas siglas e muitos conceitos que, em muitos casos, se cruzam. Conheça os principais.

Linha de Crédito com Condições Reforçadas

Trata-se de um programa cautelar através do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), com o BCE na retaguarda, através do programa de compra de dívida. Esta é considerada a solução mais "robusta" no cenário de um programa cautelar. Contudo, para que este sistema seja ativado será necessário que o país em causa consiga efectivamente regressar ao mercado de dívida, realizando mais do que uma emissão de obrigações.

Linha de Crédito Preventiva Condicionada

É um programa igualmente financiado através do MEE, mas com condições mais "leves". Esta solução estará disponível para países com sinais robustos de recuperação, bem como com acesso ao mercado de dívida.

OMT

O OMT, como é conhecido na sigla em inglês, é o programa de compra de dívida pública no mercado secundário por parte do Banco Central Europeu (BCE). E serve como uma almofada para os países que estão a regressar ao mercado de financiamento. Com este programa, o BCE compra dívida dos países e atenua potenciais valorizações dos juros implícitos das obrigações.

Bail-in

Programa que passa por soluções internas e exclui novos financiamentos. Esta solução pode ser gerida através de vários meios. O RBS fala em duas medidas para Portugal: extensão de dívida e venda de ouro. Mas podem surgir outras formas de "financiamento" interno. E há resoluções mais drásticas, como as aplicadas em Chipre onde os depositantes com mais de 100 mil euros foram chamados a participar no "bail-in". Contudo, este último cenário tem sido completamente excluído dos programas de Portugal ou da Grécia, tendo Chipre sido um caso pontual devido às características daquele mercado.

PSI

É a solução mais dramática para os detentores de dívida, já que passa pela assunção de perdas por parte os privados. Foi o que aconteceu no segundo programa de resgate da Grécia, onde os privados foram obrigados a assumir perdas superiores a 50%. Este é igualmente um cenário que tem sido completamente excluído nos casos de Portugal ou da Irlanda, com as autoridades a deixarem claro que esta solução foi usada excepcionalmente na Grécia.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

■ **Troika diz que chumbos do Constitucional podem travar regresso aos mercados (act)**

PESQUISA Por tags:

[ajuda externa](#) [venda de ouro](#) [extensão da dívida](#) [RBS](#) [Royal Bank of Scotland](#) [troika](#)

ALERTAS Por palavra-chave:

[ajuda externa](#) [venda de ouro](#) [extensão da dívida](#) [RBS](#) [Royal Bank of Scotland](#) [troika](#)

SUBSCRIBER NEWSLETTER

Guia para ler o Orçamento do Estado

16 Outubro 2012, 10:43 por Rui Peres Jorge | rjorge@negocios.pt

O documento central de planeamento financeiro do Estado tem centenas de páginas. O Negócios concentra o essencial em cinco quadros e um glossário.

O documento central de planeamento financeiro do Estado tem centenas de páginas e 21 mapas de receitas e despesas. Eis os cinco quadros essenciais que deverá ver para ter uma ideia das contas públicas. E o glossário para que não haja dúvidas.

Consulte o glossário e as tabelas, que seguem em baixo.

Glossário

Saldo Orçamental global

Diferença entre receitas e despesas das Administrações Públicas. Se for negativo, é um défice. Se for positivo é um superavit. Surge muitas vezes medido em percentagem do PIB. O mais relevante é o saldo calculado na óptica da contabilidade nacional.

Saldo orçamental primário

Mede a diferença entre receitas e despesas, excluindo os juros. É usado para medir a condução da política orçamental sem o efeito da factura da dívida, a qual depende de decisões passadas e das taxas de juro (variáveis que o Governo não controla).

Saldo Orçamental estrutural

Mede o desequilíbrio entre receitas e despesas, mas exclui o impacto de receitas extraordinárias (como concessões, transferências de fundos de pensões, etc.) e o impacto do ciclo económico (isto é, tenta expurgar o efeito das recessões ou das expansões económicas nas receitas e despesas do Estado). É um indicador mais subjectivo, mas muito usado para medir o esforço efectivo de consolidação orçamental.

Contabilidade pública e nacional

A contabilidade pública mede a realidade financeira numa lógica de caixa, isto é, dinheiro que entra e sai dos cofres públicas. A contabilidade nacional analisa as contas públicas numa lógica de compromissos: se um serviço assumir uma despesa e ficar em dívida, essa responsabilidade é contabilizada no défice do ano.

Programa de assistência económica e financeira

Também conhecido como PAEF, este é o conjunto de regras e metas estabelecidas no memorando de entendimento assinado com a troika em troca de financiamento. O programa dura até 2014 e inclui um pacote total de financiamento de 78 mil milhões de euros.

Administrações Públicas

As "AP" são a máquina pública considerada para cálculo do défice orçamental: a [Administração Central](#), que inclui Estado e Serviços e Fundos Autónomos (organismos com autonomia administrativa e financeira - essencialmente institutos públicos), as administrações Local e Regional e a [Segurança Social](#). De fora fica apenas a parte do Sector Empresarial do Estado (SEE) que apresenta resultados financeiros sustentáveis e obtém pelo menos metade das suas receitas através da venda de bens e serviços.

Sector Empresarial do Estado

O SEE inclui a totalidade das empresas públicas. Algumas contam para o cálculo do défice orçamental e, desde a intervenção da troika, até se regem pelas mesmas regras que o Serviços e Fundos Autónomos (chamam-se empresas públicas reclassificadas). Outras empresas permanecem fora do perímetro das Administrações Públicas: são as que conseguem gerar por si metade das suas receitas e apresentam uma situação financeira sustentável.

Social e para o SNS (juridicamente o SNS, assim como a ADSE ou a CGA, são Serviços e Fundos Autónomos)

Dotação provisional

Despesa inscrita no Orçamento sem fim definido. Trata-se de uma almofada.

Cativações

Parte da despesa aprovada pelo Parlamento para os serviços fica a depender da aprovação explícita do ministro das Finanças durante ano. Chamam-se cativações e servem de margem de segurança ao OE.

(Notícia actualizada com novos quadros)

Quadro I.2.3. Principais indicadores
(taxa de variação, %)

	2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)	2013 ^(p)
PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)				
PIB	1,4	-1,7	-3,0	-1,0
Consumo Privado	2,1	-4,0	-5,9	-2,2
Consumo Público	0,9	-3,8	-3,3	-3,5
Investimento (FBCF)	-4,1	-11,3	-14,1	-4,2
Exportações de Bens e Serviços	8,8	7,5	4,3	3,6
Importações de Bens e Serviços	5,4	-5,3	-6,6	-1,4
Evolução dos Preços				
Deflador do PIB	1,1	0,7	0,3	1,3
IFC	1,4	3,7	2,8	0,9
Evolução do Mercado de Trabalho				
Emprego	-1,5	-1,3	-4,3	-1,7
Taxa de Desemprego (%)	10,8	12,7	15,5	16,4
Produtividade aparente do trabalho	2,9	-0,4	1,3	0,7
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)				
Necessidades líquidas de financiamento face ao exterior	-8,4	-5,1	-1,1	1,0
- Saldo da Balança Corrente	-9,7	-6,6	-2,6	-0,6
da qual/ Saldo da Balança de Bens	-10,0	-7,2	-3,6	-2,1
- Saldo da Balança de Capital	1,3	1,4	1,5	1,6

Legenda: (p) previsão;

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

A previsão que mais tem chamado a atenção no cenário macroeconómico é a de que a economia portuguesa contraia apenas 1% em 2013. Isto apesar do forte choque recessivo a que vai estar sujeita com o objectivo de reduzir o défice orçamental em 2013, com especial enfoque num aumento significativo do IRS. Segundo o Governo, a procura interna – consumos privado e público e investimento – reduzir-se-á entre 2,2% e 4,2%: menos que este ano, mas completando vários anos no vermelho. A evitar uma queda maior do PIB está, na expectativa do Executivo, um abrandamento moderado das exportações, que deverão crescer 3,6%, e uma queda de 1,4% nas importações. É neste contexto de mais exportações e menos importações (deprimidas pela procura interna) que o Orçamento do Estado aponta para que, pela primeira vez pelo menos desde 1995, o país registre um "superavit" externo de 1% do PIB. A queda da actividade económica tornará inevitável uma subida da taxa de desemprego, que o Executivo e a troika esperam que fique pelos 16,4%, como resultado da destruição de 1,7% dos postos de trabalho existentes em Portugal este ano.

O quadro seguinte apresenta a decomposição da previsão da receita fiscal por cada um dos impostos.

Quadro III.1.5. Evolução da receita fiscal 2012-2013, por imposto

Impostos	2012	2013	Variação 2013/2012	
	Estimativo	Orçamento	Milhões de Euros	(%)
Impostos Directos	13.896,7	16.635,9	2.739,3	19,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	9.234,9	12.086,3	2.851,5	30,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	4.385,8	4.558,5	172,7	3,9
Outros	275,0	10,1	-264,9	-96,3
Impostos Indirectos	16.730,3	19.311,8	2.581,5	15,4
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.143,6	2.173,4	29,8	1,4
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	13.016,8	13.308,0	291,2	2,2
Imposto sobre Veículos (ISV)	385,5	380,1	-5,3	-1,4
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	1.350,0	1.388,4	38,4	2,7
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	170,3	172,9	2,7	1,6
Imposto do Selo (IS)	1.429,5	1.648,2	218,7	15,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	198,6	198,6	0,0	0,0
Outros	36,0	43,2	7,2	20,0

Texto J9

28/12/13

Calculadora dividendos 2012 - Dividendos - Jornal de Negócios

negocios
JORNAL DE NEGÓCIOS

Calculadora dividendos 2012










05 Março 2013, 17:23 por Paulo Moutinho | paulomoutinho@negocios.pt, Rui Santos - infografia, Nuno Tebeira - Infografia

Calculadora de DIVIDENDOS 2012

	Número de ações	Valor do dividendo	Ganho líquido com dividendos*	Índice a cotação	Rendibilidade de dividendo
	<input type="text"/>	0,025 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,01 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,185 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,04 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,12 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,295 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,11 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,1 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,16 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,325 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,17 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,255 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,0331 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,12 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %
	<input type="text"/>	0,12 €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €	<input type="text"/> %

GANHO TOTAL COM DIVIDENDOS € **SOMA**

APAGAR TUDO

	<input type="text"/>	0,10 €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	0,0162 €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	- €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	0,055 €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	0,134 €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	- €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	- €	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	€	<input type="text"/>	%	<input type="text"/>
GANHO TOTAL COM DIVIDENDOS		SOMA		APAGAR TUDO					
		<input type="text"/>		€					

Fonte: Apresentação de resultados de 2012
 *Dada deve a tributação a uma taxa de 28% sendo o imposto pago no momento em que a remuneração é entregue.
 **Considera apenas o valor final e inclui não o remuneração intercalar de € 2 euros pagos pelo Galp Energ a em Setembro.

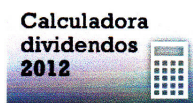
Para que possa acompanhar qual o valor da remuneração que as empresas da bolsa de Lisboa estão a anunciar, bem como a rentabilidade dos dividendos que vão entregar, o Negócios disponibiliza-lhe uma calculadora para que saiba quanto vai receber com os dividendos relativos ao exercício de 2012.

(notícia actualizada dia 30 de Abril com os dividendos de Portugal)

O Negócios põe à disposição dos leitores uma ferramenta para que possa acompanhar a divulgação do valor das remunerações accionistas, e saber quanto irá receber em dividendos das empresas nacionais. Várias já revelaram os valores que vão entregar e que serão creditados nas contas dos seus accionistas.

Nas próximas semanas serão conhecidas as remunerações accionistas das restantes empresas da bolsa nacional, podendo, com esta ferramenta, ficar a saber quanto irá receber em dividendos, já descontado do imposto que passou de 25% para 28% (assumindo que não opta pelo englobamento). O pagamento da remuneração deverá ter início nos próximos meses.

Na calculadora encontrará todas as empresas do PSI-20, e também as cotadas do PSI Geral que, historicamente, distribuem dividendos. À medida que forem conhecidos novos valores de dividendos e as respectivas datas de pagamento, a calculadora será actualizada pelo Negócios.



Glossário

O que é o dividendo?

É a fracção dos lucros da empresa cotada que é distribuída aos investidores. Normalmente, quando uma empresa obtém lucros num exercício, distribuiu, no ano seguinte, uma parte desses aos detentores de acções, sendo o valor proposto pelo Conselho de Administração e votado em Assembleia Geral.

Quanto pago de imposto?

A carga fiscal sobre os dividendos aumentou. Passou de 25% para uma taxa de 28%, sendo o imposto pago na altura em que recebe a remuneração. Pode optar antes pelo englobamento, incluindo este rendimento na sua declaração de IRS, mas esta opção só é favorável caso a sua taxa de imposto seja inferior a 28%.

Qual a diferença entre dividendo complementar e intercalar?

O dividendo intercalar é aquele que é pago quando ainda decorre o exercício a que este diz respeito. O dividendo complementar é o que é pago no final do período a que se referem os resultados. Em Portugal, a Galp opta por dividir o pagamento do dividendo em duas fases, já lá fora são várias as que pagam em quatro fases (uma por trimestre).

O que representa o "dividend yield"?

Resulta da divisão do dividendo pela cotação e determina a rentabilidade da remuneração. Apresentado em percentagem, este é um importante indicador da atractividade do dividendo devendo ser comparado, especialmente, com o das cotadas do sector.

O que é o "payout"?

É percentagem dos lucros que a empresa distribui sob a forma de dividendos. Quanto maior é este rácio, mais atractiva é a política de remuneração da empresa aos accionistas. O "payout" pode superar os 100%, caso a empresa distribua um valor superior aos lucros.

Como posso ter direito aos dividendos?

Para ter direito aos dividendos, terá que ter na sua carteira os títulos antes da data do destaque dos dividendos. As acções entram em ex-dividendo três dias úteis antes da data de pagamento, sendo que para receber os dividendos basta comprar os títulos no dia anterior à data ex-dividendo, podendo os títulos ser vendidos na sessão em que entram em ex-dividendo.

Quando é que recebo os dividendos?

A remuneração accionista tende a ser feita entre Abril e Maio, sendo anunciado valor a receber pelos investidores aquando da apresentação das contas do último exercício, ou nas semanas seguintes. Os dividendos são creditados na conta bancária do investidor, sendo o valor já líquido de impostos (a menos que o opte pelo englobamento).

O que acontece às acções?

No dia em que as acções entram em ex-dividendo passam a negociar sem direito à remuneração accionista. No

Texto J10

Record | Jornal de Negócios | Sábado | Máxima | Vogue | Destak | Automótor | CMTV
Classificados | Semana Informática | Assinaturas | Emprego | Passatempos | Cofina Media

Cofina
rrealista Destak Trabalhadores do privado têm até 6 de janeiro para rejeitar duodécimos

Quinta-feira, 2 de Janeiro de 2014 - 17:05 | Subscriver newsletter | Siga o CM em: facebook | Twitter | LinkedIn | Login

CORREIO da Manhã Pesquisa ok! Edição impressa do Janeiro 2014

Director: Octávio Ribeiro | Diretores-adjuntos: Armando Esteves Pereira, Eduardo Dâmaso e Carlos Rodrigues

Home | Últimas | Nacional | Internacional | Sport | Lazer | Multimédia | Opinião | Outros | Promoções CM | Vidas

Exclusivos CM hoje nas bancas | DURÃO BARROSO é o estratega NATO | Sporting campeão mundial da Balsa | Ola John quer ser emprestado | Daniela Ruah já é mãe de um menino | CR7 festeja novo ano com Irina

Coluna

A dor atrás de cada um

É comum sofrer-se de dores nas costas. As moderadas tratam-se em casa – e estas são a maioria. As intensas nada se sobrepõe: nem o trabalho, nem o humor. Mas como nem tudo é dor, Rui Zink escreve um glossário da coluna no final da reportagem.

11 de Janeiro 2009, 08:00 ☆ Nº de votos (6) Comentários (0)

Por: Bruno Ceitreiras Matos

Like 11 people like this. Be the first of your friends.

Share 0

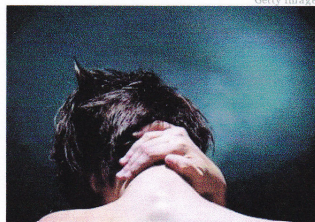
Estava no banho matinal, espirrei e fiquei com dores horríveis nas costas. Um gesto brusco e Joaquim Camões despoletou um martírio. Ele não sabia mas sofria de doença degenerativa no segmento lombar da sua coluna vertebral – um simples espirro provocou uma saliência discal em dois locais, agravando radicalmente os seus sintomas. Tratou-se de um episódio de lombalgia num doente crónico – embora importe ressaltar que, na grande maioria das vezes, ela surge sem lesões detectáveis – e que se calcula que afete, pelo menos uma vez na vida, 80% da população mundial, constituindo, defendem os especialistas, um problema de saúde pública.

Como qualquer dor intensa que persiste, aquela que Joaquim sentia no fundo das costas – entre a região lombar e a sacro-coccígia – deixava-o angustiado. Não resultaram as pomadas; uma dúzia de injeções para aliviar a dor; nem a acupuntura. Nada pôde evitar que sofresse dois meses. O meu dia-a-dia passou a ser cada vez mais difícil, principalmente porque tinha dores na perna direita e, ao mesmo tempo, ela imobilizava. Tinha mesmo muita dificuldade em andar. Demorava o triplo do tempo no caminho para o trabalho – apesar de curto: poucas centenas de metros entre a estação fluvial de quem chega do Barreiro ao Terreiro do Paço, Lisboa, e o Ministério da Justiça.

Tudo se agravava porque à noite só tinha uma ou duas horas de sono. E o dia, ocupado em tarefas de computador, sentado à secretária, parecia ainda mais difícil que o desgaste das insónias. Não podia estar sentado mais do que um minuto – recorda o então técnico superior principal da Secretaria-Geral da Justiça –, tinha que me levantar e dar uma volta. Não estava bem de forma nenhuma: nem sentado, nem deitado. Tinha que circular devagarinho e arrastar a perna. Pensou que estivesse a pagar o preço de umas 'asneirazitas' de outros tempos: os saltos para a água de uma altura de cinco metros, sem saber saltar; ou as suas proezas nas artes marciais.

Em Junho de 2007, foi operado. Fiz-lhe uma intervenção cirúrgica que é um misto entre uma técnica clássica e uma mais recente: por um lado, a descompressão, libertando a raiz nervosa; e, por outro, a aplicação de espaçadores dinâmicos, que permitem redimensionar os segmentos vertebrais e melhorar o padrão das forças af exercidas [L4-L5 e L5-S1 – ver a localização na infografia] – explica o ortopedista José Guimarães Consciência. Na cirurgia foram usadas técnicas que são praticadas um pouco por todo o Mundo. Não sinto, quando estou em reuniões internacionais, que haja uma diferença significativa entre o que podemos efectuar aqui e o que se faz lá fora. Penso que a população pode, de algum modo, estar confiante, uma vez que o 'know-how' tecnológico quer dos cirurgiões de coluna, quer dos ortopedistas, em termos gerais, é bastante bom no nosso país.

Joaquim Camões, de 51 anos, acordou bem, saído da operação, ao anoitecer. Tanto que na manhã seguinte teve alta. Tive logo ali a manifestação de que não só a operação tinha corrido muito bem como eu me sentia em forma. As dores desapareceram. Até 9-10 meses após a operação, sentia que me faltava o pé, por exemplo, quando pisava buracos. Sentia sempre umas dorzilas. Na perna direita – que antes arrastava – passou a sofrer crises que a noite fui desistindo. Nos últimos dois meses desapareceu tudo. Fiquei em



Getty Images

Tamanho Letra A- A+ Enviar

Imprimir Partilhar

Comentar Ler Comentários

URL: <http://www.cmjomal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/dor>

Novo Citroen C3 com motores puretech. 23% menos consumo, mais quilómetros de prazer.

Crédito Pessoal Cetelem
Taxa Especial de Ano Novo: TAN desde 8,90% e TAEG desde 10,7%. Simule aqui.

JOB760 EMPREGOS ONLINE
Ainda não encontrou o seu emprego de sonho? Clique melhor!

Hidratação em sua casa apenas 59€
Entregamos grátis
Água Nestlé Selda em casa. O presente ideal para uma hidratação saudável!

Quem quer casar com a Cristina?

VÍDEOS

Das profissões de risco para a coluna, Teresa Angeja exerce a pior durante 11 anos: carregava pesos significativos, além do trabalho manual intenso e repetitivo. 'Comecei a trabalhar com 15 anos na fábrica de pilhas da Tudor, a etiquetar, na linha de montagem. Fazia mesmo muitos esforços. Tinha que pôr no início da linha de montagem as caixas – talvez com uns 30-40 kg – e depois tinha que voltar a tirá-las no final da linha' – conta hoje, aos 46 anos, já secretária numa carpintaria perto de Albarraque, Sintra.

Teresa consultou um ortopedista logo aos vinte e poucos anos. Queixava-se de dores lombares mas como é 'quase hiperactiva' não se deixou ir abaixo. O trabalho era um ganha-pão importante para o seu núcleo familiar. O médico especialista aconselhou-a, na altura, a cuidar da coluna – caso contrário, os sintomas iriam agravar-se. Dito e feito. Aos 30 anos mal conseguia levantar pesos, as dores agudizavam-se ao dobrar as costas. E já nem a pé firme conseguia manter-se por muito tempo. Fez fisioterapia durante uns anos mas seria o diagnóstico de uma hérnia discal que clarificou o seu problema. Acontece, porém, que o seu ortopedista da altura se recusava a operá-la.

Quando não se pode remediar, remediado está – pensou. Se não podia ser operada, teria de habituar-se à dor. O que estava a tornar-se cada vez mais difícil. 'A cama para mim era um demónio. Três vezes mudei de colchão e não notava melhoras' – conta. 'De manhã, ao levantar-me, não me endireitava logo, andava curvada até tomar um banho quente. E depois tinha muita dificuldade em entrar para o carro. Mais: como tinha o meu lado direito mais afectado, a minha perna estava praticamente presa.'

Foi o acumular de sofrimento que a fez procurar uma segunda opinião clínica. E, não tardou, foi operada, em Fevereiro de 2008. 'Após as primeiras quatro horas da operação, eu senti-me logo outra pessoa. Tinha dores na barriga [onde foi suturada] mas já não tinha nas costas. Ao fim de dois meses já estava a trabalhar. 'Realizei uma técnica de artroplastia (substituição) do disco lombar e, desse modo, foi colocado um novo disco artificial entre as vértebras L5-S1, normalizando as dimensões do segmento vertebral e mantendo a mobilidade local, que se tinha perdido no decurso do processo degenerativo' – explica Guimarães Consciência, também professor da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

Ana Cristina Albuquerque, fisiatra no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, explica que a primeira coisa a fazer para aliviar as dores nas costas, aos primeiros sintomas, é mudar de posição – levantar, espreguiçar um pouco, dar uma volta. Se persistirem, deve deitar-se de lado, com a perna de baixo esticada e a outra dobrada sobre esta e com a anca também em flexão. Pode sobrepor uma botija de água quente na zona afectada e tomar um paracetamol vulgar. Caso a dor se mantenha durante as próximas 48 horas, deve consultar o seu médico de família.

O próprio Centro do Alcoitão, Alcábidache, tem uma consulta de medicina física de reabilitação normal, que recebe qualquer pessoa para explicar como surge a dor, em que posição, com que movimentos, qual a frequência, para se determinar a causa. Se o doente estiver com uma crise de dor, é orientado para um programa de reabilitação específico. Mas todos são aconselhados a fazer exercício físico, principalmente natação ou hidroginástica. A patologia degenerativa em idosos tem uma prevalência de 60-70% nas consultas deste centro de medicina de reabilitação – excluindo as doenças neurológicas.

Tratar a dor nas costas custa ao País, anualmente, 997 milhões de euros, incluindo as faltas no trabalho e as reformas antecipadas. O Hospital Curry Cabral, em Lisboa, tem uma consulta específica de Lombalgia. 'Como todas as lombalgias vêm à Ortopedia, temos um elevado número de doentes com estas queixas. O que representa 50% das idas às Urgências' – explica o ortopedista Rui Delgado. 'São muito poucos os casos que são graves, e os que o são, geralmente, não têm a ver com situações ortopédicas. É o exemplo de um doente que entrou na Urgência com uma dor lombar intensíssima, súbita, um homem novo, e o que ele tinha era um aneurisma da artéria aorta abdominal. Uma situação potencialmente fatal e que nada tem a ver com Ortopedia. No entanto, o problema dele manifestou-se com uma dor lombar muito intensa. Outro caso: um doente vinha com uma dor na região dorsal, intensa, já com algumas horas de evolução. No entanto, o doente estava a fazer um enfarte.' Mas a maioria dos casos de coluna são de idosos que têm artrose, que se agudizou naquele período porque fez um esforço ou porque o tempo esfriou. E também adultos jovens na idade activa que têm lombalgias devido ao estilo de vida que têm: sedentarismo, pouco exercício, pouca tonicidade muscular, má postura, stress e, às vezes, excesso de peso. 'Temos muitos doentes mas a maioria deles têm uma situação incomodativa e, às vezes, até incapacitante – porque a dor é incapacitante –, mas que não é grave. Depressa desaparecem.'

Elvis Álvarez Carnero, fisiologista do exercício do Laboratório de Saúde e de Exercício da Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, aconselha a fazer actividade física para evitar doenças das costas, além de sugerir alguns exercícios específicos (ver caixa). Para este especialista, habituado a acompanhar atletas de alta competição, o excesso de actividade pode levar a desequilíbrios.

Até mesmo Vanessa Fernandes, vice-campeã olímpica de triatlo, sofreu recentemente uma lesão nas costas devido à intensidade de treino, após um mês de descanso. Outro exemplo são os jogadores de futebol que, depois de saídos de uma lesão ou de uma curta paragem desportiva, quando regressam sofrem lesões musculares e dores nas costas.

Se as patologias degenerativas são as mais comuns entre os casos mais graves que atingem a coluna vertebral, as traumáticas são as que se seguem. Mas há também muitos portugueses a sofrer com dores nas costas devido a doenças inflamatórias como as reumatismais.

Já não pode ir ao cinema. Hora e meia de filme é mais do que suficiente para as dores no pescoço se manifestarem, que, de tão incómodas, chegam num ápice à cabeça. Maria João Almeida, 35 anos, sofre de uma doença crónica. Tem duas artroses na região cervical, nas vértebras C5 e C6 (ver infografia). 'Sinto como se tivesse uma mão na nuca a apertar-me o pescoço. É um problema. Não há grande coisa a fazer a não ser tomar a medicação quando existe a dor.'

Ficar muito tempo na mesma posição é para Maria João uma causa de dor intensa. Nem mesmo a natação, às vezes, consegue fazer melhor do que pior. 'Trabalhar a zona cervical é um martírio de tão doloroso que se pode tornar.' Também compreendo que está a forçar uma zona que não está bem. A reacção muscular despoleta alguma dor na altura do exercício. Mas noto que depois, diariamente, sinto alguma melhoria.' Se as crises se repetem, nem sempre consegue ir ao cinema. 'A cervical é sempre muito em causa porque a pessoa coloca as mãos à volta do pescoço e isso causa dor.'

16 Dezembro 2013 Partilhar

Posa de Mariana Pereira

Nacionais
Luís: "Nunca imaginei que ia ser o grande vencedor"
Comentários (0)

A Ferver
Daniela Ruah já é mãe de um menino
Comentários (0)

A Ferver
CR7 festeja novo ano com Irina
Comentários (0)

Nacionais
Bárbara e Manzanra brindam
Comentários (0)

Nacionais
Mundo celebra chegada de 2014
Comentários (0)

Internacionais
Bruno Mars foi o artista mais pirateado em 2013
Comentários (1)

Internacionais
Spice Girls: Reunião é hipótese em aberto
Comentários (0)

Internacionais
Tori Spelling ignora alegada traição do marido
Comentários (0)

Internacionais
Jennifer Lawrence eleita artista do ano
Comentários (0)

HONORS The Kennedy Center
center
Internacionais: Stedman Graham casar com Oprah Winfrey
Empresário pretende pedir a mão da apresentadora

É rara a semana em que tenha um dia ou dois em que não me doa a cervical. Por muito fortes que nós sejamos, isso condiciona o nosso humor', lamenta Maria João, que há uma década não vive sem dor: a dor crónica na sua coluna vertebral.

HISTÓRIAS DE GENTE E CONHECIDA

A vice-campeã olímpica de triatlo Vanessa Fernandes faltou à Corrida de São Silvestre de Lisboa, em Dezembro último, devido a uma lesão nas costas. O pai da atleta, Venceslau Fernandes, explicou que a filha se queixava de dores lombares. Mal podia cor-er, tendo sido assistida no Hospital de S. João, no Porto. Vanessa recupera agora desta lesão, provocada pelo treino intenso após um mês de descanso. Também Diogo Freitas do Amaral foi notícia, mas em meados de 2006, por problemas nas costas. O então ministro dos Negócios Estrangeiros demitiu-se devido a três lesões na coluna, tendo sido operado mais tarde. No Brasil, a atriz Vera Fischer está a fazer fisioterapia para aliviar as dores na coluna, causadas por má postura enquanto pinta. Outra atriz brasileira, Priscila Fantin, ausentou-se das gravações da novela 'Sete Pecados' queixando-se de dores nas costas. Menos sorte teve o actor James Dean, que em 1955 teve um acidente de carro e fracturou a coluna vertebral. Morreu tragicamente.

NO REINO DOS ANULOQUES

Pedem-me para escrever sobre a coluna e os portugueses e eu não nasci ontem e sei bem o que querem: uma coisa ligeira, se possível a dar para o disparatado, à volta de um tema fora de moda. Chama-se a isto decadência. Tempos houve, snif, em que me convidavam para falar de coisas mesmo importantes, como o défice, a recessão, ou mesmo a crise no PSD. E percebo então que não é 'já não ser uma criança'. É muito pior. Estou velho.

É que eu ainda sou do tempo em que até o Benfica tinha coluna: o grande Mário Coluna, capitão da equipa maravilhosa dos anos 60, com o Águas, o Nenê, o Eusébio. Até sou do tempo em que o Cais das Colunas, à Praça do Comércio, tinha colunas, e era um cais. Agora dizem que só lá para 2010, ou (mais provável, sabendo o que a casa gasta) quando regressar o D. Sebastião.

E agora eis-me condenado a atender pedidos, como um disco riscado, ou uma versão a solo do Duo Ouro Negro. Esei muito bem o que o Correio quer: que eu me ponha a dizer mal dos portugueses. E eu, que remédio, a vida está difícil para todos, amcho. Aqui vai: os portugueses não têm coluna vertebral. Pronto, já posso receber o meu cachê? Ah, não, parece que ainda faltam mais uns mil caracteres. Ou seja, aos portugueses falta coluna, e a mim caracteres. Então aqui vai, para encher: sim, é verdade que os portugueses não são muito dados à dita-cuja, mas há dois pormenores curiosos. Primeiro, em lugar da coluna alguns portugueses desenvolveram uma espécie de barbatana dorsal. Segundo, é preciso ver que ter coluna vertebral não é só vantagens. Para começar, essa do 'antes quebrar que torcer' tem muito que se lhe diga. Acontece que na vida real (que não se compraz com novelas) mais vale torcer que quebrar. Acresce ainda que quem não tem coluna não se arrisca a ter hérnias disciais. E eu tive hoje uma vida regalada – provavelmente, até já era vogal num conselho de administração. Bom, acho que já falei de mais. Ora deixa cá ver: quantos caracteres é que ainda faltam? Ah, graças a Deus já são poucos. Então aqui vai um glossário, que é sempre animado (porque fácil de ler) e tem a vantagem de ocupar espaço.

Coluna – Artefacto graças ao qual os homens se puseram de pé e agora tramam-se.

Coluna de jornal – É boa. Pagam- -nos para ter opinião, desde que com peso e medida. Quando é repetida, passa a ser crónica.

Colunável – Pessoa em lista de espera para adquirir coluna. (Tempo médio: dois anos.)

Clone – Palhaço de círculo.

Clone II – Escritor que faz igual ao que 'se faz lá fora', mas não é plágio porque ele 'é mesmo assim'. E juro que isto não é boca ao José Rodrigues dos Santos. (Quanto muito, é inveja.)

Colina – Pessoa que enriquece sabe-se lá como. 'Aquele gajo não tem coluna mas tem colina.' Alguns facilitistas pensam logo em Dias Loureiro, mas outros críticos contrapõem que o homem é mas é uma montanha.

Colombo – Também conhecido por Colón. Centro Comercial que fica perto de uma catedral em crise de fé.

Anuloque – Inversão de valores, neste caso na palavra 'coluna'; pessoa sem coluna vertebral. Arrisca-se a ser o neologismo da moda para a época Primavera-Verão 2009. 'Olha, aquele é um anuloque chapado.'

Cidadão português – Outra forma de dizer 'anuloque', só que injusta, porque nem todos os portugueses enfiam com gosto a carapuça. Por outro lado, a vida é injusta.'

Rui Zink

CONSELHOS PARA DORMIR E ANDAR RUA

A fisiatra Ana Cristina Albuquerque, do Centro do Alcoitão, aconselha cuidados no dia-a-dia. Escolha uma almofada baixa, se dormir de costas; se dormir de lado, esta deve preencher o espaço entre a orelha e o ombro. O colchão deve adaptar-se à curvatura do corpo; não pode ser nem mole, nem rijo. Recoste-se nas cadeiras sempre com os pés assentes no chão. Evite usar sapatos com tacão superior a dois centímetros e de biqueira fina. Prefira as mochilas às carteiras de ombro ou de mão, porque distribuem melhor o peso pelo dorso. Se carregar cargas, distribua-as pelos braços e não exceda o seu peso em mais de 20% ao do seu corpo.



Internacionais: James Blunt no consultora

Cantar vai casar-se com Sofia Wellesley

Opinião

Opinião

Editorial

Hoje, 00h30m Comentários (2)

Carlos Rodrigues

O alerta de Cavaco

Hoje, 00h30m Comentários (6)

Miguel A. Ganhão

Faltam 364 dias

Hoje, 00h30m Comentários (2)

Rui Pereira

2014: País seguro?

Hoje, 00h30m Comentários (1)

Francisco José Viegas

Hlog

Hoje, 00h30m Comentários (6)

José Manuel Silva

Desperdício

Hoje, 00h30m Comentários (4)

João Vaz

Férias

Hoje, 00h30m Comentários (6)

Opinião

Ano Novo

Hoje, 00h30m Comentários (1)



01 Janeiro 2014 Corpo dá à costa na praia da Fonte da Telha

01 Janeiro 2014 Pornografia: Messi vence Ronaldo

00h30 Código da estrada obriga a abrandar

00h30 Mecos: dor e emoção no último adeus

10h40 Adolescente indiana vítima de violação queimada viva

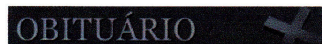
01 Janeiro 2014 Cavaco elogia "relevância" do Orçamento de 2014 (32) Comentários

00h30 Código da estrada obriga a abrandar (15) Comentários

01 Janeiro 2014 Morreu deputado do PS Manuel Seabra (14) Comentários

31 Dezembro 2013 Cinco cavalos abatidos a tiro em Beja (13) Comentários

00h30 Avô pedófilo abusa de menino de 3 anos (13) Comentários



AGANHAMENTOS

Nos exercícios para os membros inferiores, o agachamento livre é o mais usual. Basta usar uma cadeira ou banco que permita sentar-se, flectindo os joelhos até 90 graus, aproximadamente; sentar e levantar de forma controlada e continuada, sem chegar o tronco à frente, com os joelhos sem passar da ponta dos pés e sem juntá-los nem afastá-los. Realizar 2-3 séries de 8-10 repetições. Irá ganhar força na maioria dos músculos dos membros inferiores.

MARCHA RÁPIDA

Marcha rápida desde que feita em terreno plano e regular. Como referência, pode dizer-se que a intensidade correcta será a que obrigue a pessoa a respirar forte; ou seja, no mínimo 15 minutos; o ideal seriam 30-40 minutos, 4-5 dias por semana.

ALONGAMENTOS

Não permanecer longos períodos de tempo sentado(a) a trabalhar. Fazer intervalos activos em cada duas horas. Faça estiramentos. Deve fazer exercícios de alongamento da zona lombar. Deitado(a) de barriga para cima, com a cabeça no chão e, ao mesmo tempo, flectir os joelhos e segurá-los contra o peito. Devem ter a duração ideal de 30 segundos, três vezes.

EXERCÍCIO DA PONTE



Exercícios de força localizada como o da 'ponte'. Manter em equilíbrio o corpo sobre a ponta dos pés e sobre os antebraços, virados de barriga para o chão e com os cotovelos de baixo dos ombros; o tronco tem de ficar paralelo ao chão e as costas planas. Fazer 2-3 repetições de 10 a 60 segundos.

EXERCÍCIO DE GATO

Para trabalhar a mobilidade articular da coluna, faça o exercício do 'gato': ajoelhado(a) com as coxas e os braços na vertical e alinhados, com o tronco parcialmente paralelo ao chão; fazer um movimento suave e global como o arco de ponte ou como um gato chateado; e voltar ao estado inicial. A sugestão é realizar 2-3 séries de 60-90 segundos (ou 6-10 repetições neste tempo).

Corrigir ✓

Feedback...

PARTILHAR  

Outras de Domingo



Divórcio: Desencontros imediatos do terceiro grau

29 Dezembro 2013  Comentários (0)




Ensaio: A Troika nem sempre existiu

29 Dezembro 2013  Comentários (0)



Portugal: Entre sonhos e muitos fantasmas

29 Dezembro 2013  Comentários (1)

Ganhe um dos 15 iPads Do Passatempo 15 Anos de Playboy TV Um Exclusivo MEO. Participe!
www.meo.pt **Como Negociar na Bolsa?** Experimente investir na bolsa hoje. Sem custos e sem Compromissos! www.xtb-bolsa.com

COMENTÁRIOS A ESTA NOTÍCIA 0

MAIS RECENTES

MAIS ANTIGAS

MAIS VOTADAS

MENOS VOTADAS

LOGIN

Utilizador

Password

OK

Esqueceu-se da palavra-chave? [Registe-se](#)

facebook  **CORREIO da Manhã**
Like Share Sandra Cadete, Nádia Conceição and 247,841 others like this.

SONDAGEM

ANO NOVO: 2014 vai ser melhor do que 2013?

SIM

NÃO

Votar »

« VER RESULTADOS

 **PADDOCK**
Bastidores de desporto automóvel
POR RUI FÁRIA

CORREIO da Manhã

O MISTER RESPONDE
Envie as suas perguntas para Octávio Machado...

INFOGRAFIAS

GRÁFICO ANIMADO

AIRBUS APOSTA

ver todas

VEJA AQUI MAPA ACTUALIZADO



Texto J11

Record | Jornal de Negócios | Sábado | Máxima | Vogue | Destak | Automotor | CMTV
Classificados | Semana Informática | Assinaturas | Emprego | Passatempos | Cofina Media

Cofina *maxima* Vista Alegre Surrealista Destak Trabalhadores do privado têm até 6 de janeiro para rejeitar duodécimos CASER Renault Fluence

Quinta-feira, 2 de Janeiro de 2014 - 17:07 Subscrição newsletter Siga o CM em: facebook twitter Login

CORREIO da manhã Pesquisa ok! Edição impressa 02 Janeiro 2014 CM TV

Director: Octávio Ribeiro | Directores-adjuntos: Armando Esteves Pereira, Eduardo Diniz e Carlos Robrigues

Home Últimas Nacional Internacional Sport Lazer Multimédia Opinião Outros Promoções CM Vidas

Exclusivos CM hoje nas bancas Banca aperte juros da casa Avó pedónho abuso de menino de 3 anos Meço dor e emoção no último adeus Código da estrada obriga a abrandar Portugueses gastaram 6074 milhões em dezembro

Jovens portuguesas fazem a apologia de doenças mortais

Elogio da anorexia à solta na net

A vontade que tenho de me curar é grande (mas também já foi maior), mas a voz da Mia consegue ser superior! A realidade é que a Mia vai-me acompanhar sempre e que talvez eu nunca me vou conseguir curar, não assim, não sem uma ajuda maior! Estas palavras foram escritas num blogue por uma adolescente portuguesa, de 17 anos, no qual se identifica como sendo "gorda, paranóica, complexada". O objectivo, diz, é "conseguir os 46 kg", acrescentando: "Já que com a Mia não deu certo que venha a Ana! Mónica - assina "monle@" - é apenas um exemplo entre os milhares que podem ser encontrados numa qualquer pesquisa na 'net' sobre as doenças anorexia e bulimia ou sobre os movimentos pró-Ana e pró-Mia (ver glossário).

08 de Janeiro 2007, 00h00 17 de votos (0) 0 Comentários (0)

Por: André Pereira

Like Be the first of your friends to like this.

Share 0

Esta comunidade de jovens entre os 15 e os 25 anos, obcecadas pela magreza extrema, está acessível a qualquer pessoa interessada em adoptar aquilo que consideram "um estilo de vida" e não uma doença. Uma das características destas raparigas é a recusa em aceitar ou sequer ouvir a opinião de quem é contra. Nos blogues e 'sites' do género é comum lerem-se insultos e avisos que têm como objectivo manter o mais longe possível as "pessoas que não conseguem entender esta forma de vida". O psiquiatra Roma Torres diz que estes 'sites' "podem ser preocupantes, pois ampliam comportamentos perigosos que podem levar à morte". Com origem nos Estados Unidos, os movimentos pró-Mia e pró-Ana alastraram facilmente a países como o Brasil, Portugal, Inglaterra, França, Itália e Espanha. Este rápido crescimento já motivou a realização de alguns estudos sobre o fenómeno, que concluíram existir uma relação entre os 'sites' e blogues e o aumento do número de casos de anorexia e bulimia.

O 'Journal of Pediatrics' e o 'Journal of Adolescent Health' publicaram conclusões que permitiram estabelecer essa ligação. Dos 76 doentes inquiridos, mais de metade admitiu ter consultado 'sites' sobre distúrbios alimentares. Desses, 96 por cento disse ter aprendido novas técnicas para fazer dieta e de indução de vómito. De origem desconhecida são duas cartas que podem ser encontradas no circuito pró-Ana e pró-Mia, nas quais as doenças anorexia e bulimia assumem identidade própria. "Querida Leitora, Permita-me apresentar. Anorexia Nervosa é meu nome completo, mas você pode me chamar de Ana", lê-se num texto em português do Brasil.

Na carta de Mia, por sua vez, está escrito: "Quando comer mais que uma baleia e sentir-se enorme, sou eu que lhe ajudarei curvando seu corpo à pia, ou ao vaso sanitário, fazendo com muita força; forçando sua garganta para que toda aquela comida nojenta saia descarga abaixo, e assim você se sentirá limpinha, renovada e com um belo estômago de pena."

MORTES POR PERDER PESO CHOCAM BRASIL

A 14 de Novembro, o Brasil despertou para uma realidade preocupante, com a morte de uma jovem modelo de 21 anos. Ana Carolina Reston Macán foi a primeira de cinco raparigas que, em menos de dois meses, morreram vítimas de anorexia ou das suas consequências.

A modelo media 1,74 metros e pesava, à data da morte, 40 quilos. Dois dias depois foi a vez de Carla Sobrado Casalle, também de 21 anos, estudante de moda, que chegou a pesar 47 quilos. Apesar do tratamento, não resistiu a duas paragens cardíacas. Pesava 55 quilos. A terceira vítima chamava-se Rosana de Oliveira, tinha 23 anos e morreu, também, de paragem cardíaca. Com 1,68 m de altura, a manicura pesava 40 quilos.

Tamanho Letra A- A+ Enviar

Imprimir

Partilhar

Comentar

Ler Comentários


URL <http://www.cmjomal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/>


COMENTÁRIO MAIS VOTADO

"Quem deverão estar satisfeitos são a estilita Rítima Lopes e seus colegas, que lideram a indústria dos "ossos": vão ter muitas jovens para seleccionar..."

Zé Povinho
08 Janeiro 2007

Pub


 Novo Citroen C3 com motores puretech. 23% menos consumo, mais quilómetros de prazer.

 **Crédito Pessoal Cetelem**
Taxa Especial de Ano Novo: TAN desde 8,90% e TAE6 desde 10,7%. Simule aqui.

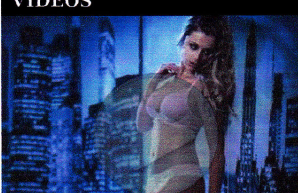
JOB760 EMPREGOS ONLINE
Ainda não encontrou o seu emprego de sonho? Clique melhor!

Hidratação em sua casa apenas 59€
Entregamos grátis Água Nestlé Selda em casa. O presente ideal para uma hidratação saudável

Pub

 Quem quer casar com a Cristina?

VÍDEOS



ANOREXIA NERVOSA

É uma doença caracterizada por uma dieta alimentar rígida, que resulta num peso bastante abaixo do normal. Com maior incidência no sexo feminino, em jovens entre os 15 e os 25 anos, pode provocar a morte.

BULIMIA NERVOSA

Doença marcada pela ingestão excessiva de alimentos, compensada pela indução do vômito, uso de laxantes e diuréticos e exercício físico exagerado.

PRÓ-ANA E PRÓ-MIA



As jovens que sofrem de anorexia e bulimia chamam-se Ana (anorexia) e Mia (bulimia) umas às outras. A comunidade de internautas, cada vez maior, é muito fechada e rejeita qualquer aproximação de quem é contra o movimento.

MIAR, LAX, NF e LF

O recurso a abreviaturas é muito frequente nos textos existentes nos blogs destas jovens. Miar significa vomitar; LAX refere-se a laxante; NF vem do inglês No Food (sem comer) e LF Low Food (pouca comida).

Corrigir ✓

Feedback...

PARTILHAR  

Outras de Portugal

Criança morre após acidente de viação em Mogadouro

Hoje, 16h42m  [Comentários \(0\)](#)



Natal e Ano Novo com 16 mortos nas estradas portuguesas

Hoje, 15h36m  [Comentários \(1\)](#)



Banco assaltado em Gaia por homem de caçadeira

Hoje, 15h04m  [Comentários \(1\)](#)

[Nova Promoção MEO](#) Este inverno o MEO tem as melhores ofertas. Saiba mais [www.meo.pt](#) Como [Negociar na Bolsa?](#) Experimente investir na bolsa hoje. Sem custos e sem Compromissos! [www.xib-bolsa.com](#)

COMENTÁRIOS A ESTA NOTÍCIA 8

MAIS RECENTES


MAIS ANTIGAS

MAIS VOTADAS

MENOS VOTADAS

Comentário feito por: João A. 08 Janeiro 2007

Isto são "taras" psiquiátricas que como tantas outras põem o corpo em risco. As mulheres querem-se magrinhas e elegantes e não tipo abóboras, mas com aspecto saudável e vitaminado e não subnutridas como algumas destas modelos. Não se deve generalizar.

 Denunciar Comentário




Votação (0 votos) ↑

Votar ↑ ↓

Comentário feito por: paray 08 Janeiro 2007

Lutar para ter um aspecto escanzelado? Não perrebo...

 Denunciar Comentário




Votação (0 votos) ↑

Votar ↑ ↓

Comentário feito por: Ana 08 Janeiro 2007

Umam morrem porque comem e vomitam e simplesmente não se querem alimentar, outras morrem porque querem comer e não o têm! é tão triste!!

 Denunciar Comentário



Votação (0 votos) ↑

Votar ↑ ↓

Comentário feito por: Roberto 08 Janeiro 2007

Cada um é como é, quantas gordas morrerão por dia alguém me diz...

 Denunciar Comentário





Votação (0 votos) ↑

Votar ↑ ↓

Comentário feito por: Mario de Araújo 08 Janeiro 2007


Pose de Mariana Pereira

16 Dezembro 2013

Partilhar  


Nacionais

Luis: "Nunca imaginei que ia ser o grande vencedor"

 [Comentários \(0\)](#)


A Ferver

Daniela Ruah já é mãe de um menino

 [Comentários \(0\)](#)


A Ferver

CR7 festeja novo ano com Irina

 [Comentários \(0\)](#)


Nacionais

Bárbara e Manzarra brindam

 [Comentários \(0\)](#)


Nacionais

Mundo celebra chegada de 2014

 [Comentários \(0\)](#)


Internacionais

Bruno Mars foi o artista mais pirateado em 2013

 [Comentários \(1\)](#)


Internacionais

Spice Girls: Reunião é hipótese em aberto

 [Comentários \(0\)](#)


Internacionais

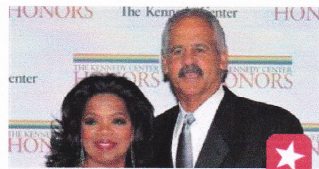
Tori Spelling ignora alegada traição do marido

 [Comentários \(0\)](#)

Internacionais

Jennifer Lawrence eleita artista do ano

 [Comentários \(0\)](#)



Internacionais: Stedman Graham quer casar com Oprah Winfrey

Empresário pretende pedir a mão da apresentadora

No capítulo das despesas, Pedro assegura que em cada venda ganha três euros. "Gasto entre 40 e 60 céntimos nos DVD virgem que vou comprar em lotes de 100, ou mais, a armazéns na zona da Portela de Sacavém. Sei que são importados de Espanha. Gasto, ainda, 20 céntimos na capa de plástico e outro tanto com os tinteiros da impressora. A tinta compra-a a granel."

Embora na Feira da Ladra haja cada vez menos DVD ilegais à venda, a Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), num relatório tornado público em Fevereiro, diz que a pirataria audiovisual não pára de aumentar. Em 2005, o IGAP refere que foram apreendidos 157 535 cópias ilegais de CD e DVD, mais 38 por cento do que em 2004. Porém, a Federação de Editores e Videogramas de Portugal (FEVIP) tem dados (recolhidos junto de outras autoridades, como a Brigada Fiscal da GNR e as Alfândegas) que apontam para a apreensão de 237 mil cópias, só em DVD. Paulo Santos, presidente da FEVIP, referiu em Fevereiro que a pirataria movimenta anualmente três milhões de discos, o equivalente a 20 por cento das cópias legais (15 milhões) lançadas no mercado.

TELEMÓVEIS

Na Feira da Ladra também há outro tipo de piratas. Os piratas dos telemóveis. E são muitos. Raro é o vendedor que não apregoa para quem o quer ouvir que tem o aparelho A, B ou C, desbloqueado para as três redes. "Quer isto dizer que qualquer pessoa ligada à TMN, Optimus ou Vodafone não terá problemas em utilizar os meus telefones. Não esqueça que um telefone desbloqueado custa o dobro ou o triplo de um afecto a uma das redes", refere um deles.

Dos que não têm banca e andam sempre de um lado para o outro, com um ou dois telemóveis à vista, invariavelmente de última geração, e meia dúzia espalhados pelos bolsos do casaco ou das calças. No entanto, não são este tipo de vendedores que desbloqueiam os telemóveis.

"Vá ao Martin Moniz, à loja (...). Diga que vai da minha parte. Da parte do (...). Paga cinco euros e fica com isso ligado às três redes", aconselhou um veterano da Feira da Ladra. Outro prontificou-se a resolver o assunto, sem recorrer a intermediários. "Deixe ficar. No sábado está pronto. Há mais de 30 anos que estou sempre neste local. Pode confiar em mim. Toda a gente me conhece e sabe que sou sério."

Na maioria das vezes, a clientela ouve e segue em frente. À procura de alguém que resolva o problema em poucos minutos. Foi o que o CM fez. Alguns metros depois, um indiano disparou: "Se é Nokia, desbloqueio-o já, por dez euros". Dito e feito. Após uma ligação à internet através de um telemóvel, de mais duas chamadas para um amigo, o Nokia já podia receber cartões da TMN, Optimus e Vodafone. "Não me estava a lembrar da maneira correcta de inserir o código", referiu para justificar o telefonema.

PLAY STATION

Embora menos do que no caso dos telemóveis, no Campo de Santa Clara também é possível 'chipar' PlayStations. Bastam dez minutos e 20 ou 30 euros para que um especialista em electrónica com "mãos de cirurgião" faça com que seja possível jogar com a cópia ilegal de um jogo.

"Ou permitir que corra um jogo comprado em qualquer região do Mundo. Sem a PS 'chipada', um jogo comprado no Japão ou nos EUA não pode ser jogado em qualquer máquina da Europa", referiu ao CM um especialista em informática, sublinhando que os custos são "irrisórios". Um 'chip' não custa mais de três euros. O problema está na soldadura. As PlayStation de última geração têm circuitos muito condensados (pequenos). É preciso soldar pelo meio de um emaranhado de fios. Por isso são necessárias mãos de cirurgião. Ao mínimo erro... adeus PS", salientou.

A questão das regiões foi abordada recentemente pelo presidente da Sony Computer Entertainment Australia. Michael Ephraim sugeriu a possibilidade de uma PlayStation 3, cujo lançamento está agendado para dentro de alguns meses, não ter bloqueio de regiões, à semelhança da PlayStation Portable.

"Atendendo ao facto de a PS3 suportar emissões televisivas de alta definição, que vão tornar-se um padrão global, existe uma boa hipótese de que a consola seja 'region free', à semelhança da PSP, declarou Michael Ephraim.

Refira-se que os actuais jogos PS1 e PS2 estão localizados em três regiões: PAL (Europa), NTSC (Japão) e NTSC-US (EUA), motivo pelo qual não funcionam em todas as consolas (apenas com recurso a software específico ou 'chipadas').

TV CABO

Em Santa Clara também era possível adquirir caixas piratas da TV Cabo, que permitiam ver à borla a SportTV, os canais de filmes da Lusomundo (Premium, Gallery, Happy e Action), o canal Disney e os pornográficos (Playboy, Venus, Intimo). Também era possível levar uma caixa original, que alguns especialistas dos telemóveis desbloqueavam na hora.

Era, porque a mudança para o sistema digital fez com que tais caixas, hoje em dia, só sirvam para decoração. "Por enquanto, ainda não é possível piratear a TV Cabo digital terrestre", justificou um vendedor que, até finais do ano passado, ganhava mais de 500 euros por feira. "Agora, se quiser, tem de investir no satélite", recomendou. Tal sugestão também foi feita ao CM pelo dono de uma loja de artigos electrónicos, na Rua de São José, em Lisboa.

"Até ao sistema digital, eu vendia, a 30 euros, kits para as caixas da TV Cabo. Durante alguns anos ganhei muito dinheiro. Vendia mais de 20, por dia. E vendia a toda a gente. Desde pais de família engenhocas a estudantes com conhecimentos de electrónica e informática ou electricistas. Como era a loja mais barata de Lisboa, toda a gente aqui vinha", referiu o vendedor, um homem na casa dos 70 anos que não se quis identificar. "Não quero problemas. Já estou velho e qualquer dia fecho o estabelecimento", justificou, avançando, no entanto, o nome de algumas lojas que lhe faziam concorrência. "Vai ver que se for lá ninguém lhe vai dizer que fazia o que fazia. Como a coisa já acabou, não querem problemas. Agora, estão todos a virar-se para o satélite".

A recomendação foi seguida. O CM telefonou para três casas comerciais - em Lisboa, Queluz e Cova da Piedade - e em todas teve a mesma resposta: "Aqui não se vende nem nunca se vendeu material para piratear a TV Cabo." Em relação ao satélite, também em todas deram resposta idêntica: "Venha cá para conversarmos".

Ao fim de algumas tentativas, o CM conseguiu falar, através do telefone, com um pirata "profissional", como gosta de apelidar-se, de TV Cabo. Miguel (nome fictício) assegurou que depois de montar o sistema que custa 250 euros, o cliente tem à sua disposição mais de 300 canais. "Desde a Sport TV aos canais de filmes. E caso a TV Cabo, minutos antes de um Sporting-Benfica, mude a codificação, o jogo poderá ser visto na Via Digital Espanhola. É que estamos ligados ao satélite Hispasat e a Via Digital dá sempre os grandes jogos de Portugal e nunca muda a codificação ao mesmo tempo da TV Cabo."

A questão da codificação foi apelidada de "falso problema". "Se o código mudar, eu explico aos meus clientes o que têm de fazer. Se tiverem internet, basta-lhes aceder ao meu site, onde terão o novo código. Depois devem introduzi-lo no receptor. Por vezes, terão de esperar um dia ou dois. Se não tiverem internet têm de me entregar o receptor para eu o modificar", referiu Miguel, frisando que, nos últimos dias, tem havido uma "correria" às parabólicas. "E quem já tiver antena em casa paga menos. Por 160 euros ponho-lhe tudo a funcionar."

GLOSSÁRIO

Screeners: DVD feitos de propósito para análise e/ou crítica.

Correios: Elementos que têm como função espalhar os ficheiros (com filmes) o mais depressa possível no mais curto espaço de tempo.

Poste de Mariana Pereira
16 Dezembro 2013

Partilhar

Nacionais

Luís: "Nunca imaginei que ia ser o grande vencedor"

Comentários (0)

A Fêver

Daniela Ruah já é mãe de um menino

Comentários (0)

A Fêver

CR7 festeja novo ano com Irina

Comentários (0)

Nacionais

Bárbara e Manzarra brindam

Comentários (0)

Nacionais

Mundo celebra chegada de 2014

Comentários (0)

Internacionais

Bruno Mars foi o artista mais pirateado em 2013

Comentários (1)

Internacionais

Spice Girls: Reunião é hipótese em aberto

Comentários (0)

Internacionais

Tori Spelling ignora alegada traição do marido

Comentários (0)

Internacionais

Jennifer Lawrence eleita artista do ano

Comentários (0)



Internacionais: Stedman Graham quer casar com Oprah Winfrey

Empresário pretende pedir a mão da apresentadora



'Downloads': Acto de transferir um ficheiro de um computador remoto para o seu próprio computador, usando qualquer protocolo de comunicações.

PERGUNTAS FREQUENTES

Se fizer cópias de vários CD originais para ouvir no equipamento áudio do meu automóvel estarei a cometer um acto ilícito?

Não. Essa reprodução enquadra-se no conceito de cópia privada.

Comete-se um crime pelo facto de só distribuir DVD copiados, uma vez que não fui eu quem os reproduziu?

Também comete um crime quem vender, puser à venda, exportar ou por qualquer modo distribuir ao público obra usurpada ou contrafeita.

E se os ofendidos não fizerem queixa?

Os procedimentos criminais para os crimes de usurpação não dependem de queixa do ofendido.

Em que circunstância é possível reproduzir CD e DVD?

Qualquer reprodução ou cópia de DVD ou CD que não seja para uso exclusivamente privado enquadra-se no crime de usurpação.

A aquisição de um videogram a permite a sua exibição pública ou o seu aluguer?

Não. A compra de um CD ou DVD não atribui ao comprador o direito de os utilizar para quaisquer fins de execução ou transmissão públicas, revenda, reprodução ou aluguer com fins comerciais.

Fonte: Inspeção-Geral das Actividades Culturais

À MARGEM

PARTILHA DE FICHEIROS

Do ponto de vista estatístico, é infima a partilha de ficheiros de CD e DVD comprados em lojas. Isto porque as pessoas têm muita relutância em colocar à disposição de outros coisas que lhes custam a comprar. Preferem partilhar ficheiros que copiaram da rede (internet).

30 'TOP SITES' DOMINAM MERCADO

Existem apenas cerca de 30 'top sites' no Mundo que distribuem, por dia, cerca de meio milhão de filmes. Os especialistas consideram praticamente impossível acabar com os locais onde a informação está centralizada. Por causa dos inúmeros sistemas de segurança que rodeiam os 'top sites', que, entre outras medidas, estão constantemente a mudar as palavras-chave.

TRÊS TIPOS DE GRAVAÇÃO

Os filmes piratas dividem-se em três grupos. 'Cams' – filmes gravados a partir da plateia durante as sessões normais (são de fraca qualidade). 'Telesyncs' – Gravados com câmara de vídeo topo de gama, normalmente a partir do local da projecção. O terceiro grupo não tem nome. A gravação é feita usando material profissional de transcrição de filmes para vídeo.

56 MILHÕES EM 2005/106 MILHÕES EM 2000

Em 2005, o valor da facturação das empresas discográficas foi de 56 milhões de euros. Em 2000, tinha sido de 106 milhões. Entre 2000 e 2005, o mercado de venda de música em Portugal passou de 15 161 880 unidades para 9 068 062.

PORTUGAL NO 'TOP' DO 'SOFTWARE'

Portugal entrou em 2004 para o 'ranking' de 20 países com o menor índice de pirataria em 'soft-ware', que é liderado pelos Estados Unidos. Logo a seguir aparecem a Nova Zelândia e a Áustria. Portugal está no 20.º posto. Mas o presidente da Associação Portuguesa de Software, Manuel Cerqueira, referiu recentemente que metade das empresas lusas utilizam programas informáticos ilegais. O mesmo responsável frisou que uma redução de dez por cento do 'software' ilegal representaria um aumento de 45 milhões de euros em receitas fiscais.

EU E A PIRATARIA

"É UMA LUTA PERDIDA" (ANTÓNIO MANUEL RIBEIRO, VOCALISTA DOS UHF)

"Chegámos a um momento de evolução tecnológica em que tudo é possível. Esta é uma doença que sabíamos que ia acontecer. Particpei muitas vezes no Míddem de Cannes, há 12 e 13 anos, e o problema já era discutido. Sinto que é uma luta perdida. Se assim continuar, não poderá haver mais arte a sério. É um problema que tem a ver com a consciência das pessoas. A única solução é não consumir material pirata. Nunca fiz pirataria. Nem copiava discos para cassetes. Nada! Desde muito cedo que sou um colecionador de discos, um rato de discotecas. Gosto de mexer, ver as capas, procurar os produtores, pormenores..."

"DIFÍCIL DE CONTROLAR" (TOY, CANTOR POPULAR)

"Comecei a gravar pondo as músicas conhecidas a tocar e depois tocava guitarra por cima. Passava de cassette para cassette. Eram as únicas gravações que fazia e isto por ser também produtor. Gravar para pirataria nunca fiz. Mas a minha filha, sempre que andamos pelo País, quer comprar discos nas feiras. Digo-lhe que não e alerto-a para a pirataria. Sou membro da SPA e tenho uma quota parte de responsabilidade em combater a pirataria. É um problema difícil de controlar, já que em Portugal poucas pessoas se preocupam com isso. É preciso reivindicar enquanto se tem voz, já não por nós mas pelas novas gerações de talentos."

"VAI PERDER SIGNIFICADO" (MIGUEL ÂNGELO, VOCALISTA DOS DELFINOS)

"É uma questão que já vem do tempo da 'cassete pirata', que se tornou maior desde a chegada do CD, o que

permitted às pessoas fazerem cópias com maior qualidade. Mas a pirataria vai perder significado porque o suporte disco tende a desaparecer. Aliás, hoje mesmo nos EUA pode-se fazer história – pela primeira vez um artista pode ter mais vendas pela 'net' ['downloads'] do que discos vendidos. Fazia as minhas colectâneas, mas isso não é pirataria. É como os miúdos fazem hoje, vão à 'net' e sacam as canções que querem. É um processo que acaba com os discos conceptuais, mas é assim mesmo."

"QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA" (TIM, VOCALISTA DOS XUTOS & PONTAPÉS)

"A pirataria é algo de negativo porque põe em causa a sobrevivência dos que vivem da música e, esses, não são apenas os músicos. É um problema que afecta técnicos, estúdios, as pessoas que fazem o grafismo dos álbuns... Uma coisa é fazer uma cópia para usar em casa, outra bem diferente – e perigosa – é fazer centenas de cópias para vender. Claro que fiz cópias de álbuns para cassetes, mas isso não é sequer considerado pirataria, porque o intuito não era distribuir publicamente. Além disso, já se pagavam as cassetes bem caras por causa disso."

COURTNEY LOVE CRITICA COMPANHIAS DISCOGRÁFICAS

Courtney Love, guitarrista e vocalista dos Hole e viúva de Kurt Cobain (ex-líder dos Nirvana), fez uma reflexão sobre a pirataria e concluiu que uma banda que conseguir "um contrato fabuloso" – uma parte de 20% em 'royalties' e um milhão de dólares como avanço – "pode enfrentar inúmeras dificuldades económicas, mesmo que consiga gravar um álbum de sucesso."

Depois de fazer várias contas, Love apurou que a venda de um milhão de exemplares pode dar ao grupo "zero dólares". "É quanto é que a companhia discográfica facturou? Onze milhões", observou, lembrando que depois das despesas com a produção do disco a companhia levou 6 milhões. "Ficamos com uma banda de artistas. Quando



Internacionais: James Blunt no consultora

Cantor vai casar-se com Sofia Wellesley

Opinião

Opinião

Editorial

Hoje, 00h30m Comentários (2)

Carlos Rodrigues

O alerta de Cavaco

Hoje, 00h30m Comentários (0)

Miguel A. Ganhão

Faltam 364 dias

Hoje, 00h30m Comentários (2)

Rui Pereira

2014: País seguro?

Hoje, 00h30m Comentários (1)

Francisco José Viegas

Blog

Hoje, 00h30m Comentários (0)

José Manuel Silva

Desperdício

Hoje, 00h30m Comentários (4)

João Vaz

Férias

Hoje, 00h30m Comentários (0)

Opinião

Ano Novo

Hoje, 00h30m Comentários (1)



01 Janeiro 2014 Corpo dá à costa na praia da Fonte da Telha

01 Janeiro 2014 Pornografia: Measi vence Ronaldo

00h30 Código da estrada obriga a abrandar

00h30 Meco: dor e emoção no último adeus

10h40 Adolescente indiana vítima de violação queimada viva

01 Janeiro 2014 Cavaco elogia "relevância" do Orçamento de 2014 (32) Comentários

00h30 Código da estrada obriga a abrandar

(15) Comentários

01 Janeiro 2014 Morreu deputado do PS Manuel Seabra (14) Comentários

31 Dezembro 2013 Cinco cavalos abatidos a tiro em Beja (13) Comentários

00h30 Avô pedófilo a abusar de menino de 3 anos (13) Comentários

OBITUÁRIO



para sempre. Este sistema está montado de tal forma que quase ninguém é pago pelo seu trabalho. A concluir, Love deu o exemplo de Toni Braxton, que declarou falência em 1998. "Ela vendeu 188 000 000 de dólares em CD, mas foi à falência devido a um péssimo contrato que lhe dava menos de 35 cêntimos por álbum. E há centenas de histórias de artistas dos anos 60 e 70 que faliram porque nunca viram um cêntimo dos 'hits' que gravaram. Artistas que geraram milhares de milhões de dólares para a indústria, vivem hoje na pobreza. Isto, sim, é pirataria!"

A MARGEM
NIRVANA

Apesar de criticar as companhias de discos, Courtney Love vendeu ontem 25 por cento da obra dos Nirvana à Primary Wave Music, por 41,2 milhões de euros.

RECORDE

Em Fevereiro, a PSP de Aveiro deteve sete pessoas e apreendeu 20 mil DVD (recorde) e outros artigos relacionados com a pirataria, de valor superior a 700 mil euros.

CONDENADO

Um pirata foi condenado em Fevereiro a cinco meses de prisão, pena substituída por uma multa de 2800 euros. Vendia música e filmes que descarregava da 'net'.

TRÊS ANOS


Quem praticar os crimes de usurpação e/ou aproveitamento de obra usurpada incorre numa pena que poderá ir até aos três anos de prisão.


Corrigir ✓

Feedback...

PARTILHAR  

Outras de Atualidade

Governo corta reembolso do IRS
31 Dezembro 2013  Comentários (16)

Fim de ano ao ar livre é opção
31 Dezembro 2013  Comentários (0)

Aprígio Santos tem dívida de 598 milhões
26 Dezembro 2013  Comentários (16)

15º Aniversário PlayboyTV Temos 15 iPads para oferecer. Participe no Passatempo do MEO! meo.pt/NovoPromoçãoMEO Este inverno o MEO tem as melhores ofertas. Saiba mais www.meo.pt/QuerInvestirnaBolsa? Notícias e Análises diárias Grátis. Teste a Plataforma sem Compromisso! www.xtb-bolsa.com

COMENTÁRIOS A ESTA NOTÍCIA 5

- MAIS RECENTES
- MAIS ANTIGAS
- MAIS VOTADAS
- MENOS VOTADAS


Comentário feito por: AS 03 Abril 2006

Mas alguém me explica como é que a indústria fonográfica apanha os piratas que fazem dow nloads pela internet??? É que se têm acesso aos dados pessoais das pessoas em tempo real então... Quem lhes dá? Não será também violação dos direitos individuais e não é uma violação da privacidade do cidadão?

 Denunciar Comentário  Votação (0 votos) ↑ Votar ↑ ↓

Comentário feito por: zé 02 Abril 2006

sinceramente meus amigos, 85% dos utilizadores de internet fazem downloads ilegais de TUDO, nao vão prender metade da população portuguesa pois nao? além disso o governo so quer lucrar com isto tudo. se nao quizessem pirataria, vendessem os discos a 10€ em vez dos chocantes 24 28€, com isso vou a um concerto e ainda tenho dinheiro pa cerveja. por amor de deus a serio, pensem bem.

 Denunciar Comentário  Votação (0 votos) ↑ Votar ↑ ↓

Comentário feito por: CD 01 Abril 2006

"Por enquanto, ainda não é possível piratear a TV Cabo digital terrestre"???... desculpe... importa-se de repetir??? será que sei mais do que os próprios tipos que andam na feira da ladra???

 Denunciar Comentário  Votação (0 votos) ↑ Votar ↑ ↓

facebook  Like  Share Luis Seromenho, Nuno Alberto Maçaroco Santos and 247,841 others like this.

↓ SONDA GEM

ANO NOVO: 2014 vai ser melhor do que 2013?

- SIM
- NÃO

Votar »

« VER RSS UTILIZADO

PADDOCK
Bastidores de desporto automóvel.
POR RUI FARIÁ

HORÓSCOPO
Saiba como vai ser o seu dia

O MISTER RESPONDE
Envie as suas perguntas para Octávio Machado...

↓ INFOGRAFIAS 1

GRÁFICO ANIMADO  AIRBUS APOSTA 

ver todas

↓ VEJA AQUI MAPA ACTUALIZADO



Texto W1

GOVERNO DE PORTUGAL
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

igf Inspeção Geral de Finanças

25 de maio de 2014 English version

Inspeção Geral de Finanças

Todos os temas

INSTITUCIONAL | INFORMAÇÃO TÉCNICA | DEVERES DE COMUNICAÇÃO | PUBLICAÇÕES | UTILIDADES

ACRESCENTAR VALOR À GESTÃO PÚBLICA

RELATÓRIOS DAS INSPEÇÕES ÀS AUTARQUIAS

Foi reposta a estrutura do site interno da IGF na sequência da Resolução da Assembleia da República n.º 85/2013, de 31 de maio de 2013, que...

NORMAS E BOAS PRÁTICAS

Código de Conduta da IGF
Código de Conduta da Área de Suporte
Código de Ética da IGF
Glossário Geral da IGF
Normas e Boas Práticas da ...

QUEIXA ELETRÓNICA

Precisa e processamento de queixas em formato eletrónico

SUBVENÇÕES PÚBLICAS

Os conteúdos relacionados com as Subvenções Públicas, encontram-se no menu **DEVERES DE COMUNICAÇÃO / SUBVENÇÕES PÚBLICAS**

A IGF é um serviço do Ministério das Finanças que tem por missão assegurar o controlo estratégico da administração financeira do Estado.

A sua intervenção compreende o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, atividades e programas, e também a de prestar apoio técnico especializado, abrangendo todas as entidades do setor público administrativo, incluindo autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquicas, e empresariais, bem como dos setores privado e cooperativo, neste caso quando sejam sujeitas de relações financeiras ou tributárias com o Estado ou com a União Europeia ou quando se mostre indispensável ao controlo indireto de quaisquer entidades abrangidas pela sua ação.

São suas principais atribuições:

- Exercer, no âmbito da administração financeira do Estado, a auditoria e o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira, contribuindo para a economia, a eficácia e a eficiência na obtenção das receitas públicas e na realização das despesas públicas, nacionais e comunitárias;
- Presidir ao Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno, bem como elaborar o plano estratégico plurianual e os planos de ações anuais para efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental;
- Desempenhar as funções de interlocutor nacional da Comissão Europeia, nos domínios da auditoria, do controlo financeiro e das irregularidades financeiras;
- Realizar ações de coordenação, articulação e avaliação da fiabilidade dos sistemas de controlo interno nos fluxos financeiros de fundos públicos, nacionais e comunitários;
- Realizar sindicâncias, inquéritos e averiguações a quaisquer serviços públicos ou pessoas coletivas de direito público e desenvolver o procedimento disciplinar, quando for o caso, nas entidades abrangidas pela sua intervenção, bem como instruir e decidir os processos de contra-ordenação resultantes da supervisão das entidades para-financeiras;
- Prestar o apoio técnico especializado ao Ministério das Finanças

NOTÍCIAS + NOTÍCIAS

- Alteração dos prazos para reporte e publicação de subvenções e benefícios públicos em 2013**
2014-01-04
Subvenções e benefícios públicos em 2013 - Alteração/informar-se as entidades do setor público obrigadas que es ...
- Orçamento Cidadão**
2014-01-29
Divulga-se e vem a ser amplificada do Orçamento do Estado para 2014. (ver documento)
- Relatório Síntese das Subvenções Públicas Concedidas Por Entidades da ACE em 2012**
2014-01-26
Publica-se, no site na Internet da IGF, um relatório síntese caracterizador das subvenções públicas concedidas no

ÁREA RESERVADA

Utilizador: Entrar

Home do site | Contactos | Outros acessos

Copyright © Inspeção Geral de Finanças | Powered by: master web-w. daniel | [Recife pessoal de](#)

Glossário Geral da IGF

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

A	
Abordagem sistémica	Abordagem de auditoria centrada na análise integrada das diversas actividades e operações que compõem um determinado sistema, concebidas para a realização harmónica de um mesmo objectivo final. Vd. Sistema .
Ação	Unidade básica de trabalho, desenhada a obter evidência sobre situações concretas eleitas para análise, concorrendo para os objectivos do projecto em que se encontra inserida.
Acompanhamento (follow-up)	Análise sistemática efectuada pelo auditor após determinado período de tempo, das actividades e medidas empreendidas pela entidade auditada, na sequência das conclusões e recomendações incluídas no relatório de auditoria.
Actividade da Tesouraria do Estado	Compreende a movimentação de fundos públicos, quer em execução do OE, quer através de operações específicas do Tesouro.
Actividade financeira	Corresponde à utilização de meios económicos por entidades públicas ou pela própria comunidade a fim de satisfazer necessidades comuns.
Actividades	Conjunto de tarefas interligadas, de carácter sazonal, cíclico ou rotineiro, que contribuem para a realização de, pelo menos, um objectivo, bem como, tendo em conta a especificidade do produto, possibilitam a identificação de resultados e dos respectivos meios a utilizar. Ou, mais simplesmente, o processo pelo qual uma organização converte os seus recursos em "outputs" (resultados / produtos).
Activos financeiros líquidos	Operações financeiras levadas a cabo pelos vários sub-sectorés do SPA. Podem ser operações activas ou passivas e traduzem-se em despesas ou em receitas.
ADSL (Linha de Subscritor Digital Assimétrica)	Forma de linha de subscritor digital mais familiar para os utilizadores domésticos e de pequenas empresas, sendo assim chamada porque a maior parte da sua largura de banda bidireccional é destinada ao descarregamento, ou seja, ao envio de dados para o utilizador.
Agrupamento (cluster)	Conjunto de equipamentos de natureza idêntica que partilham os mesmos recursos e estão agrupados num mesmo local, debaixo do controlo de uma unidade central.
Alterações orçamentais	Correcções dos desvios em relação à previsão inicial da despesa. Podem assumir os seguintes tipos: horizontal, vertical, reforço e anulação, sendo que os dois primeiros não alteram o valor do orçamento, ao contrário dos dois últimos que o influenciam positiva e negativamente.
Ambiente de controlo	É constituído pela atitude, consciencialização e acções dos dirigentes e gestores no tocante ao controlo interno e à sua importância na entidade / organização. São factores que se reflectem no ambiente de controlo: a filosofia e o estilo operativo da gestão, a estrutura organizativa, os métodos, os procedimentos, o sistema de controlo de gestão, incluindo a auditoria interna, as políticas e procedimentos de pessoal e as influências externas.
Âmbito da auditoria / avaliação	Delimitação precisa do objecto de auditoria / avaliação do que é auditado / avaliado. O campo de auditoria / avaliação deve ser circunscrito no plano operacional (a totalidade ou uma parcela da intervenção pública, uma ou mais políticas públicas), no plano institucional (a ou as autoridades envolvidas), no plano temporal (período concreto a que se refere) e no plano geográfico (o ou os territórios de incidência).
Amostra	Subconjunto de elementos pertencentes a uma população. A informação recolhida para uma amostra é depois generalizada para toda a população. Nem sempre as amostras reflectem a estrutura da

RELATÓRIOS DAS INSPEÇÕES ÀS AUTARQUIAS

Foi reequilibrada a estrutura do site internet da IGF na sequência da Resolução da Assembleia da República n.º 85/2013, de 31 de maio de 2013, que ...

NORMAS E BOAS PRÁTICAS

Código de Conduta da IGF
Código de Conduta da Área de Suporte
Código de Ética da IGF
Glossário Geral da IGF
Normas e Boas Práticas de ...

QUEIXA ELETRÓNICA

Recolha e processamento de queixas em formato eletrónico

SUBVENÇÕES PÚBLICAS

Os conteúdos relacionados com as Subvenções Públicas, encontram-se no menu DEVERES DE COMUNICAÇÃO / SUBVENÇÕES PÚBLICAS

	<p>diferente de zero, ou seja, cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida de ser escolhido. Dito de outra forma, as amostras estatísticas obtêm-se por um sorteio que respeite a condição de definição das amostras representativas: actuar de forma a que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Na amostragem estatística, os critérios de selecção dos elementos estão rigorosamente definidos, não permitindo que a subjectividade ou livre arbítrio do auditor / avaliador intervenham na escolha dos elementos. A amostra estatística inclui a possibilidade de matematicamente determinar a dimensão da amostra, em função da precisão e do grau de confiança desejados para os resultados.</p> <p>Os principais tipos de amostra estatística são: amostra simples, amostra sistemática, amostra estratificada, amostra por clusters, amostra multietápica e amostra multifásica.</p>
Amostra estratificada	<p>Amostra que não trata a população como um todo, mas sim cada estrato daquela como uma população independente.</p> <p>A selecção dos elementos dentro de cada estrato faz-se separadamente de cada um dos outros. A lógica que assiste à estratificação de uma população é a da identificação de grupos que variam muito entre si, no que diz respeito ao parâmetro em estudo, mas muito pouco dentro de si, ou seja, cada um é homogéneo e com pouca variabilidade.</p>
Amostra intencional	<p>Igualmente designada amostra pensada. É uma amostra composta de elementos seleccionados deliberadamente (mencionalmente) pelo auditor / avaliador, considerando que possuem características que são típicas ou representativas da população. A escolha dos elementos é determinada por um critério subjectivo - a opinião do auditor / avaliador, que deverá invocar razões o mais objectivas possível para justificar as suas opções. Esta amostra também é utilizada quando a escolha dos indivíduos é feita, não tanto pela "representatividade", mas porque eles podem prestar a colaboração necessária. É o caso dos estudos exploratórios.</p>
Amostra multietápica	<p>Igualmente designada amostra por níveis. É uma extensão do conceito de amostragem por clusters. Esta amostra é obtida mediante uma primeira selecção aleatória de clusters e depois, conforme os casos, seleccionando uma amostra de elementos ou prosseguir com a selecção de clusters até chegar às unidades elementares. As vantagens deste tipo de amostragem são idênticas à da amostra por clusters: a obtenção de bases de sondagem que listem todos os elementos da população individualmente pode ser impossível ou muito dispendiosa, enquanto que uma listagem por clusters pode ser relativamente fácil de conseguir, podendo revelar-se um processo mais económico.</p>
Amostra multifásica	<p>Técnica que trata o mesmo tipo de unidade amostral em várias fases de amostragem, feitas mediante um processo aleatório.</p>
Amostra não estatística	<p>Igualmente designada por amostra não aleatória. Procedimento de selecção dos elementos da população que permite a escolha dos indivíduos a incluir na amostra segundo determinado critério mais ou menos subjectivo. Nesta forma de amostragem, não se conhece a probabilidade de determinado elemento ser seleccionado. Tem o inconveniente de não se saber com que grau de confiança as conclusões obtidas são generalizáveis à população. Estas amostras, em geral, possibilitam a conclusão mais rápida da investigação, com menor custo. Os tipos de amostra não estatística mais usuais são: amostra intencional, amostra snowball, amostra por conveniência, amostra random route e amostra por quotas.</p>
Amostra por clusters	<p>Igualmente designada amostra por cachos ou conglomerados. A amostragem por clusters (grupo de unidades elementares da população) é um processo amostral em que os clusters são escolhidos aleatoriamente e, dentro de cada cluster, todos os elementos são seleccionados, ou seja, só existe uma etapa de amostragem, que é orientada para a selecção de grupos de elementos e não de elementos individuais. Tal como na amostra estratificada, estes grupos são mutuamente exclusivos e exaustivos.</p>
Amostra por conveniência	<p>Igualmente designada por amostra accidental. Nesta técnica de amostragem, os elementos são escolhidos porque se encontram onde os dados para o estudo estão a ser recolhidos. A sua participação no estudo é como que "accidental". Estas amostras não são representativas da população.</p>
Amostra por quotas	<p>É uma amostra estratificada não aleatória, ou seja, uma amostra que é obtida dividindo a população em categorias e seleccionando um certo número (uma quota) de elementos, de modo não aleatório, de cada categoria. Esta técnica conduz a uma amostra onde a proporção de elementos que possuem determinada característica é aproximadamente igual à proporção de indivíduos na população que possuem essa mesma característica. Pretende-se assegurar a semelhança entre população e amostra, tentando garantir a sua representatividade.</p>
Amostra Random Route	<p>Igualmente designada por método dos itinerários aleatórios. É muito utilizada quando o estudo é feito dentro de cidades ou localidades, e serve essencialmente para orientar o entrevistador na selecção dos inquiridos, quando as entrevistas decorrem porta a porta. Não é mais do que um conjunto de instruções direccionais. Na sua origem, o random route destinava-se a complementar a amostra por quotas, impedindo o seu carácter exclusivamente accidental. O seu objectivo era impedir que os entrevistadores escolhessem livremente os elementos da amostra, impondo-lhes um percurso determinado que os obrigava a efectuar uma selecção com características muito próximas da aleatoriedade. Passou depois a ser utilizado como técnica de amostragem autónoma, afastando-se do seu objectivo inicial.</p>
Amostra representativa	<p>Uma amostra é representativa se as unidades que a constituem foram escolhidas por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Se não for esse o caso, diremos que a amostra é enviesada, visto que certos indivíduos tiveram mais hipóteses do que outros de serem escolhidos e as categorias a que pertencem ocuparam mais espaço na amostra do que deveriam: as características da amostra serão então sistematicamente diferentes das da população.</p>

Amostra sistemática	Igualmente designada por "quasi-aleatória", baseia-se na atribuição, de início, de um número a cada um dos casos do Universo a inquirir, e com a definição da dimensão da amostra. O auditor / avaliador pode determinar, então, o intervalo de amostragem (k), isto é, o quociente entre a dimensão da população e a dimensão da amostra, que será utilizado para seleccionar a amostra, sendo, aleatoriamente, seleccionado um número entre 1 e o valor que corresponde àquele intervalo da amostra.
Amostra snowball	É uma forma de amostra intencional em que o auditor / avaliador pede a cada respondente, após ser entrevistado, nomes de outros indivíduos que podem ser igualmente inquiridos. A amostra vai-se tomando uma "bola de neve", pois vai aumentando à medida que os respondentes identificam outros potenciais inquiridos, sendo muito utilizada quando se pretende chegar a populações muito pequenas e/ou muito específicas, não raras vezes com características de excepção.
Amostragem	Seleção de uma amostra em determinada população, de acordo com o método apropriado, e estudo dos elementos (unidades de amostragem) que a compõem com vista a emitir um parecer sobre o total dessa população. Vd. população, população amo, população de referência, estratificação e unidades de amostragem.
Análise comparativa (dados de referência)	Análise destinada a comparar os métodos, processos, procedimentos, produtos e serviços de uma determinada organização com os mesmos aspectos de organizações que se distingam regularmente nos mesmos tipos de actividade. Esta análise comparativa pode ser usada para: incentivar uma revisão objectiva dos processos, práticas e sistemas que levantem problemas; desenvolver critérios e identificar melhores formas de funcionamento e dar mais credibilidade às recomendações de auditoria.
Análise custo-benefício (ACB)	As ACB estudam a relação entre os custos e os benefícios de um projecto, expressos em termos monetários. A ACB pode ser utilizada, por exemplo, na auditoria do desempenho de um projecto de construção de uma estrada. O objectivo de uma análise custo-benefício consiste em determinar se os benefícios de uma entidade, programa ou projecto são superiores aos seus custos. A ACB pode ser usada para: - garantir que uma análise feita pela entidade auditada satisfazas normas profissionais; - comparar os custos e benefícios, quando ambos são conhecidos ou podem ser razoavelmente estimados; - comparar custos alternativos, quando os benefícios se podem considerar constantes. Uma ACB correctamente efectuada deve considerar não só os custos e benefícios tangíveis (relativamente fáceis de determinar), mas também os intangíveis (difíceis de calcular), tais como os custos sociais e ambientais.
Análise custo-eficácia (ACE)	A análise custo-eficácia (ACE) estuda a relação entre os custos e os resultados dos projectos, expressos em custos unitários dos resultados obtidos. Enquanto a ACB permite comparar a eficiência económica de programas alternativos, a ACE procura encontrar os meios mais económicos para realizar um objectivo definido ou obter a valorização máxima a partir da realização de uma dada despesa. O conceito custo-eficácia diz respeito à eficiência de uma entidade controlada, das suas actividades, programas ou operações na obtenção dos resultados esperados em relação aos seus custos. A relação custo-eficácia é apenas um dos elementos do controlo global da eficiência que pode incluir também uma análise de outros elementos, tais como a data de entrega dos outputs comparativamente à data ideal para maximizar o impacto.
Análise custo-utilidade (ACU)	A ACU compara e avalia a relação existente entre custos (expressos em unidades monetárias) e resultados, considerando o valor dos efeitos nos indivíduos aos quais afectou, ou que têm um interesse legítimo na avaliação do programa, expresso por meio de medidas subjectivas, quer dizer, benefícios percebidos pelo mesmo indivíduo em termos de satisfação. A vantagem que este tipo de análise apresenta sobre as ACB e ACE é que o valor intangível dado a certos benefícios não pode ser traduzido em valor monetário ou unidades de resultado como exige a ACB ou a ACE, mas poder ser considerada na ACU (aqui a utilidade refere-se aos benefícios tal como são vistos pelos indivíduos afectados).
Análise de regressão	É uma técnica estatística que caracteriza a relação entre duas variáveis tomando uma dada variável que se quer provar (variável dependente) e observando a sua variação em função de uma ou mais variáveis (variáveis explicativas ou independentes) com as quais se quer explicar o comportamento da primeira. Graficamente, equiva a identificar a recta ou curva matemática que melhor se ajusta aos pontos no diagrama de dispersão. A análise de regressão pode ser utilizada para: - testar uma relação que é suposta ser verdadeira; - identificar relações entre variáveis que possam ter uma relação causal, susceptíveis de explicar os resultados; - identificar casos inabituais que diferem dos valores esperados e extrapolar valores.
Análise de regressão linear simples	É aquela que procura caracterizar a relação entre duas variáveis através da equação da recta que melhor explica os dados observados.
Análise de regressão linear múltipla	Pretende avaliar a intensidade com que um certo número de variáveis independentes condicionam a variação de uma determinada variável dependente. Trata-se de um modelo linear, tal como na regressão simples, na medida em que se trata de uma recta de regressão.
Análise de regressão não-linear	Vd. Análise de regressão .
Análise de variância (ANOVA)	Técnica estatística cujo objectivo é testar a igualdade entre médias. Na prática, este teste utiliza-se para analisar as diferenças entre um determinado número de amostras tiradas de uma mesma população ou de populações diferentes. Para realizar este tipo de análise é necessário assegurar pelo menos três condições: 1º) os dados devem seguir uma distribuição normal; 2º) deve existir igualdade entre as variâncias dos grupos (homocedasticidade); 3º) a amostra deve ser aleatória.

Texto W2



instituto português do mar e da atmosfera

Quem somos | O que fazemos | Onde estamos | Investigação | Serviços | eBiblioteca | Enciclopédia ipma | Contactos |  English

Tempo Mar Sismos Pescas e aquacultura Clima Aeronáutica Agrometeorologia Ambiente

Notícias

PRESPO "Desarrollo sostenible de las pesquerías artesanales del Arco Atlántico"
2014-01-10

aquacultura sustentável
SEAFARE "Aquacultura sustentável e amiga do ambiente para a região Atlântica da Europa"
2014-01-10

sismo de 1969
Os 45 Anos do Sismo de 28/Fev/1969
2014-02-27

tempestade Stephanie
Informação mais detalhada sobre a tempestade Stephanie.
2014-02-11

"desarrollo sostenible"

Destaque

Previsão da temperatura da superfície do oceano

Informação sísmica, aceda à página do sistema shakemap

Acompanhe a previsão do estado do mar

Bivalves - Biotoxinas

2014-03-24
Inte rdições atuais (atualizado 24 março)

Situação de interdição de apanha e captura de bivalves na zona de costeira



Login

Username:
Password:

[Efetuar registo](#)

IPMA  Ver genérico	O tempo na TV  Ver previsão estado tempo	Tempo Extremo  Se assistiu envie-nos informação	IPMA multimedia  Tempestade Stephanie	Divulgação Palestra2014-03-12 PM - 02:00 Long term variations in the population dynamics of Iberian sardine and its relation to environmental conditions and exploitation history Palestra2014-01-15 PM - 02:00 Going Back in Time: Reconstruction of Discard Time Series From a Portuguese Fishery
---	---	--	---	--

Media Notícias Comunicados Palestras	Redes Sociais Facebook Twitter YouTube	Serviços RSS Apps Android Apps Apple PDA	Informações Contactos Mapa do site Links úteis	Sobre o Site Acessibilidades Avisos legais	Projectos WEB Metaglobal Subscrições Inquéritos E-learning Shakemap
--	--	---	--	---	---

Lisboa: 00h08m UTC: 0h08m

Copyright © Instituto Português do Mar e da Atmosfera 2014

Otimizado para Firefox 10, Chrome 18 e Internet Explorer 8, resolução de 1024x768



GOVERNO DE PORTUGAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Notícias

IPMA > Área educativa > Glossários > Meteorológico

Glossários - Glossário Climatológico/Meteorológico

Glossário aeronáutico

[Consultar Glossário aeronáutico](#)

Glossário meteorológico

"desarrollo sostenible"
PRESFO "Desarrollo sostenible de las pesquerías artesanales del Arco Atlántico"

2014-01-10

aquacultura sustentável
SEAFARE "Aquacultura sustentável e amiga do ambiente para a região Atlântica da Europa"

2014-01-10

sismo de 1969
Os 45 Anos do Sismo de 28/Fev/1969
2014-02-27

tempestade Stephanie
Informação mais detalhada sobre a tempestade Stephanie.
2014-02-11

Login

Username

ok

[Efetuar registo](#)

A

Advecção – Transporte de uma propriedade da atmosfera devido ao movimento do ar (por exemplo, advecção de temperatura).

Afloramento Costeiro – Fenómeno típico na costa continental de Portugal, é também conhecido do inglês como *upwelling*. O regime de nortada, que se faz sentir em Portugal Continental em particular nos meses mais quentes, força uma circulação oceânica particular, i.e., o efeito de Coriolis desvia para a direita, a corrente originada pela nortada, produzindo uma corrente (que tende a ser dirigida à direita dos ventos no hemisfério norte - efeito inverso no hemisfério sul) de Este para Oeste, afastando da costa as águas superficiais e forçando a ascensão de águas frias mais profundas, ricas em nutrientes, compensando o movimento das águas superficiais para o largo.

Alisios – Os ventos alísios ou alisados existem entre o equador e os trópicos (de cancro e capricórnio), soprando de nordeste no Hemisfério Norte e de sueste no Hemisfério Sul. Resultam de um fluxo entra as regiões de altas pressões sub-tropicais e o equador, sofrendo a acção da força de Coriolis que exerce um desvio para a direita no Hemisfério Norte e para a esquerda no Hemisfério Sul.

Alteração Climática – Variação estatisticamente significativa, tanto no estado médio do clima como na sua variabilidade, persistindo por um período extenso, tipicamente décadas ou períodos superiores. As alterações climáticas podem ser originadas por processos naturais internos do sistema climático ou forçamentos externos, ou por actividades humanas persistentes com influência na composição da atmosfera.

Altitude – Distância vertical entre um nível, ponto ou objecto assimilado a um ponto e o nível médio do mar.

Alto-cúmulos – Banco, lençol ou camada de nuvens brancas ou cinzentas (ou brancas e cinzentas), geralmente com sombras próprias. As nuvens são constituídas por lâminas, massas globulares, rolos, etc., às vezes parcialmente fibrosos ou difusos, ligados ou não. A maioria dos pequenos elementos dispostos regularmente tem em regra largura aparente de 1 a 5 graus (aproximadamente entre 1 dedo mínimo e 3 dedos com o braço estendido).

Altostrato – Lençol ou camada de nuvens acinzentadas ou azuladas de aspecto estriado, fibroso ou uniforme que cobre total ou parcialmente o céu. Tem porções suficientemente tênues para que seja veja o sol, pelo menos vagamente, como através de vidro despolido. O altostrato não produz fenómenos de halo.

Altura – Distância vertical entre um nível, ponto ou objecto assimilado a um ponto e um nível de referência.

Nota: o nível de referência pode ser indicado no próprio texto ou em nota explicativa; (2) dimensão vertical de um objecto.

Nota: o termo "altura" pode também aplicar-se, em sentido figurado, a uma dimensão não-verbal, p.e., à altura de uma letra ou algarismo pintado numa pista.

Altura da Onda – distância vertical entre uma crista (o ponto mais elevado da onda) e uma cava (o ponto mais baixo).

Altura da Significativa – A altura média do terço mais alto das ondas ($H=H_{1/3}$). A altura significativa tem um valor próximo da altura estimada visualmente, é este valor que geralmente se usa para especificar ou descrever a altura das ondas.

Anomalia Climática – Diferença entre o clima médio de um período longo de tempo e o clima de um mês, estação do ano ou ano.

Anticiclone – São regiões de alta pressão atmosférica em torno das quais o vento sopra no sentido do movimento dos ponteiros do relógio no hemisfério norte (e em sentido contrário no hemisfério sul), porque a pressão atmosférica é máxima no centro e diminui à medida que a distância ao centro aumenta. [Ver mais](#).

Atmosfera – Camada gasosa que envolve a superfície da Terra. Composta por Troposfera, Estratosfera, Mesosfera e Ionosfera.

B

Bandas de Precipitação – Aglomerados de nuvens convectivas. Num furacão, formam-se em espiral, posicionando-se em torno da parede do olho, originando forte precipitação e trovoadas e estendendo-se ao longo de centenas de quilómetros a partir do centro.

Barómetro Padrão Nacional – Barómetro designado por um país para servir como padrão de referência no seu território.

Barómetro padrão regional – Barómetro designado para servir como padrão de referência na Região onde se encontra, por decisão da Associação Regional respectiva.

Biosfera – Parte do sistema climático que compreende todos os ecossistemas e formas de vida na atmosfera, em terra (biosfera terrestre) ou nos oceanos (biosfera marinha).

Boletim Meteorológico – Boletim que contém unicamente resultados de observações, valores, análises e/ou previsões meteorológicas.

Brisa Marítima – Tipo de circulação que, em regra, ocorre durante o dia. A superfície terrestre aquece mais rapidamente que o mar, por isso, sobre terra o ar torna-se menos denso (e a pressão mais baixa) do que sobre mar.

[A-B](#)

[C-D](#)

[E-F](#)

[G-H](#)

[I-J](#)

[K-L](#)

[M-N](#)

[O-P](#)

[Q-R](#)

[S-T](#)

[U-V](#)

[W-X](#)

[Y-Z](#)

Glossário sísmológico

[Consultar Glossário sísmológico](#)

Notícias

[IPMA > Área educativa > Glossários > Meteorológico](#)

Glossários - Glossário Climatológico/Meteorológico

Glossário aeronáutico

[Consultar Glossário aeronáutico](#)

Glossário meteorológico

tempestade Stephanie

2014-03-23
Informação mais detalhada sobre a tempestade Stephanie. 2014-02-11

"desarrollo sostenible"

2014-01-10
PRESPO "Desarrollo sostenible de las pesquerías artesanales del Arco Atlántico"

aquacultura sustentável

2014-01-10
SEAFARE "Aquacultura sustentável e amiga do ambiente para a região Atlântica da Europa"

sismo de 1969

Os 45 Anos do Sismo de 28/Fev/1969

Login

Use/Name

ok

[▶ Efetuar registo](#)

C

Camada limite planetária – Camada da atmosfera com cerca de 1 km de espessura, acima da superfície da Terra, onde o atrito afecta a velocidade e direcção do vento.

Carta de Altitude – Carta do tempo que descreve as condições ou elementos meteorológicos em determinada superfície ou camada da atmosfera em altitude.

Carta do tempo – Carta geográfica em que estão descritas as condições meteorológicas por meio de números, sinais gráficos ou isópetas.

Cava – Depressão da superfície do mar durante a passagem da onda.

Centro de comunicação – Centro colector de informações meteorológicas para difusão internacional.

Ciclógenese – Mecanismo de criação de uma zona depressionária em que o ar roda no sentido ciclónico. A ciclógenese diz-se explosiva, quando a queda de pressão no centro é muito rápida (pelo menos 1 hPa por hora durante 24 horas a uma latitude de 60°N).

Ciclone – O mesmo que depressão. Termo habitualmente utilizado na literatura meteorológica de língua inglesa (cyclone).

Ciclone Tropical – Termo genérico para designar uma depressão não frontal à escala sinóptica, originada nas águas oceânicas tropicais ou subtropicais, com organização convectiva e circulação ciclónica de vento à superfície bem definida. Também se pode caracterizar por um sistema de baixas pressões, que se forma na região tropical, em geral entre os 10° e 30° de latitude e que podem originar trovoadas e precipitação forte.

Cirros – Nuvens isoladas em forma de filamento branco e delicado ou de bancos ou faixas estreitas brancas (ou quase brancas). Nuvens com aspecto fibroso (como cabelos) ou brilho sedoso (ou os dois).

Circocúmulo – Banco, lençol ou camada delgada de nuvens brancas, sem sombras próprias. São nuvens constituídas por elementos muito pequenos em forma de grãos, ruínas, etc., ligados ou não e dispostos de uma forma mais ou menos regular. A maioria dos elementos tem largura aparente inferior a 1 grau (aproximadamente a largura de um dedo mínimo com o braço estendido).

Cirrostrato – Véu nebuloso transparente e esbranquiçado, de aspecto fibroso (como de cabelo) ou liso, que cobre total ou parcialmente o céu. Em regra produz fenómenos de halo.

Clima – Síntese dos estados de tempo característicos de um determinado local ou regiões num determinado intervalo de tempo. Para definir o clima recorre-se à estatística e utilizam-se valores médios, variâncias, valores extremos, probabilidades de ocorrência, etc. O intervalo de tempo ou período utilizado deve ser suficientemente longo para que a caracterização do clima tenha significado estatístico, sendo usualmente utilizadas médias de 30 anos, conhecidas como Normais Climatológicas.

Climatologia – Disciplina da meteorologia que se ocupa do estudo do clima.

Código ship – Forma de código FM 13-X SHIP, redigido numa forma completa, abreviada ou reduzida, utilizada para a redacção dos comunicados das observações sinópticas de superfície efectuadas nas estações marítimas.

Comprimento de Onda – Distância horizontal entre duas cristas (ou duas cavas) consecutivas.

Comunicado Meteorológico – Exposição das condições meteorológicas observadas em determinado local e ocasião.

Colo – Região situada entre dois anticiclones e duas depressões. É a intersecção do eixo da crista com o eixo do vale, correspondendo a um mínimo de pressão ao longo do eixo da crista e a um máximo de pressão ao longo do eixo do vale. É uma região de vento fraco e de direcção variável.

Convecção – Processo de transferência de energia calorífica na atmosfera, em que o corpo portador de calor se desloca de um local para outro. Na atmosfera existem correntes de convecção, em que o ar quente (menos denso) sobe e o ar frio (mais denso) desce.

Corrente de Jacto – Corrente estreita de vento forte, de eixo quase horizontal e situada na alta troposfera ou na estratosfera. Esta corrente é caracterizada por grandes variações da intensidade do vento, quer na vertical quer na horizontal e pode conter um ou vários máximos de vento. A intensidade do vento deve ser superior a 60 nós.

Criosfera – Parte do sistema climático que compreende toda a água em estado sólido da Terra, tal como neve, massas de gelo e glaciares.

Crista – Ponto mais elevado da superfície do mar durante a passagem de onda.

Crista Anticiclónica – Configuração alongada de altas pressões, definida por isóbaras arredondadas que se estendem para fora a partir de um anticiclone. Tem associada um eixo de crista (ou linha de crista), que corresponde a uma linha de máximos de pressão (em comparação com pontos adjacentes de um e de outro lado da linha).

Cúmulo – Nuvem isolada, geralmente densa e de contornos nítidos, que se desenvolvem verticalmente em forma de montículos, cúpulas ou torres, cuja região superior protuberante parece muitas vezes uma couve-flor. As porções da nuvem iluminadas pelo sol são quase sempre de um branco brilhante. A base é relativamente sombria e sensivelmente

[A-B](#)

[C-D](#)

[E-F](#)

[G-H](#)

[I-J](#)

[K-L](#)

[M-N](#)

[O-P](#)

[Q-R](#)

[S-T](#)

[U-V](#)

[W-X](#)

[Y-Z](#)

Glossário sísmológico

[Consultar Glossário sísmológico](#)

The screenshot displays the ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde) website. At the top, the logo 'ACSS do Sistema de Saúde' is on the left, and the slogan 'Optimizar recursos, gerar eficiência.' is on the right. Below the slogan, a navigation bar lists: 'Institucional | Departamentos e Unidades | Informação | Publicações | Relações Internacionais'. A search bar with 'Procura:' and an 'OK' button is located in the top right. The main content area is titled 'Departamentos e Unidades > Unidade Instalações e Equipamentos > Destaques'. On the left, a vertical menu lists: 'Destaques', 'Publicações', 'Glossário', 'Legislação', 'Área Técnica', 'Actividade', and 'Plano Estratégico do Baixo Carbono e ECO.AP'. The central content area features a technical drawing of a building structure. Below the drawing, the 'Destaques' section includes: 'Publicações Técnicas' (with a description of available documents), 'Secção Legislação' (with a description of legislative lists), 'Glossário de conceitos técnicos' (with a description of a technical glossary), and 'Adição de secção "Área técnica"' (with a description of a new technical area section). On the right side, there are three boxes under the heading 'Organização': 'DRS - Departamento Gestão da Rede de Serviços e Recursos em Saúde', 'USS - Unidade Planeamento e Organização de Serviços de Saúde', and 'UIE - Unidade Instalações e Equipamentos'. Below these boxes is a 'Contactos' section listing 'Coordenadora - Arg.ª Sofia Coutinho'. At the bottom of the page, there is a footer with a logo on the left, the slogan 'Optimizar recursos, gerar eficiência.' on the right, and the text 'Mapa do Site | © 2014 - ACSS' and the 'GOVERNO DE PORTUGAL' logo.

Destques

Publicações

Glossário

Legislação

Área Técnica

Actividade

Plano Estratégico do Baixo Carbono e ECO.AP

Glossário de termos e conceitos técnicos no âmbito da concepção e construção de edifícios hospitalares

A

Accessibilidades

Possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares. Caracteriza o nível de oferta em relação às infra-estruturas e serviços de transporte, constituindo importante factor na estruturação do espaço, na ponderação da localização das actividades e na valorização da propriedade fundiária

Acompanhamento de projecto

Entende-se por acompanhamento de projecto a avaliação permanente, apoio e assessoria que a entidade adjudicante (directamente ou através de equipa exterior designada para o efeito) faz à equipa de projecto (EQP), enquanto o projecto está a ser elaborado.

Adufa

Espaço de transição e barreira entre duas áreas com diferentes características de pressão e/ou assepsia. (SAS - Special Airlock System).

Análise, verificação e revisão de projecto (in GRP)

A verificação do projecto abrangerá a certificação de que o projecto cumpre a legislação e regulamentação pertinente, que respeita as áreas e compartimentações necessárias, que integra todos os elementos e componentes que dizem respeito à fase em que se encontra e que está desenvolvido com a profundidade pretendida pelo dono da obra.

A revisão do projecto irá debruçar-se também sobre os cálculos, as medições e orçamentos de forma a garantir que estão perfeitamente correctos e adequados à situação em causa.

Ampliação

Intervenção realizada numa edificação existente de que resulte o aumento de qualquer dos seguintes parâmetros de edificabilidade: área de implantação; área bruta de construção; cêrcea ou altura total de construção; número de pisos, acima ou abaixo da cota de soleira.

Área bruta de construção

Valor expresso em m², resultante do somatório das superfícies de todos os pisos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo escadas, caixas de elevadores e pisos técnicos mas excluindo sótãos não utilizáveis e estacionamentos cobertos.

Área bruta de construção de estacionamento parcial ou totalmente subterrâneo

Valor expresso em m², resultante do somatório das áreas de todos os pisos de estacionamento acima ou abaixo do solo em edifício próprio ou integrado em edifício com outra funcionalidade, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo escadas, rampas, caixas de elevadores e pisos técnicos.

Área de implantação

Valor expresso em m², correspondente ao somatório das áreas resultantes da projecção ortogonal no plano horizontal de todos os edifícios, incluindo anexos, mas excluindo varandas quando descobertas e palas.

Área do terreno

Valor expresso em m², correspondente à área da totalidade do terreno afecto à construção, medida pelo seu perímetro exterior.

Área equivalente de absorção sonora, A (de revestimentos)

Produto da superfície aparente do(s) revestimento(s) pelo(s) respectivo(s) coeficiente(s) de absorção sonora, a Sabine ($A = \sum S_i \alpha_i$ Sabine).

Área impermeabilizada

Valor expresso em m², resultante do somatório das áreas ocupadas por edifícios, vias, passeios, estacionamentos, lagos e demais obras que impeçam a absorção de água pelo solo.

Área útil de programa (Aug)

Área útil de programa é a soma das áreas úteis de todos os compartimentos constantes do programa funcional

Área útil de projecto (Auj)

Área útil de projecto é a soma das áreas úteis de todos os compartimentos constantes do projecto

Autoridade de AIA

Entidade competente da administração pública responsável pela coordenação e administração do processo de AIA

C

Compartimento tipo

Deve entender-se como compartimento tipo todo aquele compartimento que, ou se repete na maioria dos serviços, ou constitui um compartimento com especificidades próprias, devendo ser garantidas como área útil e largura mínimas, as indicadas nas listas apresentadas em anexo.

Construção nova

Execução de qualquer projecto de obras novas, incluindo pré-fabricados e construções amovíveis.

E

Escante Hospitalar

Edifícios de apoio e técnicos

Edifícios cuja ocupação predominante é de apoio aos serviços hospitalares, nomeadamente centrais técnicas, serviços de hotelaria e armazéns.

Edifício hospitalar

Edifício no qual são prestados serviços de cuidados de saúde diferenciados e que possui internamento;

Equipa de projecto (EQP)

Equipa multidisciplinar constituída por técnicos, com as qualificações adequadas, da entidade adjudicante ou por ela contratados, abrangendo todas as especialidades constantes do projecto em causa, coordenada por um elemento para o efeito designado.

Equipa de revisão (EQR)

Equipa multidisciplinar constituída por técnicos, com as qualificações adequadas, da entidade adjudicante ou por ela contratados, abrangendo as mesmas especialidades representadas na EQP, coordenada por um elemento para o efeito designado.

Espaços exteriores

Designa o conjunto de áreas e "sistemas" (vegetais, infra-estruturais, redes, etc) não edificadas dentro da cerca/recinto hospitalar. No âmbito dos espaços exteriores englobam-se todas as zonas circundantes do(s) edifício(s) hospitalares delimitados por uma vedação ou outro elemento arquitectónico.

Estacionamento à superfície

Parqueamento automóvel descoberto ou com cobertura leve, não integrado em qualquer tipo de edificação.

Estacionamento em edifício

Parqueamento automóvel incluído em espaço edificado, quer seja em silo ou em parte do edifício hospitalar.

Estudo de Incidências Ambientais (EInCA)

Aplica-se aos projectos que, devido à sua natureza ou dimensão, não necessitam de ser sujeitos a um Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental convencional e trata-se de um tipo de análise mais direccionada, uma vez que é orientada especificamente para os descritores ambientais mais susceptíveis de serem afectados de modo significativo.

F

Fases de projecto (in GRP)

As fases de projecto definidas nas "INSTRUÇÕES PARA O CÁLCULO DE HONORÁRIOS REFERENTES AOS PROJECTOS DE OBRAS PÚBLICAS" que aqui se consideram transcritas são as seguintes:

- Programa preliminar (PP)
- Programa base (PB)
- Estudo prévio (EP)
- Anteprojecto (AP)
- Projecto de execução (PE)

I

Índice de Construção

Multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório das áreas de construção e a superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o Índice. A superfície de referência é neste caso a área do terreno. O mesmo que Coeficiente de Ocupação do Solo (COS).

Índice de Impermeabilização

Multiplicador urbanístico correspondente ao cociente entre a área impermeabilizada e a superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o Índice (Fonte: DGOTDU)

Índice de Ocupação

Multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório da área de implantação das construções e a superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o Índice. A superfície de referência é neste caso a área do terreno. O mesmo que Coeficiente de Afectação do Solo (CAS).

Instrumentos de planeamento territorial

Instrumentos que estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo.

Isolamento sonoro normalizado ponderado, $D_{n,w}$

Diferença entre o nível sonoro médio no interior de um compartimento emissor e o nível sonoro médio no interior de um compartimento receptor. A diferença de níveis sonoros é corrigida para o valor de referência da área equivalente de absorção sonora no compartimento receptor ($A_0 = 10 \text{ m}^2$), sendo ponderada no domínio do espectro de frequências, de acordo com o "critério w".

L

Lotação

Número total de camas que o hospital dispõe com exclusão de:

- Berços, Camas das UCI's
- Camas da Urgência
- Camas de recobros

M

Mapeamento funcional

Identificação das funções associadas a cada espaço ou serviço.

N

Nível sonoro de avaliação normalizado, L_{nA}

Nível sonoro contínuo equivalente, ponderado "A", durante um intervalo de tempo T, adicionado das correcções devidas às características tonais e impulsivas do som. O nível sonoro é corrigido para o valor de referência da área equivalente de absorção sonora ($A_0 = 10 \text{ m}^2$).

Nível sonoro de percussão normalizado ponderado, $L'_{n,w}$

Nível sonoro médio no interior de um compartimento, originado por acção de percussão normalizada exercida sobre o pavimento de outro

Obscurecimento

Para efeitos de ETEH e no que se relaciona com os vãos exteriores ou interiores, considera-se por obscurecimento a acção de impedir entrada de luz através de um vão.

P

Parecer sobre projecto

O parecer sobre o projecto é um documento de análise da qualidade do projecto, do cumprimento do programa preliminar e da adequação em relação às expectativas do dono da obra (DO).

O desenvolvimento do parecer deverá ser conforme com a fase do projecto a que diz respeito.

Deverá atender aos aspectos conceptuais, funcionais e de obediência ao programa preliminar, relativamente aos quais o DO se deve pronunciar.

Tratando-se de um documento técnico será da res-ponsabilidade do seu autor, podendo ou não ser sancionado superiormente.

Pé direito útil

É a altura livre entre o piso e o tecto ou o tecto falso.

Plano Director de Unidades Hospitalares (PDUH)

Documento que condensa todos os elementos escritos e gráficos de síntese que caracterizam o hospital e que define as linhas do respectivo desenvolvimento futuro.

Programa funcional (PF)

Documento que descreve o edifício detalhadamente, permitindo visualizar uma estrutura organizada para cada uma das especialidades envolvidas.

Proposta de definição do âmbito (PDA)

A definição do âmbito consiste na identificação e selecção das questões ambientais mais significativas que podem ser afectadas pelos potenciais impactos causados pelo projecto e que deverão ser objecto do EIA antecedendo a realização do EIA. A definição do âmbito permite o planeamento do EIA e o estabelecimento dos termos de referência.

Propriedade do terreno

Identificação do legítimo proprietário do terreno, tal como consta do respectivo registo.

Propriedade dos edifícios

Identificação do legítimo proprietário dos edifícios, tal como consta do respectivo registo.

Q

Quarto individual

Quarto de internamento com capacidade para um utente. Poderá ser utilizado para um utente com necessidades especiais de recolhimento (situações terminais; situações de grande agitação;...)

Quarto de isolamento de contenção

Quarto de internamento com capacidade para um utente, com adufa e I.S. e com controlo de pressão negativa.

Quarto de isolamento de protecção

Quarto de internamento com capacidade para um utente, com adufa e I.S. e com controlo de pressão positiva.

R

Reabilitação

Intervenção que tem por fim a recuperação e beneficiação de um edifício, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos actuais níveis de exigência.

Remodelação

Intervenção que tem por fim a alteração funcional de um edifício ou de parte dele, sem alterar as suas características estruturais.

S

Sombreamento

Para efeitos de ETEH e no que se relaciona com os vãos exteriores ou interiores, considera-se por sombreamento a acção de impedir a insolação directa da superfície exterior do vão.

T

Tempo de reverberação, T:

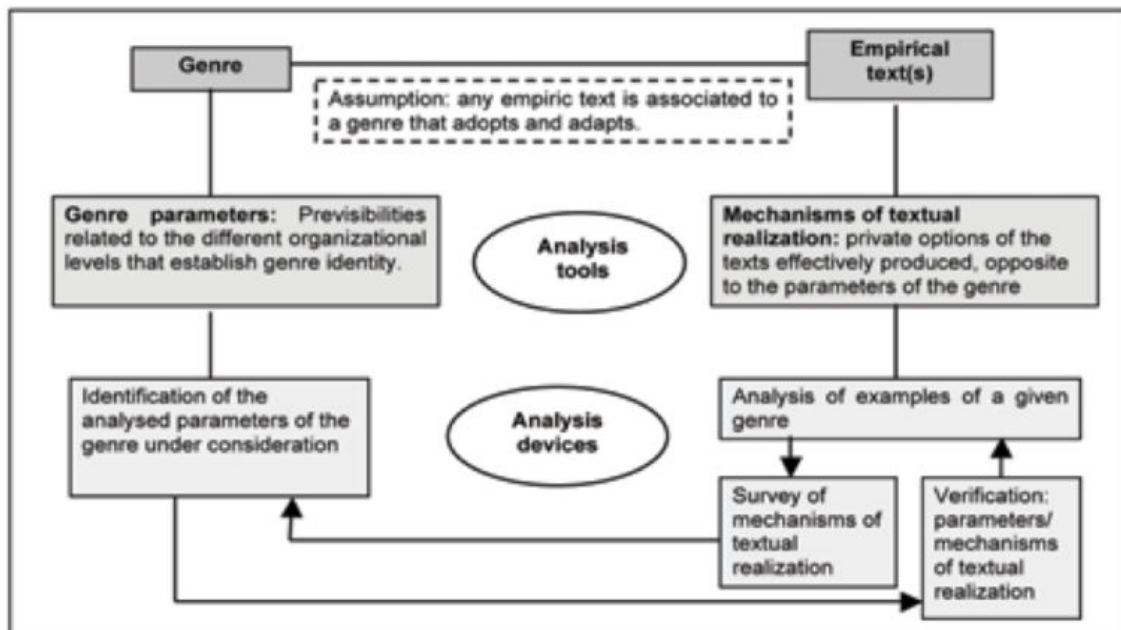
Intervalo de tempo necessário, para que, em regime transitório, o nível sonoro no interior de um recinto fechado, se reduza em 60 dB.

Z

Zona de protecção

Área envolvente ao perímetro do empreendimento hospitalar, dentro da qual as intervenções urbanísticas são condicionadas.

Anexo B



Quadro 1 – Instrumento de análise produzido no âmbito do subprojeto GeTOC